



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

DARLENE HONÓRIO MEDEIROS

**O QUE É SER NEGRO NO BRASIL? REFLEXÕES SOBRE OS
CRITÉRIOS DE ACESSO À POLÍTICA DE COTAS NA EPT**

Jaguari (RS)

2024

DARLENE HONÓRIO MEDEIROS

**O QUE É SER NEGRO NO BRASIL? REFLEXÕES SOBRE OS
CRITÉRIOS DE ACESSO À POLÍTICA DE COTAS NA EPT**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/mestra em Educação Profissional e Tecnológica

Orientador: Prof Dr Vantoir Roberto Brancher
Co-orientadora: Profª Drª Neiva Maria Frizon Auler

Jaguari (RS)

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Instituto Federal Farroupilha - Campus Panambi

M488q Medeiros, Darlene Honório

O que é ser negro no Brasil? Reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas na EPT / Darlene Honório Medeiros. - Jaguari, 2024. 195 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2024.

Orientador: Vantoir Roberto Brancher

Coorientadora: Neiva Maria Frizon Auler

1. Programas de ação afirmativa. 2. Comissão de heteroidentificação. 3. Cotas étnico-raciais. 4. Educação Profissional e Tecnológica. 5. Práticas educativas. I. Brancher, Vantoir Roberto, orient. II. Auler, Neiva Maria Frizon, coorient. III. Título.

CDU: 37:304.4

Catalogação na fonte elaborada pela Bibliotecária
Michele Fernanda Silveira da Silveira CRB 10/2334.

DARLENE HONÓRIO MEDEIROS

**O QUE É SER NEGRO NO BRASIL? REFLEXÕES SOBRE OS
CRITÉRIOS DE ACESSO À POLÍTICA DE COTAS NA EPT**

Dissertação apresentada junto ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre/mestra em Educação Profissional e Tecnológica

Aprovado em 13 de dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



VANTOIR ROBERTO BRANCHER

Data: 15/01/2025 13:30:11-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher

Instituto Federal Farroupilha - Orientador



Profª Drª Neiva Maria Auler Frizon

Instituto Federal Farroupilha - Co-orientadora

Documento assinado digitalmente



RICARDO ANTONIO RODRIGUES

Data: 10/01/2025 09:39:33-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues

Instituto Federal Farroupilha - Avaliador


Profª. Drª. Ana Cláudia de Oliveira da Silva
Instituto Federal Farroupilha - Avaliador

Documento assinado digitalmente



MARIA RITA PY DUTRA
Data: 18/12/2024 11:58:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Maria Rita Py Dutra
Neabi/UFSM - Avaliadora Externa

DARLENE HONÓRIO MEDEIROS

**O QUE É SER NEGRO NO BRASIL? REFLEXÕES SOBRE OS
CRITÉRIOS DE ACESSO À POLÍTICA DE COTAS NA EPT**

Produto Educacional apresentado ao programa de
Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia,
como requisito à obtenção do título de Mestre/Mestra em
Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 13 de dezembro de 2024.

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



VANTOIR ROBERTO BRANCHER

Data: 15/01/2025 13:33:21-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher
Instituto Federal Farroupilha - Orientador



Profª Drª Neiva Maria Auler Frizon

Instituto Federal Farroupilha - Co-orientadora

Documento assinado digitalmente



RICARDO ANTONIO RODRIGUES

Data: 10/01/2025 09:35:27-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Ricardo Antônio Rodrigues
Instituto Federal Farroupilha - Avaliador



Profª. Drª. Ana Cláudia de Oliveira da Silva

Instituto Federal Farroupilha - Avaliador



Documento assinado digitalmente

MARIA RITA PY DUTRA

Data: 18/12/2024 11:19:14-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Maria Rita Py Dutra

Neabi/UFSM - Avaliadora Externa

Documento assinado digitalmente



MARIA RITA PY DUTRA

Data: 18/12/2024 11:49:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Agradeço a cada passo trilhado antes de mim, raízes profundas que atravessam o solo e se entrelaçam na terra de onde vim. A minha mãe, semente que me preparou para a travessia e cujas mãos invisíveis ainda sustentam meus sonhos, por ser o tambor silencioso que ressoa em cada vitória. E a meu pai e irmã por serem alicerces potencializadores e segurança.

Aos mestres e guias que, como antigos baobás, firmaram-se no meu caminho, oferecendo sombras de sabedoria e frutos de paciência. Aos meus professores, que plantaram em mim sementes de saber que agora florescem. E aos antepassados, cuja presença sinto como vento constante, sopra em mim a força de quem sobrevive e se eleva.

À roda dos meus irmãos e irmãs de capoeira, ao ritmo que carrega o sangue e a história de um povo, agradeço pelas lições de luta, de equilíbrio e de resiliência. Que a dança da vida, como a ginga, me mantenha sempre em movimento, respeitando o chão que piso.

Aos tropeços, pedras e cansaços, mestres disfarçados, que testaram e refinaram meu espírito. Ao orientador paciente e a todos que, com palavras, olhares e gestos, se uniram a mim nesta travessia, agradeço pela fé compartilhada.

E a todos que enxergam em mim a força para ir além das horas de labuta, dedico esta conquista. Que estas palavras sejam também uma oferenda de gratidão a cada um que acredita no poder de nossas raízes, e que este trabalho seja uma extensão de uma ancestralidade que vive e pulsa na busca incessante por transformação.

“A vida por aqui nunca foi fácil. Quando criança, eu sentia que o mundo todo pesava sobre os ombros de minha mãe, e eu desejava ajudá-la a carregar aquele peso, mesmo sem entender exatamente o que era. Depois cresci e percebi que ela carregava o peso de gerações inteiras. Não era só o peso do trabalho, da terra, das crianças ou dos homens. Era o peso de uma história que nos perseguia. De uma liberdade que nunca veio completa. Um pedaço de papel assinado não era suficiente para cortar as amarras que nos prendiam.” (Itamar Vieira Junior, 2019).

RESUMO

A política de cotas étnico-raciais, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, visa garantir o acesso de pretos e pardos e indígenas a diversos níveis de ensino. Sua atualização (Lei nº 14.723/2023) incorpora estudantes quilombolas, reduz o limite de renda per capita para 1 salário mínimo e implementa monitoramento e avaliação periódicos do programa. Nos Institutos Federais, as Comissões de Verificação (Heteroidentificação) avaliam os candidatos autodeclarados pretos e pardos nos processos seletivos. Este estudo teve como objetivo conhecer os trajetos formativos e as representações acerca da política de cotas étnico-raciais dos membros de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação) na/da EPT. A pesquisa também buscou mapear a produção científica sobre a política de cotas étnico-raciais, o conceito de ser preto e pardo no Brasil e as comissões de verificação (heteroidentificação) na EPT; conhecer os trajetos formativos dos membros da comissão de verificação (heteroidentificação) na EPT; pesquisar os critérios utilizados pelas comissões para determinar se um candidato tem direito a vaga por cota étnico-racial na EPT; identificar desafios e potencialidades vivenciados pelas comissões em implementar a lei de cotas étnico-raciais e construir um Produto Educacional a partir das demandas apontadas para qualificar os processos inclusivos para o público das cotas étnico-raciais. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas e a metodologia snowball, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Os resultados evidenciam a importância de ampliar o entendimento sobre as cotas étnico-raciais e os critérios de heteroidentificação, visando a melhoria contínua das práticas educativas na EPT. Como produto educacional, foi desenvolvido o podcast *Descomplicando as Cotas*, com o intuito de conhecer o processo de acesso às cotas étnico-raciais no Instituto Federal, elucidando as etapas da autodeclaração e heteroidentificação. Este trabalho integra o ProfEPT, na Linha de Pesquisa 1, com foco no macroprojeto sobre Inclusão e Diversidade em espaços formais e não formais na EPT.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Comissão de Heteroidentificação. Cotas Étnico-Raciais. Educação Profissional e Tecnológica. Práticas Educativas.

ABSTRACT

The affirmative action policy for ethnic-racial quotas, established by Law No. 12,711, dated August 29, 2012, aims to ensure access for Black, Brown, and Indigenous students to various levels of education. Its update (Law No. 14,723/2023) incorporates quilombola students, reduces the per capita income limit to one minimum wage, and implements periodic monitoring and evaluation of the program. At Federal Institutes, Verification Committees (Heteroidentification) assess candidates who self-declare as Black or Brown during the selection processes. This study aimed to explore the educational trajectories and representations regarding the affirmative action policy for ethnic-racial quotas among members of a Verification (Heteroidentification) Committee within Professional and Technological Education (EPT). The research also sought to map the scientific literature on the affirmative action policy for ethnic-racial quotas, the concepts of Black and Brown identities in Brazil, and the verification (heteroidentification) committees in EPT; investigate the educational pathways of members of the verification (heteroidentification) committee in EPT; examine the criteria used by these committees to determine whether candidates are eligible for ethnic-racial quota vacancies in EPT; identify challenges and opportunities experienced by the committees in implementing the affirmative action law for ethnic-racial quotas; and develop an Educational Product based on identified demands to enhance inclusive processes for beneficiaries of ethnic-racial quotas. The research adopted a qualitative approach, employing semi-structured interviews and the snowball methodology, and was conducted within the Postgraduate Program in Professional and Technological Education (ProfEPT). The results highlight the importance of expanding understanding of ethnic-racial quotas and heteroidentification criteria to improve educational practices in EPT continuously. As an educational product, the podcast *Descomplicando as Cotas (Demystifying Quotas)* was developed to explain the process of accessing ethnic-racial quotas at Federal Institutes, clarifying the stages of self-declaration and heteroidentification. This work is part of ProfEPT, under Research Line 1, focusing on the macroproject on Inclusion and Diversity in formal and non-formal spaces within EPT.

Keywords: Affirmative Actions. Heteroidentification Commission. Ethnic-Racial Quotas. Professional and Technological Education. Educational Practices.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CATÁLOGOS DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES	61
FIGURA 2 - GRÁFICO DOS AUTORES MAIS CITADOS NAS DISSERTAÇÕES ESCOLHIDAS	69
FIGURA 3 - PERGUNTA Nº1: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)	139
FIGURA 4 - PERGUNTA Nº1: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)	139
FIGURA 5 - PERGUNTA Nº2: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)	140
FIGURA 6 - PERGUNTA Nº2: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)	140
FIGURA 7 - PERGUNTA Nº3: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)	141
FIGURA 8 - PERGUNTA Nº3: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)	141
FIGURA 9 - PERGUNTA Nº4: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)	142
FIGURA 10 - PERGUNTA Nº4: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO) ...	142
FIGURA 11 - PERGUNTA Nº5: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)	143
FIGURA 12 - PERGUNTA Nº5: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO) ...	143
FIGURA 13 - PERGUNTA Nº6: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)	144
FIGURA 14 - PERGUNTA Nº6: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO) ...	144
FIGURA 15 - PERGUNTA Nº7: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)	145
FIGURA 16 - PERGUNTA Nº7: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)...	145
FIGURA 17 - PERGUNTA Nº8: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)	146
FIGURA 18 - PERGUNTA Nº8: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO) ...	146
FIGURA 19 - PERGUNTA Nº9: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)	147
FIGURA 20 - PERGUNTA Nº9: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO) ...	147
FIGURA 21 - CAPA DO PODCAST E IMAGEM DE PERFIL DO INSTAGRAM	166

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - PERFIL DOS COLABORADORES DA PESQUISA	45
TABELA 2 - SÍNTESE DOS MOMENTOS DAS ENTREVISTAS	51
TABELA 3 - RESULTADO DA BUSCA NOS BANCOS DE DADOS E PRODUÇÕES SELECIONADAS PARA ESTE ESTUDO	62
TABELA 4: LISTA DE PRODUÇÕES ENCONTRADAS POR INSTITUIÇÃO E INSTITUIÇÕES EM QUE FORAM DESENVOLVIDAS	63
TABELA 5: PRODUÇÕES SELECIONADAS PARA CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DE CONTEÚDO	64
TABELA 6 - ROTEIRO DO PERFIL	176
TABELA 7 - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT:** Associação Brasileira de Normas Técnicas
- CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEFET:** Centro Federal de Educação Tecnológica
- CEP:** Comitê de Ética e Pesquisa
- CPHA:** Comissão Permanente de Heteroidentificação e Acompanhamento
- EMESCAM:** Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
- EPT:** Educação Profissional e Tecnológica
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IF:** Instituto Federal
- IFFAR:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
- MG:** Minas Gerais
- PROFEPT:** Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- UFABC:** Universidade Federal do ABC
- UFBA:** Universidade Federal da Bahia
- UFMA:** Universidade Federal do Maranhão
- UFMT:** Universidade Federal do Mato Grosso
- UFOP:** Universidade Federal de Ouro Preto
- UFGD:** Universidade Federal da Grande Dourados
- UFU:** Universidade Federal de Uberlândia
- ULBRA:** Universidade Luterana do Brasil
- UnB:** Universidade de Brasília
- UNIFAL/MG:** Universidade Federal de Alfenas
- VTE:** Vocational and Technological Education

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1. BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	20
2. 2. PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EPT	32
2. 3. HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL	35
2. 4. REPRESENTAÇÕES DO QUE É SER NEGRO E POLÍTICA DE COTAS	39
3 METODOLOGIA	41
3.1 TIPO DE PESQUISA	41
3.2. AMOSTRA	43
3.3. CRITÉRIO DE INCLUSÃO	44
3.4. CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	49
3.5. FORMA DE CONSTRUÇÃO DE DADOS	49
3.6. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	52
3.7. ASPECTOS ÉTICOS	53
3.8. QUANTOS ÀS DESPESAS E DANOS	54
3.9. QUANTOS AOS RISCOS	54
3.10. QUANTOS AOS BENEFÍCIOS	55
3.11. RESULTADOS ESPERADOS	56
4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES	57
4. 1. DO NAVIO NEGREIRO À COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA	57
4.1.1. Introdução	57
4.1.2 Metodologia	59
4.1.2.1 Tipo de Pesquisa	59
4.1.2.2 Resultados e discussões	64
4.1.2.2.1 <i>Análise dos dados do primeiro bloco</i>	70
4.1.2.2.2 <i>Análise dos dados do segundo bloco</i>	74
4.1.2.2.3 <i>Análise dos dados do terceiro bloco</i>	78
4.1.3 Considerações Finais	81

4.2. TRAJETOS FORMATIVOS DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE NEGRITUDE E BRANQUITUDE	84
4.2.1 Introdução	84
4.2.2 Comissões de Heteroidentificação: Políticas de Cotas, Trajetos Formativos e Desafios dos Entrevistados Negros	85
4.2.3. Trajetos Formativos dos Membros das Comissões de Heteroidentificação: Formação, Experiências e Desafios	89
4.2.4 Mobilização das Noções de Negritude e Branquitude no Contexto das Comissões de Heteroidentificação	93
4.2.5. Conclusão	99
4.3 CRITÉRIOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E O DESAFIO DA INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) ...	100
4.3.1.Introdução	100
4.3.2. O Colorismo e os Desafios da Heteroidentificação	101
4.3.3. Desafios dos Estudantes na Compreensão das Cotas e do Sistema de Matrícula	107
4.3.4 Outras Questões Relacionadas à Heteroidentificação	110
4.3.5 Conclusão	113
4.4 DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE COTAS ÉTNICO-RACIAIS: A EXPERIÊNCIA DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO	115
4.4.1 Introdução	115
4.4.2. Critérios de Verificação étnico-racial: Desafios na Definição de Identidade e Trajetória	117
4.4.3 Formação e Atuação dos Membros das Comissões: Limitações e Tensões	119
4.4.4 Potencialidades de transformação: Caminhos para uma heteroidentificação mais eficaz	121
4.4.4 Considerações Finais	124
4.5 DESCOMPLICANDO AS COTAS: UM PRODUTO EDUCACIONAL PARA A INCLUSÃO NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO	125
4.5.1 Introdução	125

4.5.2. O Produto Educacional como Ferramenta de Transformação Social na Educação Profissional e Tecnológica	127
4.5.3. Mídias Sociais e Podcasts: Uma Nova Abordagem para a Disseminação de Informação	129
4.5.4. A Relevância de um Produto Educacional para o Entendimento e Acesso às Cotas Étnico-Raciais	131
4.5.5. Descomplicando as Cotas: Informação que transforma	133
4.5.6 Validação do produto educacional	137
4.5.6. Considerações Finais	148
 5 CONCLUSÕES	 149
 REFERÊNCIAS	 152
 APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL	 162
APÊNDICE B – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR A PESQUISA ..	167
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	169
APÊNDICE D - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	174
APÊNDICE E - ROTEIRO DO PERFIL E DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	176
 ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA	 179
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP)	180
ANEXO C - EDITAL 2023/2022	186
ANEXO D - CARTA DE ACEITE REFERENTE A PUBLICAÇÃO MENCIONADA NA NOTA DE RODAPÉ Nº 1	190
ANEXO E - COMPROVAÇÃO DE SUBMISSÃO DE ARTIGO REFERENTE À NOTA DE RODAPÉ Nº 7	191

1 INTRODUÇÃO

As motivações para esta investigação estão profundamente enraizadas nas minhas experiências pessoais e reflexões sobre as desigualdades educacionais enfrentadas por estudantes negros no Brasil. Ao longo da minha trajetória acadêmica, observei que muitos dos meus colegas enfrentavam desafios significativos para concluir o ensino regular, o que frequentemente dificultava o acesso ao ensino superior. Essas vivências despertaram em mim um interesse genuíno pelas dinâmicas que cercam o acesso à educação, especialmente as políticas de cotas étnico-raciais, que reconheço como um instrumento crucial para corrigir distorções históricas e promover a inclusão. Além disso, a experiência como professora de capoeira ampliou minha compreensão sobre as relações de poder e pertencimento cultural, evidenciando como essa prática, embora profundamente enraizada na negritude, ainda enfrenta desafios para ser reconhecida em espaços educacionais formais. Essas inquietações, aliadas ao engajamento com o tema das cotas, despertaram o desejo de investigar como esses mecanismos podem não apenas ampliar o acesso, mas também transformar as instituições de ensino em ambientes mais diversos, inclusivos e comprometidos com a equidade.

Essa busca por reconhecimento e respeito é uma luta que atravessa gerações. Lima Barreto, em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, expressa de maneira emblemática o desejo de ascensão social e a tentativa de superar os estigmas impostos pela cor e pela origem:

Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora." (BARRETO, 1995, p. 06).

A reflexão do autor ressoa profundamente com a luta contemporânea por equidade racial na educação, especialmente no que tange às políticas de cotas. O desejo de Barreto por respeito e dignidade, sintetizado no sonho de ser “doutor”, reflete a busca de tantos jovens negros que vêem no acesso à educação superior um caminho para transformar suas realidades e romper com as barreiras históricas de exclusão.

A política de cotas, instituída em 2012, visa proporcionar equiparação e “quitar” a dívida social que o Brasil tem com uma parcela da população. Por mais de 350 anos, os negros trazidos da África, assim como seus descendentes nascidos no Brasil, foram escravizados. Estar escravizado no Brasil dos séculos XVI a XIX significava não ser considerado cidadão. Significava também não ter direitos básicos, como acesso à educação, saúde, alimentação de qualidade e nenhum dos itens considerados humanos e essenciais à vida e à sua manutenção.

[...] a escravidão trouxe uma grande desigualdade social, pois o Brasil foi o último país do ocidente a abolir a escravidão, e mesmo com a abolição da escravatura continuou existindo uma grande desigualdade social. Nesse sentido, o estado resolveu intervir nessa situação buscando a igualdade material, ou seja, tratar com isonomia, sendo assim os tratar com igualdade os iguais e desigualmente aqueles que são desiguais, sendo que esse tratamento desigual é realizado na medida em que se encontra a desigualdade (PIRES, 2021, p. 14).

As leis de branqueamento e a abordagem eurocêntrica deram a entender que a abolição, assinada em 1888, realmente proporcionou liberdade. O que se sabe ser um ledor engano. Por fato, tivemos um grande número de negros “libertos”. Mas, muitos nem sequer souberam que a abolição havia ocorrido, pois estavam vivendo em regiões remotas onde a informação demorava a chegar. Outros escolheram permanecer nas fazendas, porque qualquer escolha seria prisão. Permanecer era seguir no regime escravocrata teoricamente extinto. Sair da fazenda e tentar a vida em outro lugar era uma escolha incerta e muitos não tinham vida e nem saúde para isso. Aos que se aventuraram a tentar uma vida nova nas cidades, restaram os cortiços e, com a reforma urbana, a formação das primeiras favelas.

Para todas aquelas pessoas que não tinham o trabalho formalizado e tinham pele negra aplicou-se, então, a “Lei da Vadiagem”. A chamada “Lei da Vadiagem” no Brasil foi um dispositivo do Código Penal Brasileiro, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Especificamente, o artigo 59 do Código Penal mencionava a prática da vadiagem como uma contravenção penal.

De acordo com o texto original, a vadiagem referia-se à situação de indivíduos considerados desocupados ou que viviam de meios ilícitos ou moralmente reprováveis (BRASIL, 1940). A lei foi amplamente criticada por ser aplicada de maneira seletiva e discriminatória, especialmente contra pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade social.

Passaram-se mais de cem anos da abolição. Mas, racismo, injúria racial e oportunidades desiguais de emprego apontam que ainda há muito que se fazer para corrigir o desequilíbrio. Nesse sentido, após longas discussões, no ano de 2012, assinou-se a lei de cotas (PIRES, 2021). Ela garante o acesso de estudantes de escolas públicas, pessoas com deficiência, pretos, pardos e indígenas a níveis de ensino em que poucos ingressavam anteriormente. Em seu artigo 3º, cuja redação é dada em 2016, a política de cotas, criada em 29 de agosto de 2012, diz o seguinte:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2012).

O fato do acesso às vagas por cotas ser condicionado à autodeclaração, passou a motivar questionamentos e críticas negativas. No intento de tornar o ingresso por cotas melhor regulamentado, muitas instituições criaram e passaram a utilizar uma comissão ou comitê de verificação, heteroidentificação ou auto-heteroidentificação. Este comitê ou comissão utiliza critérios que condicionam o acesso de um candidato à vaga por cotas.

Ressalta-se que, em 14 de novembro de 2023, a Lei de Cotas foi atualizada pela Lei nº 14.723/2023, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As mudanças incluem um novo mecanismo de ingresso, onde candidatos cotistas são inicialmente considerados para vagas de ampla concorrência e, caso não sejam selecionados, passam a concorrer às vagas reservadas. Além disso, o limite de renda familiar per capita para elegibilidade foi reduzido de 1,5 salário mínimo para 1 salário mínimo, e estudantes quilombolas foram incluídos entre os beneficiários das cotas, junto com pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. A lei também determina o monitoramento anual e a avaliação decenal do programa de cotas, garantindo ajustes e aprimoramentos contínuos. Essas alterações visam fortalecer a inclusão e a equidade no acesso ao ensino superior e técnico federal no Brasil.

Segundo Gomes (2019), políticas como as cotas são instrumentos essenciais para a redistribuição de oportunidades educacionais e profissionais, e sua implementação desafia as estruturas de poder existentes, promovendo uma

reconfiguração das relações sociais. Elas não apenas abrem portas, mas também instigam uma reavaliação das normas e práticas que sustentam a exclusão, criando novos espaços para que as vozes de negros e indígenas sejam ouvidas e respeitadas.

No Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) existe a Comissão de Verificação (Heteroidentificação) de Candidatos Autodeclarados Pretos/Pardos nos Processos Seletivos. Mas, os critérios que qualificam alguém como negro ou não negro e identificam quem pode e quem não pode se autodeclarar negro ainda podem confundir ou gerar questionamentos. Essas dúvidas circulam nos ambientes acadêmicos e em diversos níveis de ensino. Ainda há quem interpele o porquê das cotas. Lembrando que no Brasil, o racismo é de marca, como concluiu Nogueira (2015), isto é, é o fenótipo que atribui a cor. A idoneidade dos processos que proporcionam o ingresso do negro ao ensino superior e a outros espaços é frequentemente questionada por aqueles que se sentem injustiçados com suas análises.

Para Nogueira (2015), a inclusão educacional vai muito além do ingresso no ensino superior, pois envolve a valorização das trajetórias e das experiências culturais dos estudantes, reconhecendo suas identidades como parte do processo de construção do saber. Dessa forma, as cotas étnico-raciais não apenas visam reparar desigualdades passadas, mas também contribuem para a criação de uma educação que reflete a diversidade social, cultural e étnica do país.

O espaço educacional se transforma em um laboratório de construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a interação entre diferentes grupos sociais resulta em um aprendizado mais completo e profundo, baseado no respeito à diversidade e na promoção de uma cultura de paz e solidariedade (Santos, 2020). Assim, as políticas de cotas se configuram como um compromisso com a democratização do conhecimento e o reconhecimento da importância das diferenças na construção de um mundo mais inclusivo.

Conforme aponta Silva (2013), a educação inclusiva não se limita ao reconhecimento das diferenças, mas ao fortalecimento dessas identidades, criando uma sociedade mais justa e respeitosa. Neste contexto, a política de cotas se alinha com uma abordagem de formação integral, que não apenas visa à aquisição de conhecimentos acadêmicos, mas também à construção de habilidades interpessoais, emocionais e sociais.

Para Gomes (2016), as cotas são um instrumento imprescindível para a construção de uma educação que fomente a justiça social, pois não apenas asseguram o acesso, mas também permitem que as vozes de grupos historicamente silenciados sejam ouvidas e respeitadas. Além disso, a implementação das cotas é uma forma de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e étnica do país, criando um ambiente que favoreça o intercâmbio de saberes e práticas.

Como enfatiza Gohn (2017), a inclusão no ensino não se dá apenas pelo acesso físico aos espaços acadêmicos, mas pela construção de um ambiente educacional que respeite as diferenças e promova a equidade de oportunidades. Ao se integrar a um contexto educacional inclusivo, os estudantes de diferentes origens não só conquistam uma formação acadêmica, mas também desenvolvem habilidades e competências¹ essenciais para o exercício pleno de sua cidadania e para a construção de um mundo mais justo.

Há que se enfatizar aqui a importância dos membros das comissões que avaliam as autodeclarações e da sua percepção do que é ser negro para que este processo de análise que qualifica alguém como cotista seja cada vez mais idôneo, mais democrático e mais transparente. A partir das ideias, do conhecimento prévio desses membros e da sua concepção de negritude é que são constituídas as avaliações necessárias. O trajeto formativo dos membros da comissão, sua relação com o povo negro e suas representações da política de cotas são essenciais para essa compreensão.

Neste cenário, as comissões de heteroidentificação, conforme enfatiza Munanga (2004), não devem ser vistas apenas como mecanismos de controle, mas como instâncias que promovem a reflexão crítica sobre o conceito de identidade étnico-racial no Brasil. Elas desempenham um papel vital no fortalecimento da política de cotas, ajudando a garantir que o processo seletivo seja justo e equitativo, ao mesmo tempo em que promovem uma maior conscientização sobre as complexas dinâmicas étnico-raciais presentes na sociedade. A atuação das comissões, portanto, representa uma transformação profunda no modo como as questões étnico-raciais são abordadas nas instituições educacionais, garantindo que as cotas não apenas funcionem como uma medida paliativa, mas também como um instrumento de mudança social e de valorização da diversidade cultural no ambiente

¹ O termo "competências" nesta dissertação se refere ao desenvolvimento integral do indivíduo no contexto educacional e social, sem vínculo com o pensamento mercadológico.

acadêmico.

Este estudo busca compreender: **Quais são os trajetos formativos e representações acerca da política de cotas raciais dos membros de uma Comissão de Heteroidentificação na/da EPT?** O objetivo principal é conhecer os trajetos formativos e as representações acerca da política de cotas raciais dos membros de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação) na/da EPT. De forma mais específica, objetivamos realizar um mapeamento da produção científica acerca da política de cotas, referente ao conceito do que é ser negro no Brasil e comitês de heteroidentificação na EPT; conhecer os trajetos formativos e os saberes dos membros da comissão de heteroidentificação na EPT; pesquisar os critérios utilizados pelos comitês de heteroidentificação para determinar se um candidato tem ou não tem direito a vaga por cota racial na EPT; identificar desafios e potencialidades vivenciados pelos comitês de heteroidentificação em implementar a lei de cotas raciais e construir um Produto Educacional a partir das demandas apontadas no intuito de qualificar os processos inclusivos para o público das cotas raciais .

O trabalho está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), na Linha de Pesquisa 1: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com ênfase no macroprojeto 02 – Inclusão e Diversidade em Espaços Formais e Não Formais de Ensino na EPT. Como resultado, o estudo culmina na criação de um Produto Educacional que visa apoiar a formação permanente e contínua dos profissionais envolvidos nesse processo, proporcionando ferramentas para a reflexão e aprimoramento das práticas de heteroidentificação e acolhimento dos estudantes cotistas nos Institutos Federais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO²

2.1. BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Historicamente, o trabalho recebe conceitos que variam de acordo com seu objetivo, a forma como é desenvolvido e o preparo das pessoas para exercê-lo.

² O referencial teórico foi submetido em versão reduzida, para a Arco Editores, aprovado e foi publicado no formato capítulo de livro. <https://www.arcoeditores.com/chamadas>

Muitas vezes, estes conceitos vão para além do seu significado mais ‘cru’ já encontrado nos dicionários, ou seja, o trabalho é polissêmico. Numa crescente histórica, o trabalho e sua conceituação, por vezes, carregam impressões pouco positivas.

As origens etimológicas do trabalho reforçam uma aura de negatividade. Da língua latina vulgar, o trabalho relaciona-se com *tripalium*, instrumento usualmente utilizado pelos romanos para as atividades agrícolas, mas também para torturar os escravos desobedientes. (DELLA FONTE, 2018, p. 08)

Além de ter sido visto como castigo, o trabalho também já foi visto como meio de sobrevivência, como ato que inspira nobreza, como um caminho necessário de ser trilhado para alcançar as bênçãos divinas. De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 03-04), “Na ontologia marxiana, o termo [trabalho] é entendido dialeticamente, indica a objetividade dos seres que são e não são ao mesmo tempo, porque estão em permanente transformação”. Transformação esta que é promovida em detrimento do trabalho, por conta dele ou para ele, na medida em que na relação com o outro e consigo, com a função e com a intenção que se acumula no fazer, o ser humano não permanece o mesmo.

Os mesmos autores trazem ainda outras reflexões acerca do trabalho, apoiados em György Lukács, que o enxerga como “atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa” (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 04). Para o pensador húngaro, cria-se uma disputa entre o mundo da liberdade e o mundo da necessidade e os atos sociais são frutos da escolha entre um e outro mundo.

Da mesma forma, o ócio, encarado como seu oposto, foi associado ao pecado, a algo não produtivo e como tal, ruim. Além disso, associou-se o ócio à fome, à miséria e outra gama de situações negativas. Em uma das tantas versões de trabalho, tivemos a escravidão e sua sistemática aplicada e desenvolvida no Brasil por mais de três séculos e meio. Nele, o senhor de escravos (que diga-se de passagem não trabalhava) utilizava-se do trabalho forçado e escravizado para obter seus lucros e seus bens.

Sobre o olhar reflexivo de alguns estudiosos, o trabalho é a possibilidade humana de deixar um patrimônio cultural.

A tradição marxista chama de patrimônio cultural ao vasto mundo de “coisas” materiais e simbólicas que resultam do trabalho e que antes não existiam na natureza [...] Portanto, toda produção cultural traz a marca do humano, materializa o nosso modo de existir em um determinado momento, corporifica o que se produz e como se produz a vida (DELLA FONTE, 2018, p. 06).

É evidente que é impossível observar o mundo de forma crítica sem analisá-lo pela ótica do trabalho e de como as relações de trabalho acarretam em consequências capazes de mudar toda uma história e toda uma sociedade. Mas, da mesma forma como o trabalho move a relação do homem com o mundo e com outros homens, este também esbarra no capital e em seus mecanismos sempre bem sistematizados para o controle e a dominação.

Mudam-se as configurações, entretanto permanece a premissa do acúmulo do capital como mecanismo de controle e a sensação de que sem trabalho falta o sentido da vida, como se “ser humano” dependesse de ser trabalhador. Esse contexto de controle do capital é tão persuasivo e competente que gera no indivíduo a percepção de que ele não seria nada, não seria digno, se não fosse o seu trabalho. Mesmo que este lhe ofereça um salário miserável e condições questionáveis para exercê-lo.

A ideia de educação omnilateral está totalmente associada ao trabalho e ao trabalhador, pois remonta a um ideal de educação socialista revolucionária “que previa a elevação das massas ao nível de conhecimento e capacidade de atuação como as elites sempre reservaram para si e seus pupilos” (CIAVATTA, 2014, p. 188). Mas a escola de hoje e suas formas de educar levantam questões que geram, de certa forma, uma dicotomia. Já que a escola que ensina para a vida está atrelada ao que o mundo do trabalho impõe e exige; e o mundo do trabalho, por sua vez, funciona numa tentativa de suprir demandas mercadológicas.

“A educação omnilateral é a que objetiva o homem completo pelo trabalho produtivo e pela vida em sociedade” (SANTOS, 2012, p. 98). Assim, a ideia de educação omnilateral transcende tendências mercadológicas, sendo uma das bases fundamentais para a concepção de educação integral. Formar um cidadão para a vida em sociedade com propriedades para agir nela e não condicionado apenas às variantes mercadológicas.

Existe, portanto, uma relação profunda entre a educação omnilateral e o mundo do trabalho e é preciso conhecimento e criticidade para contemplar aquilo

que a educação omnilateral se propõe sem perder o cerne de sua motivação, a fim de formar cidadãos que possam atuar no mundo sem estar atrelados a atender somente aquilo a que os mercados exigem, precisam e se propõem.

Houve uma época muito distante em que o trabalho era utilizado como uma maneira de saciar a fome. Na Pré-História, o homem trabalhava unicamente para produzir o seu alimento e no tempo que sobrava desenvolveu novas técnicas, como o artesanato. Assim, todo o esforço era dedicado à busca por comida e enquanto havia comida tudo estava em paz. Em algum momento desse processo, indivíduos perceberam que quem acumulava bens e tinha força de guerra exercia poder sobre os que não conseguiam ter a mesma organização e a mesma força.

Do acúmulo de terras, boa alimentação, ócio para criar novas armas e ferramentas, surgiram aqueles que detinham o poder e aqueles que foram escravizados por eles. Em alguns lugares, a escravidão também tinha outras características que a classificavam como servidão.

Com trabalho os homens tornam-se ricos em rebanhos e opulentos, e trabalhando serás muito mais querido dos imortais e dos mortais: muito eles odeiam os ociosos. O trabalho não é nenhuma desonra; desonra é não trabalhar (HESÍODO apud DELLA FONTE, 2018, p. 08)

Nos sistemas de escravidão e servidão, um único homem detinha todo o poder e todas as posses, enquanto muitos outros não tinham nem sequer a chance de pleitear qualquer mudança de classe social. Aqui se sustentava o discurso de que trabalhar era honrado e o caminho para a salvação pela fé, enquanto que a quem não trabalhava eram reservadas as piores coisas. A mudança dos tempos e das organizações trouxe o feudalismo e depois dele a insurgência das feiras munuiu as pessoas para se tornarem navegadores, comerciantes e artesãos. Era a burguesia que se fortalecia.

Há que se pontuar que até mesmo Adam Smith, um dos principais defensores do capitalismo, colocava ressalvas à escravidão, destacando suas implicações econômicas e morais. Para Smith (2023), a escravidão não apenas comprometia a eficiência produtiva, uma vez que o trabalho forçado gerava menor qualidade e quantidade em comparação ao trabalho de homens livres motivados por seus próprios interesses, mas também impunha custos sociais elevados. Ele argumentava que o sistema escravista era antieconômico, pois exigia altos gastos

com a vigilância e controle dos escravizados, além de ser moralmente condenável ao desrespeitar a dignidade humana. Dessa forma, Smith, mesmo dentro de uma perspectiva capitalista, reconhecia que a prosperidade econômica e social estava intrinsecamente ligada à liberdade individual e ao trabalho livre.

Vieram as fábricas, a revolução industrial, as jornadas de trabalho exaustivas, a necessidade de formar sindicatos para garantir que algum direito dos trabalhadores fosse salvo. “A mais-valia extraída extensivamente, pelo prolongamento da jornada de trabalho e do acréscimo da sua dimensão absoluta, intensificava-se de modo prevaiente a sua extração intensiva, dada pela dimensão relativa da mais-valia” (ANTUNES, 1999, p.37). Sobrecarregados pelo trabalho, o trabalhador que não enriquecia e mal sobrevivia se viu acuado e surgiram novas necessidades. Tais necessidades de revolução e a tentativa de instalação de um modo de produção representavam uma diminuição nas desigualdades promovidas pelo acúmulo de capital que se opunham a uma sociedade capitalista pautada nas desigualdades. Chegamos a um ponto da história em que nos deparamos com uma sociedade que tem pressa, em que um mesmo trabalhador precisa saber cumprir com várias tarefas. A esse fenômeno chamamos especialização flexível.

A ideia de especialização flexível trazida pelo toyotismo parece algo que emancipará o trabalhador dando a ele novas possibilidades de exercer sua função sem as premissas da repetição de uma mesma ação em turnos inteiros, prometendo dar a ele a chance de ser participativo e polivalente, mas, na verdade, cria um universo em que o trabalhador necessita atuar em várias frentes para dar conta do que lhe é exigido. O trabalho se intensifica e nem todos os lugares conseguem absorver os profissionais que se especializam em determinadas áreas.

Para Marx (1987, p.558-9) ficam nítidas algumas coisas no que tange ao trabalho e ao trabalhador. O pensador antecipa esse contexto quando escreve:

A indústria moderna, com suas próprias catástrofes, torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos e em consequência a maior versatilidade possível do trabalhador, e adaptar as condições à efetivação normal dessa lei.

Construiu-se, ao longo do tempo, por sua vez, uma ideia de que a formação acadêmica era essencial para o acesso a determinadas atuações profissionais, mas o que se vê hoje em dia é um grande volume de pessoas saindo com uma formação

das universidades sem ter onde se inserir. Algo que se relaciona firmemente com a tendência à supervalorização da teorização e com o distanciamento da realidade do chão de fábrica. Por uma falta de planejamento e de reorganização, em que muitos se formam em áreas em que já há muitos formados e a ausência de pessoas estudando outros pontos que são necessários.

O desemprego entre indivíduos com ensino superior, no entanto, não se limita à falta de planejamento educacional, embora este seja um fator relevante. Ele também reflete a desarticulação entre as demandas do mundo do trabalho, as políticas públicas e os interesses individuais, resultando em um desequilíbrio na formação de profissionais. Enquanto algumas áreas apresentam um excesso de mão de obra qualificada, outras enfrentam escassez de profissionais, revelando a necessidade de uma maior integração entre planejamento educacional, orientações vocacionais e estratégias para atender às demandas sociais e econômicas de forma mais equitativa.

O toyotismo não trouxe a renovação que se esperava, na medida em que o trabalhador ainda segue o ritmo desenfreado de trabalho e a produção é planejada para não durar muito, estimulando o consumismo. O resultado é que o ‘just in time’³, ainda que vise não acumular mercadorias, provoca um regime desenfreado de trabalho. Com o aumento da tecnologia e da terceirização, o desemprego estrutural acaba por ser a representação da ideia de substituição de “substâncias vivas” por “substâncias mortas” que é apresentada por Juan J. Castillo quando se fala de liofilização organizativa, ou seja, substituição do trabalho humano por máquinas ou tecnologias. (ANTUNES, 1999)

Mudanças como a acumulação flexível, a especialização flexível e o downsizing⁴ ou mesmo a substituição do taylorismo/fordismo são formas de controlar os trabalhadores e condicionar as lutas sociais da causa, na medida em que passa a valorizar e estimular a subjetividade e fazer apologia ao individualismo, porque isso de alguma forma desestruturaria a atuação coletiva, as reivindicações sindicais, as greves e outras manifestações.

Assim, se constata que essas reconfigurações, que remontam a nova organização do trabalho, beneficiam mais o empregador do que o trabalhador, reforçando o que já dava título a uma velha música do rock nacional brasileiro dos

³ Na hora certa: Expressão que representa a busca pela perfeição na cadeia de produção.

⁴ Diminuição de tamanho; achatamento: reduzir ou até eliminar o que é obsoleto.

anos 1980,: “mais do mesmo”. Embora, muitas vezes, tais cerceamentos da liberdade venham com outra aparência e tragam ideias vinculadas à flexibilização do horário de expediente e do espaço físico em que o ser humano fica inserido para realizar seu trabalho. Segundo Kanan e Arruda (2013, p. 588):

É possível perceber que, na medida em que novas perspectivas de trabalho (aprendizado) se apresentam, a flexibilização no trabalho aponta também para a precarização, adoecimento e para crescentes exigências de qualificação. Diferente do trabalhador que repetia o seu trabalho no ritmo da esteira, na cadência da linha de montagem, em um trabalho totalmente alienante e desumanizante, hoje a sociedade se depara com sistemas que se organizam ora com ares de liberdade, de emancipação, ora com ares sacrificantes.

Também é importante lembrar que a forma como o trabalho é desenvolvido tem relação direta com quem paga pelo fruto desse trabalho. Marx (1987, p. 336-337) afirma que ao consumir a força de trabalho o capitalista faz acontecer um processo que se caracteriza por dois fenômenos:

O trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalho seja realizado corretamente e que os meios de produção sejam utilizados de modo apropriado, a fim de que a matéria-prima não seja desperdiçada e o meio de trabalho seja conservado, isto é, destruído apenas na medida necessária à consecução do trabalho. Em segundo lugar, porém, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido.

De toda forma, o trabalhador, que aluga sua força de trabalho, cede os direitos oriundos a posse do que ele produziu e tudo o que for pago a mais pelo comprador da mercadoria ao capitalista que é a mais-valia e será seu lucro, pois o valor pago ao possuidor da força de trabalho será fixo e dá direito a usufruto do que for produzido pelo mesmo durante o período em que esta for alugada.

Mesmo as mudanças gerando novas expectativas, o fato é que não há uma comprovação de que a especialização flexível realmente tenha trazido benefícios ao trabalhador. O que de fato se percebe ao observar o mundo atual é um volume crescente de pessoas que acumulam mais de uma profissão, mais de uma função, mais de uma formação, não só dentro de um chão de fábrica, como na própria vida para fora do ambiente de trabalho, posto que a necessidade da polivalência substituiu o ócio necessário ao trabalhador nos seus momentos de folga.

A taxa de utilização decrescente do uso de mercadorias, que nada mais é do que a conhecida ‘obsolescência programada’⁵ com uma roupagem mais sofisticada, traz um contexto em que as mercadorias são produzidas de forma cada vez mais barata e, mesmo assim, vendidas como produtos de extrema qualidade. Segundo Antunes (1999, p. 50), “quanto mais “qualidade total” os produtos devem ter, *menor deve ser seu tempo de duração*”. Como o produto é planejado para durar pouco, a necessidade de comprar outro cria a demanda de que as empresas que produzem necessitam para ter o capital voltando para si e garantem que o trabalhador siga no intenso ritmo de produção a fim de sanar as demandas. Uma das indústrias que mais testemunha essa rápida desatualização de um produto e a necessidade de substituí-lo é a de computadores.

De acordo com Rossini e Naspolini (2017, p. 66), “a evolução tecnológica avança muito mais rapidamente do que acontecia há duas décadas. No setor de computação e comunicação, o ritmo de evolução é exponencial”. Prova disso são os modelos novos de celular e de computador lançados periodicamente e semeando uma necessidade de consumo frequente. As mesmas autoras ainda ressaltam que:

A rápida evolução dos produtos eletroeletrônicos acelerou o descarte desses produtos em tempo cada vez menor, gerando como consequência um crescimento acentuado dos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos, o que passou a ser uma preocupação mundial (ROSSINI; NASPOLINI, 2017, p. 67).

O problema é que isso cria um ciclo interminável de intenso trabalho e de poluição desmedida, posto que esse acumulado de produtos que se tornam obsoletos, vai parar no lixo e a ideia de reutilização empregada a estes materiais ainda é extremamente nova. Assim alimenta-se um ciclo de consumismo, poluição, sobrecarga de trabalho que tem acarretado consequências na saúde dos seres humanos.

O trabalho como princípio educativo rende questionamentos, fomenta discussões, instiga críticas e remonta a um passado. Passado este que perpassa as concepções de Marx e pode ser contemplado sob a luz da perspectiva de Gramsci

⁵ “Trata-se de uma estratégia de empresas que programam o tempo de vida útil de seus produtos para que durem menos do que a tecnologia permite”. (GARCIA, 2014, P. 01)

[...] é um princípio que ele retoma da escola humanista, cujo objetivo era o de desenvolver em cada indivíduo a capacidade de saber pensar e dirigir-se na vida. O conceito e o fato do trabalho ser seu princípio educativo porque considera a relação dos homens entre si, que cria os diferentes tipos de sociedade, as leis civis, a política, o governo, o Estado, bem como a relação dos homens com a natureza, que cria a ciência, a técnica (DORE, 2014, p. 297).

Entretanto, o trabalho como princípio educativo necessitava para ser posto em prática de uma reforma que fosse também intelectual e moral e o resultado daquilo que foi idealizado acabou se limitando ao modelo soviético de politecnia.

Embora o modelo soviético de politecnia tenha sido idealizado como uma alternativa ao modelo capitalista, é importante reconhecer que ele também apresentou contradições significativas. No contexto soviético, o trabalho foi transformado em um instrumento de controle estatal e de exploração, ainda que sob uma lógica diferente da capitalista. A promessa de emancipação dos trabalhadores muitas vezes deu lugar a práticas que os subordinavam às demandas do Estado, resultando na perpetuação de condições opressivas e na alienação. Assim, tanto no capitalismo quanto no socialismo real, o trabalho acabou sendo utilizado mais como ferramenta de exploração do que como um princípio educativo emancipador.

É difícil compreender que algo a que se pode relacionar o desemprego, condições precárias de atuação e outras mazelas, possa ser educativo. Mas, há que se pensar o trabalho sob diversos pontos de vista. Pelo aspecto positivo, por exemplo, como uma prova irrefutável da criação, da reprodução e da transformação que o ser humano é capaz de promover e que o trabalho pode mediar em sua vida. Por um aspecto negativo, como outro exemplo, o mesmo constitui-se como um instrumento de alienação que serve ao capitalismo.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 02), “o que demarca a concepção mais profunda do trabalho como princípio educativo [...] é de ordem ontológica (inerente ao ser humano) e, conseqüentemente, ético-política (trabalho como direito e dever)”. Assim, o trabalho vincula-se à própria ideia de ser humano, mas para quem trabalha, como princípio educativo, ele adquire um emaranhado de práticas.

É possível reconhecer nos conceitos de trabalho e nas relações reproduzidas em seus espaços um combinado de heranças históricas e culturais, questões religiosas, financeiras, caminho de “enobrecimento”. Como princípio educativo, o trabalho apresenta-se como algo inerente ao ser humano, um direito e um dever.

Nesse sentido, mesmo que ainda haja muito a se superar na relação trabalho e capital, o trabalho produz, mantém e reproduz a vida e sua prática é o ponto de partida para o conhecimento.

Na Constituição Brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação se pensou a questão do trabalho como princípio educativo. Ressalvo aqui que muito do que foi para o papel e do que se vivia até então era fruto de uma sociedade que teve como principal viés as relações de trabalho de um sistema escravocrata, que, mesmo ao deixar de sê-lo, não foi capaz de entregar políticas públicas que compensassem a dívida social de três séculos e meio com a população afrodescendente que não era considerada cidadã e não colhia o “fruto de seu trabalho”. Trabalho esse, responsável majoritário, pelo caminho econômico trilhado pelo Brasil em seus primeiros séculos de existência, mesmo ainda como parte de Portugal. Que heranças esse período deixou? Para onde foram os que deixaram de ser escravizados pelas leis de branqueamento? Seriam estes tempos e tantos outros mecanismos sociais, políticos e econômicos os responsáveis pelo acesso tão díspar ao mundo do trabalho e às oportunidades acadêmicas até então?

Na escrita de Lukács (1978), a aquisição da consciência se dá pelo trabalho, na medida em que transformamos perguntas em necessidades e numa busca por respostas para as mesmas. Da relação entre a satisfação das necessidades biológicas e a liberdade implícita nos atos humanos ao buscar a sua satisfação surge a divisão do trabalho e, por conseguinte, as classes sociais, a alienação e o momento em que aquele que trabalha já não se reconhece no que produziu.

Saviani (2003) apresenta três sentidos que o trabalho pode ter como princípio educativo. Dentre eles, destaca-se a ideia de que o trabalho coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, um conceito que oferece respaldo direto para a educação tecnológica. Essa relação ocorre porque a educação tecnológica se fundamenta em integrar conhecimentos teóricos e práticos, articulando saberes acadêmicos e demandas produtivas. Nesse contexto, o Ensino Médio, especialmente em sua modalidade integrada à educação profissional, torna-se um momento estratégico para associar o conhecimento ao mundo do trabalho, promovendo uma trajetória formativa que prepara o estudante para atuar criticamente na sociedade e na atividade produtiva.

Mas nem todos os que chegam ao Ensino Médio conseguem acessá-lo no que seria a classificação idade/série considerada adequada. Há os que evadem

antes de concluir o Ensino Básico. Há os que reprovam. Há os que recorrem à Educação de Jovens Adultos. Quase sempre aquele que retorna à escola na vida adulta tem necessidades imediatas relacionadas à inserção no mundo do trabalho. Necessidade essa geralmente atrelada às exigências de determinados níveis de escolaridade para compor quadros de funcionários. Isso gera nas pessoas que não concluíram determinado nível de ensino, a necessidade de buscar caminhos para o fazer no menor intervalo de tempo possível. Pois o trabalho é a garantia de um salário e o salário a garantia e uma perspectiva de ganho financeiro que possa pagar pelo atendimento das necessidades básicas.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p. 09):

O problema, entretanto, está no fato de que não foi universalizada a educação básica para todos os sujeitos sociais. Assim, solicita-se às pessoas jovens e adultas com pouca escolaridade que demonstrem a capacidade de, permanentemente, “reconverterem” seus saberes profissionais, mas não se garantiu a elas a formação básica necessária que lhes permitiria o seu reconhecimento como sujeitos sociais, que de fato são, como cidadãos e trabalhadores.

Há que se refletir aqui sobre o impacto que a educação básica tem na vida das pessoas e no quanto é necessário pensar caminhos para que verdadeiramente a educação seja efetivamente garantida. É fato notório que quem mais precisa da garantia do estudo é quem mais tem dificuldade de acessá-lo. Também é preciso pontuar que é frequente exigirem experiência do jovem que busca seu primeiro emprego, como se fosse possível ter experiência sem ter tido uma oportunidade de trabalhar.

As reestruturações produtivas internas e externas forçam o jovem e o adulto a aprenderem durante a vida e o fetiche de que a educação garante a empregabilidade acaba excluindo o sujeito, sua herança histórica e suas particularidades. Assim, busca-se a formação profissional. Mas, tudo o que começa na sociedade tem uma mediação indispensável que passa pela escola antes de retornar à sociedade.

Há que se desconstruir a ideia de que a escola é a “galinha dos ovos de ouro” e refletir sobre os sistemas meritocráticos que acabamos reproduzindo, porque quando alguém não tem sucesso financeiro e tem baixa escolaridade, sempre fica parecendo que se essa pessoa tivesse estudado mais teria mais sucesso. Mas,

quantas mulheres, negros e gays nós conhecemos que estudaram tanto ou mais que outros e ganham menos ou nem sequer tiveram oportunidade de trabalho?

Deixa-se aqui um registro da importância de termos um processo educativo que emancipe, apresente informações claras, entregue políticas públicas e promova a autonomia dos jovens e adultos para fazer uso delas. Um processo educativo capaz de promover uma leitura crítica e que seja honesto ao admitir nossa herança cultural, histórica, política e social. Que tenha regras claras para o acesso do estudante e do trabalhador a seus espaços e que comunique com clareza as regras, possibilitando que, de forma autônoma, cada um tenha condições de reivindicar seus direitos e acessar aquilo que é seu de forma legítima.

Quando se pensa na formação integral, nesse contexto social em que o mundo do trabalho e a escola estão totalmente relacionados é importante lembrar que a ideia central de uma educação integral é dar subsídios para que o estudante possa ter condições e autonomia para fazer escolhas, entender e analisar os contextos em que está inserido e ter arcabouço crítico para poder tomar suas decisões com liberdade e de forma emancipada. Em suma, educação e ensino integral não são a mesma coisa que escola de tempo integral. Não é sobre estar o dia todo na escola e, sim, sobre a escola contemplar os mais diversos âmbitos da vivência e do aprendizado do estudante, preparando-o para o mundo do trabalho, sim, mas também para a vida de forma mais ampla.

Segundo Pestana (2014, p. 39):

[...] a educação integral não se limita a uma abordagem mais recente; é preciso conhecer sua história para entender melhor sua dimensão significativa e política. Essa relação faz-se necessária, visto que a educação integral só terá êxito em tempo integral se for levada em consideração a perspectiva sócio-histórica do termo.

Ao pensar a formação integral, por sua vez, podemos lembrar do termo aqui já citado que chamamos de omnilateralidade. Este conceito junto ao conceito de formação integral está intrinsecamente relacionado também ao conceito de politecnia que a educação profissional e tecnológica utiliza em seus embasamentos.

Ao tratar de educação intelectual, física e tecnológica, Marx está claramente sinalizando para a formação integral do ser humano, ou seja, uma formação omnilateral. Essa concepção foi incorporada à tradição marxiana sob a denominação de politecnia ou educação politécnica, em virtude das próprias

referências do autor ao termo, assim como de grande parte dos estudiosos de sua obra (MOURA, FILHO e SILVA, 2015, p. 1060).

Apura-se assim que omnilateralidade, formação integral, politecnia ou educação politécnica são conceitos totalmente relacionados que trazem consigo o objetivo de formar um cidadão emancipado, amplamente crítico e capaz de escolher com autonomia e liberdade a sua trajetória na sociedade da qual faz parte. Para Durão, Ciavatta e Reis (2020, p. 27), “por meio do diálogo com a conjuntura social, a concepção politécnica entende que os trabalhadores se educam no conflito e na contradição”. Nesse ponto, o conhecimento científico será a base que fundamenta os subsídios para que se reflita, rompa e ressignifique as compreensões e disputas para além da divisão do trabalho.

2. 2. PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EPT

É preciso refletir sobre as práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica. Elas são parte essencial do processo que leva ao cumprimento do objetivo principal da existência dos institutos federais, que é a formação de modo amplo, de um sujeito, no que se remete a omnilateralidade.

Nesse âmbito, a escola, para cumprir o seu papel social de forma abrangente necessita atuar na formação integral de seus estudantes.

A palavra “integração”, no cotidiano, é sinônima de agregação, inclusão, inserção, incorporação de alguma coisa em outra, pode ser compreendida também como adaptação, assimilação. Mas, pedagogicamente, quando pensamos em ensino integrado ou formação integral, a palavra integração abrange sentidos mais complexos (SILVA et al, 2021, p.01).

Como formação integral não queremos dizer que a escola precisa ser de tempo integral, mas que deve contribuir para a formação de um estudante em suas diversas potencialidades e subjetividades, de forma que o conhecimento adquirido tenha validade para a sua vida.

Nesse sentido, ressalta-se aqui a importância de pensar sobre os processos que regem as práticas educativas e que permeiam os meios onde os estudantes estão inseridos, dos quais fazem parte e pelos quais são formados. Uma educação de qualidade que respeite as diversidades e que atue na emancipação dos sujeitos

deve munir seus estudantes de arcabouço teórico e prático, ressignificar suas compreensões e ofertar a eles ferramentas para que acessem seus direitos a políticas públicas, estejam inclusos nos mais diversos espaços e se sintam por eles acolhidos e respeitados.

Segundo Durão, Ciavatta e Reis (2020, p. 30), “as práticas educativas, necessariamente, implicam uma concepção de mundo, os valores que pautam a convivência humana, as finalidades das ações propostas para o domínio do conhecimento, a ciência e as tecnologias”. Sendo assim, boas práticas educativas integram, desenvolvem, fortalecem, emancipam, ressignificam, ampliam e habilitam pessoas a serem seres sociais capazes e fluentes na arte da criticidade e da cidadania.

Para além de equiparações e do atendimento de demandas mercadológicas, boas práticas educativas munem pessoas para terem consciência de si e do outro, da sociedade, da comunidade da qual fazem parte e de seus direitos e deveres. Boas práticas educativas colaboram para que o sujeito seja protagonista de suas escolhas, possua informação e senso crítico para defendê-las e acessar aquilo que é seu por direito, seja no âmbito social, econômico, educacional, político ou relacional.

Nesse contexto, uma figura é importante, relevante e imprescindível como fomentadora e mediadora do processo de educar: o professor. No entanto, vivemos em um tempo em que muitas práticas educativas, assim como as próprias estruturas educacionais, tendem a incentivar a competição e a individualização, tanto entre estudantes quanto entre professores. Essas dinâmicas podem fragilizar a colaboração e a construção coletiva, elementos essenciais para um processo educativo mais inclusivo e emancipador. Dessa forma, torna-se fundamental refletir sobre como essas práticas impactam o papel do professor e o sentido de comunidade no ambiente escolar.

Para Oliveira e Weschenfelder (2018), o ato de se tornar professor ocorre de diferentes modos, em uma rede relacional com os outros e também consigo. Nesse sentido, a subjetividade e as trajetórias docentes também são de substancial importância frente às demandas educacionais que já não conseguem criar um ideal de formação único que contemple todas as necessidades.

Para que o processo educativo funcione de maneira efetiva, é essencial compreender que ensino e aprendizagem fazem parte do mesmo contexto e se

retroalimentam. A atenção precisa estar centrada no estudante, mas também no ato de ensinar, de forma integrada. O professor necessita mediar esse processo acolhendo todas as diversidades presentes na escola, garantindo que todos tenham acesso ao conhecimento e criando condições para que cada indivíduo, em sua subjetividade, se desenvolva ao longo do percurso. O ensino, por mais elaborado e estético que seja, só tem sentido e avança quando promove aprendizagem, que, por sua vez, impulsiona o aprimoramento do ato de ensinar.

Uma educação que seja integral, com abordagem omnilateral, deve estar centrada na formação de sujeitos autônomos. Ela deve ser viés de libertação e esta liberdade deve estar no conhecimento e no ato de estar munido para fazer uso dele. O estudante precisa estar apropriado do conhecimento de um jeito que possa participar da sociedade, da política e das decisões diárias que permeiam a sua vida e ser o protagonista de suas próprias escolhas.

No que tange a política de cotas raciais é sumariamente necessário que cada estudante tenha consciência do papel do povo negro na histórica política, econômica, social e cultural brasileira. Também é necessário que se fale e que se estude mais sobre a história do negro no mundo do trabalho e as difíceis trajetórias trilhadas por este povo ao longo da história brasileira. É preciso ter ciência das leis de branqueamento e das suas entrelinhas, da falta de políticas afirmativas, das exclusões planejadas em formato de reformas urbanas e do racismo que ainda impera até hoje em nossa sociedade. O jovem negro precisa estar ciente sobre quem ele é, quais são os seus direitos, como acessá-los e que mecanismos devem ser compreendidos para ele ter a autonomia de buscar seus direitos. Porque, sim, o sistema ainda é meritocrático e privilegia uma minoria dominante, que sempre foi praticamente a mesma, durante todo o processo histórico brasileiro.

Uma aprendizagem significativa deve ser capaz de promover essa consciência de si e do outro e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Escutar e entender conceitos e mecanismos que conduzam à aplicabilidade da política de cotas, seus significados e suas especificidades de acesso é de suma importância para que cada vez mais estudantes negros tenham consciência do espaço que é seu por direito e a escola é, sim, o lugar que deve potencializar a veiculação das informações necessárias para que mais estudantes busquem esse direito. Ao mesmo tempo, é fundamental que estudantes não cotistas também compreendam a relevância dessa política, pois essa discussão amplia o

entendimento sobre equidade, inclusão e responsabilidade social, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados. A escola é, sim, o lugar que deve potencializar a veiculação das informações necessárias para que mais estudantes busquem esse direito.

Uma prática educativa de sucesso deve proporcionar, por fim, um ambiente seguro e rico que forme cidadãos conscientes de seus direitos e de seu lugar, que reconheçam a sua origem histórica e respeitem a si e aos outros, que se apropriem da sua história e da sua cultura, conheçam as políticas de ação afirmativa e a sua relação com elas. Deve estar respaldada por um planejamento que integre pessoas, promova sua emancipação e lhes proporcione autonomia para tomar decisões fundamentadas no conhecimento e na liberdade, possibilitando escolhas seguras e conscientes.

2. 3. HISTÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

A história do negro em território brasileiro é marcada por sofrimento, exclusão social, perseguição, segregação, invisibilidade, racismo e outras tantas mazelas que formariam uma lista inumerável de situações em que o negro foi condicionado, limitado e ceifado de direitos sendo submetido a condições desumanas de sobrevivência. Dizemos que as condições eram de sobrevivência, porque o negro, em alguns momentos da nossa história (diga-se de passagem a maioria deles) nem sequer foi visto ou considerado humano e, por isso, foi agredido, violado e destituído de qualquer direito.

Desde o momento em que o português percebeu a escassez de mão-de-obra no período colonial e decidiu importar africanos para serem escravizados em terras brasileiras, iniciou-se uma história triste regada a sangue inocente e uma luta por resistência que teve tempos armados e tempos pacíficos, mas que em nenhum momento permitiu que se ceifasse toda a cultura rica que trazia.

A história e a escola europeizada não permitiram, por muito tempo, que o negro ocupasse seu espaço e nem que sua cultura vasta e única pudesse estar no centro das grandes escolas. Mas, o tempo e as leis e políticas afirmativas que tardaram, seguem tentando não falhar trazendo a devida valorização à população negra e à histórica que ajudaram e ajudam o Brasil escrever, nas artes, na cultura e mesmo no mundo do trabalho, onde por muitos séculos foram a base forte.

Os negros, trazidos para o Brasil para serem escravizados, enriqueceram a cultura que aqui se constituiu e que se disseminou ao longo dos séculos, apesar das ressalvas religiosas, educacionais, políticas, legislativas e eurocêntricas. De acordo com Godoy e Santos (2014, p. 37):

As culturas são organizadas por meio de sistemas ou códigos de significação, que dão sentido às nossas e às demais ações. Em virtude disso, qualquer que seja a ação ou prática social, ela é cultural, pois expressa ou comunica significados e, por isso, é prática de significação.

Mesmo assim, durante muito tempo, práticas como o candomblé e a capoeira precisaram acontecer de forma disfarçada por não serem aceitas pelo padrão eurocêntrico que pairava entre os brancos luso-brasileiros. Estes entendiam as práticas, palavras, danças, crenças e quaisquer vivências negras que remetessem a sua terra de origem como atos pecaminosos, e demoníacos. Já que ao padrão de olhar da época, o modelo cultural, religioso e social a ser seguido tinha pele branca e traços europeus.

Lamentavelmente, o ambiente escolar, frequentemente, lembra do negro e da sua importância cultural apenas em datas como o 13 de maio e o 20 de novembro. Toda a riqueza diversa da cultura afro fica engavetada em apenas duas datas, onde não raramente as professoras acabam convidando alguém de fora para vir “fazer uma atividade” com seus estudantes. Deixando assim de planejar um contexto e um compêndio de ações que poderiam fazer parte da escola e dos estudos durante todo o ano letivo e na vida do próprio estudante que consome e vivencia práticas da cultura afrobrasileira sem muitas vezes nem perceber disso. Já que a sociedade brasileira contemporânea é composta de uma grande mistura a que muitos autores chamam miscigenação ou mestiçagem.

A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial (ARAUJO, 2007, p. 05).

Do ensejo entre a ideia de pecado e a curiosidade, os traços culturais da população negra foram sendo incorporados aos poucos à sociedade brasileira. Os senhores miscigenaram-se com as mulheres negras escravizadas, numa relação de

abuso e violação. Mães negras foram privadas do convívio com seus filhos para serem amas de leite dos senhorzinhos recém-nascidos e herdeiros de seus senhores.

O cansaço oriundo do trabalho e a privação de condições mínimas de subsistência causavam momentos de tensão e tristeza, em que a dignidade e os mínimos direitos não eram respeitados e o negro que, por vezes, desfalecia de tanto trabalhar era amarrado ao tronco e surrado de forma violenta e nada piedosa.

Da vida em cárcere, das agressões, da privação das condições mínimas para viver sua vida, falar seu dialeto, ter suas crenças e suas relações afetivas sem a interferência e a violação do branco, surgiu a urgência de resistir. Resistir pacificamente, era cultuar seus símbolos religiosos enterrados em altares abaixo das imagens dos santos católicos, considerados as crenças corretas pelos homens brancos senhores de terras. Resistir de forma violenta era fugir para os quilombos, que eram locais afastados, em meio a florestas, onde fugitivos se abrigavam para não retornar a vida de mazelas sob o poder dos senhores de escravos. Segundo Falcão, Inácio e Vieira (2011, p. 26):

Os quilombos constituíram-se, portanto, em complexas experiências, embrenhadas nas matas, selvas e montanhas, cujos moradores dedicavam-se à economia de subsistência e às vezes ao comércio e, com isso, garantiram a sua sobrevivência e a construção de identidades próprias. O mais conhecido foi o Quilombo de Palmares (1580-1695), localizado na Serra da Barriga, região situada entre os atuais Estados de Alagoas e Pernambuco, cujo principal líder, Zumbi, transformou-se em símbolo de resistência.

Mas, no quilombo não havia somente negros. Outros, que faziam parte das minorias perseguidas pela sociedade da época, encontravam no quilombo um abrigo e um lugar de conforto onde as diferenças eram acolhidas e, como uma comunidade, aquele espaço se organizava em economia coletiva de subsistência.

O volume de negros trazidos para o Brasil e a quantidade de negros que aqui já vivia, ao longo dos séculos passou a sustentar uma preocupação crescente. Lembramos aqui que o africano era tirado de sua terra e de sua família, era rebatizado, submetido a condições desumanas de trabalho, e sem entender a língua que era falada, era colocado junto a outras pessoas, que também se encontravam tão perdidas, tristes e maltratadas quanto ele. Lembramos aqui que o africano viajava em condições pouco favoráveis de alimentação e sobrevivência, com

pouquíssimo espaço, sem comida em condições de consumo, sem água potável, por vezes, via seus companheiros de viagem adoecerem, morrerem e serem lançados ao mar.

Essa situação de humilhação e desespero, além da privação de uma vida familiar, religiosa, cultural e afetiva que fosse livre e digna fomentaram uma vontade de fugir e de se vingar. Os brancos dominadores, senhores de escravos e condutores dos navios temiam que houvesse uma insurgência de negros escravizados em busca de liberdade e vingança que fosse tão grande quanto a população de negros que aqui vivia. Esse medo se intensificou após a Revolução de São Domingos, no Haiti, reconhecida como a única revolta de escravizados da história que resultou na independência de uma nação, além de marcar a abolição da escravidão em todo o território haitiano.

Portanto, começou-se a considerar um branqueamento na mão-de-obra e uma reorganização social. Assim, em 1850, promulgou-se a Lei Eusébio de Queiroz que proibia e punia o tráfico negreiro. A partir dessa lei não se poderia mais transportar negros africanos para serem escravizados em terras brasileiras. Mesmo assim, as regiões que mais necessitavam dessa mão-de-obra não abriram mão do tráfico, continuando a transportar os negros importados para o trabalho, mesmo sujeitos à punição imposta pela lei.

Em 1871, promulgou-se a Lei do Ventre Livre, de acordo com a qual os filhos de escravizados nascidos a partir daquela data seriam livres e, em 1885, a Lei do Sexagenário que libertava os escravizados com mais de 65 anos de idade. Em 1888, por fim, assinou-se a abolição da escravatura. Todavia, o que não se refletiu foi sobre o que esta libertação significava, pois a liberdade só é plena quando temos condições de sobreviver, seja pelas condições financeiras seja pelas condições de saúde, de educação, de moradia, de políticas públicas. O certo é que alguém que foi escravizado durante a sua vida toda no trabalho pesado e ainda vivesse aos 65 anos, já estaria debilitado, com problemas de saúde que dificultavam o trabalho fora do espaço que habitava, portanto a liberdade o condicionava à marginalização.

Mas, “as dificuldades da após-Abolição, com a grande massa de libertos sem ter o que fazer, entregues à própria sorte, não foram cogitadas” (LUNA, 1968, p. 203). A libertação tão sonhada foi conquistada no papel, mas o governo vigente não ofereceu políticas públicas que inserissem com cuidado e respeito aqueles que estavam recebendo sua tão almejada alforria. Nesse sentido, o tempo passou e a

população negra que habitava cortiços no centro da grande cidade foi expulsa para que o centro fosse repensado durante a reforma urbana conhecida pela alcunha “Bota-Abaixo” e, por fim, a população negra acabou às margens da cidade, às margens da sociedade, submetida a condições indignas de vida.

Desse despreparo para o que viria depois da libertação dos escravizados e do volume de questões sociais de desigualdade e exclusão surge um desequilíbrio histórico que até hoje suscita discussões. O que se pode afirmar, com toda certeza, é que a dívida social da população brasileira com sua parcela negra é muito grande e, embora muitos não compreendam esse despreparo governamental com as políticas de branqueamento, deu-se continuação a um processo de agravamento das desigualdades sociais que condenou o negro à pobreza e à marginalidade e dificultou de diversas formas o acesso e o ingresso em inúmeros espaços de trabalho e educação.

2. 4. REPRESENTAÇÕES DO QUE É SER NEGRO E POLÍTICA DE COTAS

O legado de exclusão e desigualdade, fruto de séculos de escravidão e de uma abolição desprovida de suporte social, atrasou significativamente o debate sobre compensação ou reparação. Durante muito tempo, a ausência de políticas públicas voltadas ao apoio da população negra perpetuou o ciclo de marginalidade e pobreza. A abolição, em vez de libertar plenamente, frequentemente condenava os libertos à exclusão social, reforçando a ideia de que a liberdade, para muitos, era apenas um novo nome para a precarização de suas vidas.

As leis pós-libertação também não faziam questão de incluir o negro em seus processos democráticos. Nem sequer era dada a ele a possibilidade de votar. Hoje em dia, vigora uma política de cotas raciais que intenta corrigir ou amenizar a desigualdade alimentada pelas legislações e políticas governamentais. Essa lei foi colocada em vigor em 2012 e passou por revisão em 2022.

Mas, afinal, o que é ser negro no Brasil hoje? O IBGE considera que negro é todo aquele que autodeclara sê-lo. Entretanto, existem muitas polêmicas que perpassam as discussões sobre raça, etnia e o que deveria ser considerado para definir se alguém é ou não é negro perante o direito às vagas reservadas pela política de cotas. Há que mencionar aqui que:

[...] o conceito de raça é uma convenção arbitrária e pode ser enquadrada como uma categoria descritiva da antropologia, uma vez que é baseada nas características aparentes das pessoas. Portanto, o uso dos termos raça ou etnia está circunscrito à destinação política que se pretende dar a eles (OLIVEIRA, 2004, p. 58)

Em 2005, o vestibular para cotas na UnB gerou discussões, questionamentos e protestos que tinham como viés os ideários de raça, questões biológicas e étnicas, em que os estudantes e a sociedade em geral questionavam a forma como se decidia quem era ou não era “negro o suficiente” para participar, concorrer e acessar às vagas destinadas aos candidatos. Sobre tais absurdos observados naquele certame, Maio e Santos (2005, p. 207) escreveram:

Nas mais diversas esferas da sociedade brasileira, seja no tocante à educação, à saúde ou às condições socioeconômicas, é evidente que há iniquidades no plano étnico-racial que precisam ser combatidas. A luta contra o racismo vem ocupando posição proeminente no debate político contemporâneo. Se há consenso quanto à existência e à relevância do problema, o cerne dos debates centra-se nas formas de enfrentamento .

As discussões e aprendizados acumulados ao longo desses anos culminaram na aprovação da política de cotas em 2012, que permanece em vigor até os dias atuais. Essa política assegura o acesso de estudantes de escolas públicas, pessoas com deficiência, pretos, pardos e indígenas a universidades e institutos federais, promovendo maior inclusão em espaços onde anteriormente sua presença era muito reduzida. Conforme previsto na lei, a política foi estipulada para passar por revisão após 10 anos de sua implementação, o que ocorreu em 2022.

Ainda há muito que se refletir para compreender o que compõe a subjetividade de quem participa das comissões de verificação (heteroidentificação) que analisam as autodeclarações e as validam ou negam. O que se sabe é que tais comitês e comissões tornaram-se necessários para “um ajuste de justiça social, demandado pelos sujeitos de direito na trajetória da própria política afirmativa de recorte racial” (BATISTA e FIGUEIREDO, 2020, p. 879). Nesse sentido, o estudo e a pesquisa são necessários para melhor elucidar e compreender os trajetos formativos de quem compõe essas comissões, bem como a sua compreensão de negritude e a sua relação com as políticas sociais e de ação afirmativa.

Para embasar essa investigação, torna-se indispensável uma análise comentada do que já foi publicado sobre o tema, buscando identificar os pontos de

vista convergentes e divergentes entre os autores que abordam as políticas de ação afirmativa e o papel das comissões de verificação e mais especificamente a heteroidentificação. Esse levantamento teórico possibilita traçar um quadro conceitual que não apenas subsidiará o desenvolvimento da pesquisa, mas também ampliará a compreensão sobre as múltiplas dimensões que envolvem o reconhecimento da negritude e a aplicação da política de cotas étnico-raciais.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Pesquisar é uma forma de reunir informações sobre determinadas temáticas e, através da reunião e da análise dessas informações, responder a perguntas, solucionando problemas ou fornecendo maior arcabouço para que as soluções sejam alcançáveis. A organização de pesquisas, suas estratégias, etapas e formatos aproxima a sociedade de novos conhecimentos e amplia os horizontes da ciência e do conhecimento humano.

Dentro desse contexto da pesquisa existe uma relação dialógica entre o conhecimento científico e o popular e esta relação é importante para o desenrolar da pesquisa que aqui se apresenta por atuar em forma de coleta/construção de dados a ser implementada através de entrevistas semiestruturadas.

Segundo Ramos e Ramos (2018, p. 25-26):

[...] atualmente, há uma (re) significação do conhecimento popular, pois, como já mencionamos, na ciência moderna, havia uma preocupação em classificar o conhecimento em "científico" e "não-científico". Os verbos que imperavam nessa ciência eram: classificar, conceituar, verificar por outro lado, com o surgimento da ciência pós-moderna, isso vem mudando, pois, a preocupação dos pesquisadores não está em tão somente classificar o conhecimento, mas em refletir, indagar e perceber que, tanto o conhecimento popular, quanto o científico contribuem para o processo de construção da inteligência humana.

A entrevista surgiu neste contexto, trazendo à tona importantes informações e perspectivas que enriquecem a discussão sobre o tema. Os dados compilados em entrevista foram analisados levando em consideração os arcabouços intelectuais, técnicos e subjetivos, os saberes e vivências de cada colaborador da pesquisa.

Entende-se que o lado científico e o lado humano, subjetivo, de convívio e popular aqui presentes também são elementos de formação na trajetória do entrevistado.

Para Jacobini (2011, p. 50-51), “Na pesquisa é importante que se saiba o que se quer conhecer, o que se quer resolver, do contrário teremos mais uma tarefa mecânica, em que coletaremos dados sem que saibamos o que podem significar”. Assim como em todas as pesquisas, este estudo também partiu de um problema de pesquisa e teve como objetivo geral encontrar uma resposta, ou possível resposta, para este problema e através dos objetivos específicos buscar melhor delinear o cenário encontrado como resposta ou os diversos cenários que poderiam ser apresentados, na medida em que a pesquisa foi qualitativa e se deu com pessoas.

Para Moreira, a pesquisa qualitativa frequentemente está associada a atributos que a qualificam como “*interpretativa, holística, naturalista, participativa, interacionista simbólica, construtivista, etnográfica, fenomenológica e antropológica*” (MOREIRA, 2011, p. 76). Corroborando com a ideia fundamental da pesquisa que é estudar sobre trajetórias formativas e subjetividades que não caberiam em uma pesquisa quantitativa.

A pesquisa qualitativa é capaz de respeitar as especificidades humanas e subjetividades com as quais nos deparamos ao longo das entrevistas. Com o adequado procedimento de análise tornou-se ideal para o desenvolvimento da pesquisa. É um estudo amplo que possibilita ressignificações e interpretações e uma dialógica entre o vivenciado e o estudado.

Da mesma forma, esta pesquisa teve cunho social, pois seus resultados podem servir como base para que se mude ou ressignifique as compreensões acerca dos processos e trajetórias que permeiam a formação de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação). Para Flick (2013), a pesquisa social ajuda na tomada de decisões políticas e práticas e cada vez mais os fenômenos e questões com que a pesquisa social se envolve desempenham papel significativo na vida cotidiana.

Dessa forma, desenvolveu-se a pesquisa respeitando o diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento popular, abordando sob um ponto de vista qualitativo, focada nos preceitos e convergências estabelecidas pelo objetivo e pelo problema de pesquisa e convencida da importância social da temática aqui estudada para que haja uma ressignificação de olhares .

3.2. AMOSTRA

A entrevista piloto foi realizada com um membro que já integrou a Comissão de Verificação (Heteroidentificação) de um Instituto Federal. Após a sua realização, iniciou-se as entrevistas com os membros da Comissão em vigência durante o período de desenvolvimento desta pesquisa.

A composição amostral utilizou a técnica conhecida como Snowball ou, em português, bola de neve. Dessa forma, o primeiro membro da Comissão de Verificação a ser entrevistado foi buscado a partir do Edital nº 230/2022 do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), que apresenta o resultado final do processo seletivo para membros da Comissão de Verificação de Candidatos Autodeclarados pretos/pardos nos Processos Seletivos de Estudantes-2023, processo este aberto pelo Edital nº 201/2022, da mesma instituição. Ambos os editais estão disponíveis no site do IFFar, na aba “Editais”, “Reitoria”. São, portanto, de acesso público.

Segundo Vinuto (2014, p. 203):

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise.

Os entrevistados foram membros da Comissão de Verificação (Heteroidentificação) de um Instituto Federal que estivessem atuando ou tivessem atuado no período de vigência da pesquisa em uma unidade do Instituto Federal.

Para isso acontecer, foi encaminhada uma solicitação à reitoria da Instituição em que a pesquisa foi realizada em forma de Carta de Autorização para Realizar a Pesquisa (APÊNDICE B). O objetivo desse primeiro encaminhamento era obter a permissão necessária para poder acessar a população amostral que nos anexos consta como Carta de Anuência (ANEXO A)

Para que o processo acontecesse de forma idônea, tivemos critérios de inclusão e exclusão em referência a quem poderia participar como população amostral.

3.3. CRITÉRIO DE INCLUSÃO

A partir do contato com um ex-membro da Comissão de Verificação (Heteroidentificação) para a entrevista piloto e do Edital nº 230/2022 do Instituto Federal Farroupilha (IFFar), no qual encontramos o primeiro nome para entrevista, para que a partir dele conseguíssemos a indicação de outros membros, os quais foram incluídos na pesquisa como colaboradores da população amostral.

Os colaboradores⁶ da pesquisa deveriam ter feito ou fazer parte da Comissão de Verificação (Heteroidentificação) vigente durante o período em que a pesquisa estava sendo realizada. Após autorização da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, o primeiro nome a ser entrevistado foi procurado pela pesquisadora, que apresentou a proposta de estudo, os fundamentos metodológicos e éticos. A partir dele, surgiram indicações que deram seguimento à pesquisa.

Ocorreu também uma apresentação formal como critério inicial para participação. Houve um convite de participação no grupo amostral e no caso da resposta ser afirmativa, foi apresentado e solicitado assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C), pois os colaboradores da pesquisa eram todos maiores de idade. Do mesmo modo foi entregue o Termo de Confidencialidade (APÊNDICE D) que formalizou o registro do sigilo e do anonimato dos colaboradores.

Foram colaboradores dessa pesquisa membros da Comissão de Verificação (Heteroidentificação) atuantes durante o período de vigência da pesquisa em um Instituto Federal.

Pretendia-se entrevistar 8 membros da Comissão de Verificação (Heteroidentificação), podendo esse número ser reduzido, caso houvesse saturação da pesquisa. Segundo Minayo (2017, p. 05), “Saturação é um termo criado por Glaser e Strauss (1967) para se referirem a um momento no trabalho de campo

⁶ Nessa pesquisa opta-se pela utilização do Termo Colaborador em substituição ao termo participante com vista a demarcar a partir do pressuposto teórico de Marie Cristine Josso (2007) que compreende o entrevistado muito mais do que um mero narrador e, sim, como co/partícipe do processo de produção e significação dos dados.

em que a coleta de novos dados não traria mais esclarecimentos para o objeto estudado”. O ponto de saturação seria, então, uma situação em que as respostas ao Roteiro de Perguntas da Entrevista não trouxessem mais novos elementos e contribuições para o objetivo geral desta pesquisa.

Após indicações e contatos, entrevistou-se os membros ou ex-membros de comissões de verificação (heteroidentificação) em decorrência das indicações recebidas por conta do snowball. Das entrevistas, 08 se mantiveram após as análises de ponto de saturação e respectivo retorno dos termos assinados com a permissão para utilização na escrita da pesquisa.

A partir dos critérios definidos e dos encaminhamentos iniciais, o contato com os colaboradores foi estabelecido e a pesquisa foi apresentada. Para a não identificação, em virtude de questão ética da pesquisa, foram escolhidos nomes fictícios para os colaboradores. A escolha da pesquisadora levou em conta o nome de personagens que aparecem na história do livro *Defeito de Cor*⁷, escrito por Ana Maria Gonçalves, quais sejam: Cabeça de Negro, Lina, Américo, Benedita, Domingos, Quaresma, Senhora dos Ventos e Loureço. Cada colaborador recebeu um nome que não necessariamente tinha relação com sua sexualidade, etnia, religião ou demais especificidades, levando em conta que a utilização de codinomes se dá justamente para preservar a identidade de quem participou da pesquisa.

No intuito de compor o perfil dos colaboradores da pesquisa, sintetizamos algumas informações que estão disponibilizadas no quadro a seguir:

TABELA 1 - PERFIL DOS COLABORADORES DA PESQUISA

	Nome Fictício	Perfil
Entrevistado 1	Cabeça de Negro	Sexo: Masculino Cor/etnia: Branco Formação: Doutorado. Experiência Profissional: Professor, coordenador de cursos técnicos e participação em diversas comissões

⁷ *Defeito de Cor* é o primeiro romance de Ana Maria Gonçalves, lançado em 2006. A obra narra a trajetória de Cabeça de Negro, uma mulher negra nascida na África que é escravizada no Brasil durante o período colonial. A autora constrói uma história rica em detalhes históricos e culturais, abordando questões de identidade, resistência e a luta pela liberdade, enquanto traça uma reflexão sobre as complexas relações raciais e sociais na formação do Brasil. O romance mistura elementos da história real com ficção, destacando o protagonismo de mulheres negras na história do país e apresentando um olhar crítico sobre a escravidão e as heranças dessa estrutura social. A obra foi amplamente reconhecida pela crítica literária e contribuiu para o fortalecimento da literatura negra no Brasil.

		institucionais. Experiência em Comitês: Membro da Comissão de Heteroidentificação, com formação em cursos especializados na área de cotas e processos de heteroidentificação.
Entrevistado 2	Lina	Sexo: Feminino Cor/etnia: Parda Formação: Mestranda Experiência Profissional: Funções técnicas, com experiência em administração pública e em instituições de ensino superior. Atuação em processos seletivos e na formação de comissões para avaliação de candidatos. Experiência em Comitês: Membro da Comissão de Heteroidentificação, com participação em processos de avaliação de autodeclaração em processos seletivos. Possui experiência significativa na análise de políticas de cotas e engajamento com questões étnico-raciais na educação superior.
Entrevistado 3	Américo	Sexo: Masculino Cor/etnia: Pardo Formação: Doutorado Experiência Profissional: Professor em diversos níveis de ensino. Experiência em Comitês: No que se relaciona com comissões de heteroidentificação ou outras, não teve

		experiências anteriores.
Entrevistado 4	Benedita	Sexo: Feminino Cor/etnia: Negra Formação: Doutoranda Experiência Profissional: Trabalhou em diversas áreas administrativas com experiência em instituições públicas e de educação. Experiência em Comitês: Não relatada, embora tenha vivência no setor educacional e uma trajetória ligada a questões de educação e administração pública.
Entrevistado 5	Domingos	Sexo: Feminino Cor/etnia: Branca Formação: Doutoranda Experiência Profissional: Trabalhou em diversas funções relacionadas à assistência social. Experiência em Comitês: Participação no processo de implementação de políticas de cotas na instituição de ensino onde trabalha, incluindo a busca por formação para atuar em comissões de heteroidentificação, com o objetivo de garantir o acesso justo às cotas e evitar fraudes na autodeclaração.
Entrevistado 6	Quaresma	Sexo: Feminino Cor/etnia: Negra Formação: Mestrado. Experiência Profissional: Trabalhou como técnica. Experiência em

		Comitês: Participou de discussões sobre políticas de cotas, sendo uma das poucas pessoas negras envolvidas, e atuou em processos relacionados à heteroidentificação.
Entrevistado 7	Senhora dos Ventos	Sexo: Masculino Cor/Etnia: Negro Formação: Licenciatura Experiência Profissional: Professor e agente de infraestrutura. Experiência em Comitês: Participou de discussões sobre políticas de cotas e equidade étnico-racial durante sua formação e atuação profissional, com foco em questões relacionadas à educação e à vivência de pessoas negras no contexto educacional.
Entrevistado 8	Lourenço	Sexo: Feminino Cor/Etnia: Branca Formação: Bacharel com especialização. Experiência Profissional: Atuou como professora junto à Educação Especial. Experiência em Comitês: Envolvimento com ações afirmativas, especialmente relacionadas à implementação de políticas de cotas. Participa ativamente no processo de heteroidentificação, na organização de processos seletivos e orientações relacionadas.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

3.4. CRITÉRIO DE EXCLUSÃO

No que se refere a critérios de exclusão, foram considerados não incluídos na pesquisa, o orientador da pesquisadora e pessoas que tenham parentesco com a pesquisadora, seu orientador e sua co-orientadora. Da mesma forma, todo e qualquer membro da Comissão de Verificação (Heteroidentificação) que recusasse o convite e ou que desistisse a qualquer tempo de participar ou colaborar na pesquisa.

3.5. FORMA DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

A ideia foi trabalhar com entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE E), por entender que nesse formato é possível que o colaborador da pesquisa, ao ser entrevistado, tenha mais liberdade para discorrer em suas respostas, valorizando assim a subjetividade de seus conhecimentos, de suas vivências e entendendo que estes também são imprescindíveis para que a pesquisa seja bem sucedida.

Todo e qualquer contato entre a pesquisadora e os possíveis colaboradores da pesquisa só ocorreram após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa (CEP). que foi obtida sob o Parecer Consubstanciado nº 6339510 (Anexo B).

Cada entrevista ocorreu apenas após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todos os colaboradores que colaboraram com a pesquisa receberam o Termo de Confidencialidade, que visava garantir que as informações compartilhadas fossem sigilosas e que os colaboradores da pesquisa tivessem assegurado o seu anonimato. Somente após ser apresentado o termo de autorização de uso de imagem é que foi permitida a gravação de voz e imagem dos colaboradores.

Quando ciente e esclarecido, o colaborador que aceitou participar da pesquisa, assinou os termos já citados em duas vias, sendo que uma permanecerá em seu poder e a outra em poder da pesquisadora. A nenhum colaborador da pesquisa foi obrigatório responder todas as perguntas, sendo que a qualquer momento, se fosse da vontade do colaborador, este poderia solicitar afastamento da investigação sem que isso incorresse em nenhum constrangimento, prejuízo ou penalidade.

Os dados coletados/construídos serão preservados e resguardados em confidencialidade pela pesquisadora, mesmo após a sua divulgação acadêmica. Em nenhum momento a identidade dos colaboradores será exposta, sendo atribuído a cada colaborador um codinome que terá relação com a temática proposta pela pesquisa, neste caso com os personagens do livro *Defeito de Cor*, como já citado anteriormente. Usar os codinomes é uma forma de preservar a subjetividade de cada entrevistado sem expor a sua real identidade, garantindo assim o anonimato.

Para realizar a coleta de dados foi utilizada uma entrevista semiestruturada que captada com uso de smartphone e gravador de voz. A realização das entrevistas ocorreu de forma online através do Google Meet com agendamento prévio de horário.

A pesquisadora realizou as entrevistas e fez as gravações das mesmas para transcrição e análise futuras. As entrevistas foram transcritas e devolvidas aos colaboradores, para que pudessem suprimir ou corrigir qualquer equívoco de gravação. As transcrições ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora que responde pela autoria do trabalho.

Os momentos de interação entre pesquisadora e colaboradores da pesquisa foram agendados de forma a respeitar a agenda e os compromissos dos colaboradores, evitando indisposições, sobrecargas e qualquer situação que causasse desconforto aos entrevistados, bem como, o sigilo das suas identidades.

O instrumento de construção/coleta de dados passou por validação com duas pesquisadoras da área. Tal validação ocorreu somente após parecer positivo com autorização e validação pelo Comitê de Ética-CEP.

A coleta piloto foi feita junto a um ex-membro da Comissão de Verificação (Heteroidentificação). Em caso de necessidade de uso da entrevista piloto nas escritas relacionadas a esta pesquisa, comprometeu-se a pesquisadora em emitir uma solicitação para uso que respeite todos os termos éticos já explicitados anteriormente.

O primeiro membro da Comissão de Verificação a ser entrevistado foi buscado a partir do edital 230/2022 da reitoria do Instituto Federal Farroupilha (IFFAR) (ANEXO C) que trata do resultado final do processo seletivo para membros da Comissão de Verificação de Candidatos Autodeclarados pretos/pardos nos Processos Seletivos de Estudantes-2023, processo este aberto pelo edital 201/2022,

da mesma reitoria. Ambos os editais estão disponíveis no site da instituição, na aba “Editais”, “Reitoria”. São, portanto, de acesso público.

Por fim, mantendo todos os cuidados e procedimentos éticos, após, foi realizada a coleta de dados. A seguir, sintetizamos os momentos das entrevistas com os colaboradores, a forma de realização da entrevista, o tempo de duração desta e a dimensão desta, em páginas, da transcrição que compõe o corpo da análise.

TABELA 2 - SÍNTESE DOS MOMENTOS DAS ENTREVISTAS

Colaboradores	Forma e local da realização da entrevista	Local da realização da entrevista	Tempo de duração da entrevista	Dimensão de material escrito
Cabeça de Negro	Videoconferência	Vídeochamada - Google Meet	59 minutos	23 páginas
Lina	Videoconferência	Vídeochamada - Google Meet	65 minutos	33 páginas
Américo	Videoconferência	Vídeochamada - Google Meet	65 minutos	28 páginas
Benedita	Videoconferência	Vídeochamada - Google Meet	90 minutos	37 páginas
Domingos	Videoconferência	Vídeochamada - Google Meet	89 minutos	44 páginas
Quaresma	Videoconferência	Vídeochamada - Google Meet	106 minutos	42 páginas
Senhora dos Ventos	Videoconferência	Vídeochamada - Google Meet	105 minutos	41 páginas
Lourenço	Videoconferência	Vídeochamada - Google Meet	66 minutos	30 páginas
TOTAL	–	–	645 minutos	278 páginas

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A partir do Quadro 3, identifica-se um total de 10 horas e 45 minutos de entrevistas realizadas, resultando em 278 páginas de material transcrito. Essas transcrições constituíram o texto submetido aos procedimentos de análise desta

pesquisa. No próximo tópico, serão detalhados os métodos pelos quais foram conduzidas as análises dos dados.

3.6. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Quando iniciamos uma pesquisa e nos propomos a coletar dados através de entrevista, o próximo passo no desenvolvimento dessa pesquisa é a análise de dados. Há que se ter cuidado e esmero com os procedimentos adotados para que essa análise aconteça da melhor forma, assim de fato contribuindo para o meio no qual está inserida.

Segundo Bardin (2016, p. 15-16):

O maior interesse desse instrumento polimorfo e polifuncional que é a análise de conteúdo reside - para além de suas funções heurísticas e verificativas - no constrangimento por ela imposto de alongar o tempo de latência entre as intuições ou hipóteses de partida e as interpretações definitivas ao desempenharem o papel de “técnicas de ruptura” face à intuição aleatória e fácil, os processos de análise de conteúdo obrigam a observação de um intervalo de tempo entre o estímulo-mensagem e a reação interpretativa. Se este intervalo de tempo é rico e fértil, então há que recorrer à análise de conteúdo [...].

Levando em conta que uma pesquisa na área de ensino, políticas sociais, história e criticidade deve perpassar os dados numéricos e ir além nas suas conjecturas e compreensões, optou-se pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) como método de análise dos dados que serão coletados ao longo desta pesquisa.

Uma análise inicial do que foi coletado permitiu organizar os dados em categorias que tornaram melhor organizados os estudos que vieram em sua continuidade. Num primeiro momento, houve uma organização prévia do material coletado e uma organização sistemática das ideias. Num segundo momento, os dados coletados foram codificados, categorizados e enumerados e num terceiro momento as respostas categorizadas e organizadas de acordo com suas similaridades permitiram que os dados tratados fossem interpretados.

As categorias utilizadas nesta pesquisa foram elaboradas tanto de maneira prévia, fundamentadas nos objetivos e referenciais teóricos que embasaram o estudo, quanto de forma espontânea, a partir das contribuições e relatos dos colaboradores. Ressalta-se que o surgimento de categorias não planejadas inicialmente não compromete o rigor científico. Pelo contrário, tais categorias

emergiram com o propósito de aprofundar a compreensão das vivências e contextos apresentados, superando perspectivas exclusivamente verificadoras, mas mantendo alinhamento com os objetivos traçados para a investigação.

Categorizar ajudou a compreender as mensagens compartilhadas através do discurso, de forma a produzir sentidos e conhecimentos e enriquecer os elementos que contribuíram para a escrita.

3.7. ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa foi apresentado ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) do Instituto Federal Farroupilha (IFFar) e aprovado sob o Parecer de nº 6.339.510.

A resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/12 deu o respaldo ético necessário para as regulamentações, diretrizes e normas a que esta pesquisa está atrelada, a fim de preservar a identidade dos colaboradores e garantir seu anonimato, assim como a preservação e confidencialidade do que foi escrito ou compilado durante as entrevistas. Sendo que a qualquer momento o colaborador da pesquisa poderia optar por não mais fazê-lo e ter garantidos o sigilo e a confidencialidade dos dados até ali ofertados.

Os colaboradores foram contactados individualmente e os agendamentos das entrevistas ocorreram de acordo com os horários e disponibilidades de cada um dos colaboradores. As entrevistas foram realizadas via Google Meet e os dados coletados através de gravador de voz, sendo de inteira responsabilidade da pesquisadora a coleta desses dados. Da mesma forma, o armazenamento dos dados, em formato digital, ficou sob responsabilidade da pesquisadora, os quais serão excluídos 5 anos após a conclusão da pesquisa.

A ideia de utilizar o Google Meet como o espaço e o meio para as entrevistas foi uma forma de preservar o colaborador, no sentido de saúde, devido às questões pandêmicas ainda não completamente resolvidas e potencializar, ao máximo, a boa utilização do tempo do entrevistado e da sua disponibilidade.

A qualquer momento que julgasse necessário, o colaborador poderia retirar seu termo de consentimento sem que sofresse qualquer tipo de constrangimento, prejuízo ou dano de qualquer natureza, respeitando-se sua subjetividade e suas necessidades e garantindo-se o sigilo e o anonimato.

3.8. QUANTOS ÀS DESPESAS E DANOS

Os colaboradores não tiveram despesas, nem compensação financeira ao participar da pesquisa que aqui se apresenta. Entretanto, eles têm direito a indenização em caso de dano ou ressarcimento em caso de despesas. Os gastos necessários para a participação na pesquisa foram assumidos pela autora do trabalho.

Referente aos danos, cabe destacar que trabalhamos tão somente com os trajetos formativos dos colaboradores, com foco em conhecer os processos que os levaram a fazer parte da Comissão de Verificação (Heteroidentificação) de Candidatos Autodeclarados Pretos/pardos nos Processos Seletivos de Estudantes. Entretanto, se, mesmo assim, Caso algo viesse a acontecer, todo e qualquer dano seria ressarcido conforme a legislação vigente. Se fosse necessário um processo reparatório e/ou indenizatório, faríamos consulta à procuradoria jurídica do IFFARROUPILHA e/ou à instância cabível, seguindo sua orientação.

3.9. QUANTOS AOS RISCOS

O risco dessa pesquisa pode ser classificado como baixo, uma vez que não expôs o colaborador a nenhum perigo físico ou material. No entanto, por abordar questões que poderiam afetá-lo emocionalmente, algumas lembranças ou situações discutidas poderiam evocar sentimentos e reflexões pessoais, gerando, assim, emoções diversas no entrevistado.

Caso isso ocorresse, seria perguntado ao colaborador se ele desejava continuar a entrevista ou interrompê-la. Em caso de interrupção, a pesquisadora agendaria um novo dia e horário que fossem confortáveis para o entrevistado. Caso ele não desejasse mais participar, seria informado de que poderia desistir sem acarretar nenhum dano de qualquer caráter.

Em sendo necessário atendimento médico específico, por necessidade de amparo emocional, o colaborador seria conduzido à unidade de saúde de sua preferência, sendo tudo custeado e de responsabilidade da autora da pesquisa. Mas, nenhuma das providências mencionadas precisou ser tomada, pois nenhum dos riscos se concretizou durante a pesquisa.

3.10. QUANTOS AOS BENEFÍCIOS

Os benefícios da pesquisa que aqui se projeta dizem respeito a ampliação e renovação de conhecimentos acerca dos processos de inserção do estudante através da política de cotas étnico-raciais, bem como os conceitos e visões dinamizados pelas comissões de verificação no que se refere a este fim. Assim, a pesquisa contribuirá para melhor compreender os processos relativos à política de cotas na Educação Profissional e Tecnológica.

Da mesma forma, tais contribuições científicas e reflexões auxiliam a pesquisa científica e contribuem com a linha de Práticas Educativas, assim como serão de relevância para compreender quem são e como se formam os membros de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação) e como essa formação e essas trajetórias são relevantes para os processos de análise das autodeclarações da política de cotas raciais.

Ressalta-se aqui que os resultados obtidos através deste estudo serão compartilhados em eventos e publicações de forma a contribuir com as políticas de cotas étnico-raciais nos Institutos Federais e cientificamente agregar novos sentidos e conhecimentos acerca deste certame.

A médio prazo, a pesquisa visa colaborar na ressignificações acerca da forma como a política de cotas étnico-raciais atua nos institutos federais e de como os membros das comissões de verificação são formados, de como compreendem o “ser negro” no Brasil hoje. Tais ressignificações podem acarretar em uma melhor compreensão dos processos de inserção do estudante negro nos institutos federais, bem como tornar mais transparentes os mecanismos e as pessoas envolvidas no funcionamento das comissões de verificação (heteroidentificação).

Acredita-se que essa pesquisa pode vir a proporcionar melhor compreensão sobre os processos e pessoas envolvidos nas políticas afirmativas relativas às cotas na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para que quem tem direito a cota consiga entender de forma mais transparente como as pessoas e os processos de análise da autodeclaração se constituem.

Acompanham os procedimentos desta pesquisa os pesquisadores Darlene Honório Medeiros, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o orientador Dr. Vantoir Roberto Brancher, professor do Instituto Federal Farroupilha, e a co-orientadora Professora Doutora

Neiva Maria Frizon Auler. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) através da Plataforma Brasil e aprovado sob o Parecer nº 6.339.510, tendo, a partir dessa aprovação, sido iniciada a pesquisa.

3.11. RESULTADOS ESPERADOS

São resultados esperados que haja a partir dos dados coletados uma ressignificação na compreensão do que leva alguém a se tornar membro de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação), qual o trajeto formativo dessas pessoas e qual a sua compreensão acerca do que é negritude. Acredita-se que com essa relação, que é um aspecto subjetivo que diz respeito à formação humana e profissional, possa-se compreender a tomada de decisões dos membros de uma comissão de verificação ou quais aspectos da sua formação auxiliam no desenvolvimento de seu trabalho.

Da mesma forma, espera-se e objetiva-se no decorrer desta pesquisa desenvolver um produto educacional que possa agregar valores e conhecimento científico auxiliando nessa conversação entre aquele que é membro da comissão de verificação (heteroidentificação) e analisa as autodeclarações para cotas étnico-raciais e aquele que deseja ingressar nos institutos federais através da autodeclaração para acesso à vaga por política de cotas raciais.

O produto, após sua elaboração, estará acessível ao público em geral, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre a heteroidentificação e suas particularidades. Busca-se, com isso, facilitar o entendimento tanto para estudantes cotistas quanto para a população em geral, utilizando os canais disponíveis para comunicação e compartilhamento de informações. Dessa forma, espera-se não apenas elucidar as nuances do processo de heteroidentificação, mas também contribuir para a construção de um diálogo mais inclusivo e consciente sobre as políticas de ações afirmativas e sua importância no acesso à educação e à equidade social.

Todo conhecimento produzido ao longo desse percurso será, sempre que possível, publicado através de artigos, em livros e revistas, ou divulgado em eventos científicos com o objetivo de fomentar esta discussão tão importante e tão contemporânea.

Apresentar aspectos inerentes à metodologia de pesquisa utilizada, bem

como as etapas, instrumentos, local de investigação, sujeitos envolvidos, enfim todos os procedimentos empregados ao longo do trabalho a fim de permitir ao leitor uma compreensão inequívoca, desde o problema de pesquisa até os resultados obtidos.

4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

4. 1. DO NAVIO NEGREIRO À COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: UMA REVISÃO DE LITERATURA⁸

4.1.1. Introdução

Ao abordar assuntos relacionados à heteroidentificação, percebe-se que, apesar da popularidade contemporânea da temática, ainda há muito a ser pesquisado, explorado e refletido sobre as questões adjacentes. Esta pesquisa apresenta como diferencial o fato de abordar especificamente a heteroidentificação e, ao fazê-lo, lança-se a reflexões acerca das comissões de heteroidentificação, seus trajetos formativos e sua atuação na Educação Profissional e Tecnológica. Ressalta-se que, de todas as pesquisas encontradas, somente uma dava ênfase à questão da heteroidentificação na educação profissional e tecnológica, mas era uma pesquisa externa a esse campo, realizada por uma universidade pública federal. Percebe-se aqui um campo de estudo a ser explorado.

A promoção da inclusão e da equidade racial é uma questão crucial para solucionar as desigualdades históricas e estruturais enfrentadas pelas pessoas negras no Brasil. A implantação das comissões de heteroidentificação foi uma medida adotada com o objetivo de analisar a autodeclaração racial de pessoas pretas, pardas e indígenas que participam de concursos públicos para vagas destinadas às políticas de cotas, bem como prevenir possíveis fraudes nesse processo.

As comissões são responsáveis por avaliar a autodeclaração dos candidatos, buscando identificar se eles realmente se enquadram nos critérios estabelecidos

⁸ Este texto foi escrito dentro dos critérios sugeridos pela Revista CP Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas) e enviado para submissão.

pelas políticas de cotas étnico-raciais. No entanto, a implementação e o funcionamento dessas comissões podem gerar controvérsias e desafios.

A heteroidentificação pode criar situações de constrangimento e até mesmo violência simbólica para os candidatos negros/as. Afinal, a autodeclaração racial é uma questão subjetiva e complexa, que envolve aspectos pessoais e identitários. Além disso, o próprio critério de "aparência física" utilizado pelas comissões pode ser questionável, uma vez que a raça/etnia é uma construção social e não pode ser determinada unicamente por características físicas. Outro questionamento possível se refere à falta de uniformidade e transparência nos critérios e nos procedimentos adotados pelas comissões de heteroidentificação. A ausência de diretrizes claras pode levar a decisões inconsistentes e subjetivas, o que pode gerar desconfiança e contestações sobre a eficácia e a justiça do processo.

É importante destacar ainda que a heteroidentificação por si só não resolve todas as desigualdades étnico-raciais existentes no acesso à educação. É necessário um conjunto de políticas mais amplas e integradas, que envolvam desde ações afirmativas até investimentos na qualidade do ensino básico e medidas antirracistas. Em resumo, é imprescindível refletir sobre os impactos e desafios enfrentados por essa medida. É fundamental que essas comissões sejam transparentes, justas e respeitem a dignidade e a subjetividade dos candidatos negros/as. Além disso, é necessário reconhecer que a heteroidentificação, por si só, não é uma solução definitiva para a promoção da equidade étnico-racial, sendo necessário um conjunto de políticas mais abrangentes.

No decorrer deste trabalho, implementa-se uma busca investigativa embasada em pesquisa bibliográfica sistematizada acerca das tantas vivências diaspóricas que vão da política de cotas raciais à constituição das comissões de heteroidentificação, seus desafios e potencialidades. O objetivo é mapear a produção científica referente às comissões de heteroidentificação e discutir ideias e descobertas a partir das dissertações elencadas na coleta de dados do Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES. Tal mapeamento e análises permitem a abordagem de estudo relevante relacionado à temática.

Nesse contexto, a pesquisa busca contribuir na resposta da seguinte pergunta: Qual a ênfase dada nas pesquisas contemporâneas sobre as comissões de heteroidentificação, sua constituição, suas potencialidades, suas dificuldades e os trajetos formativos de seus membros? O surgimento desse questionamento tem

origem no projeto de pesquisa vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Jaguari.

A materialização da pesquisa deu-se, inicialmente, a partir de Revisão Sistematizada da Literatura e técnica de análise bibliográfica na base de dados do Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES, direcionado especificamente para a temática das comissões de heteroidentificação. Infelizmente, não se encontrou dentre as dissertações elencadas, nenhuma que tenha sido produzida em instituto federal e somente uma que aborda o acesso à educação profissional e tecnológica.

Entendendo que o papel dos Institutos Federais relaciona-se de forma intrínseca com a busca por uma transformação do ser de forma ampla e emancipadora e na perspectiva de fomentar o respeito à diversidade e à inclusão, respeitando, refletindo e atuando para que as normas legais que viabilizam os acessos sejam amplamente conhecidas, estudadas e colocadas em prática, saliento aqui a importância do desenvolvimento de uma pesquisa que contemple os Institutos Federais. Um olhar de pesquisa do instituto e sobre as comissões de heteroidentificação nesse espaço educacional.

Uma pesquisa que aborde a questão das comissões de heteroidentificação, sua constituição, suas potencialidades, dificuldades e que aprofunde a temática tendo como enfoque o fato de que este espaço público federal de educação que está embasado sobre a premissa da educação omnilateral, da escola unitária, da politecnia e da omnilateralidade é espaço democrático de inclusão e acesso e como tal deve estar a frente de seu tempo fomentando a questão das cotas étnico-raciais. Da mesma forma, também devem estar a frente de seus processos de análise de heteroidentificação, membros das comissões de heteroidentificação plenamente capacitados e aptos para tal atuação.

4.1.2 Metodologia

4.1.2.1 Tipo de Pesquisa

Este estudo apresenta uma revisão bibliográfica de dissertações publicadas no Catálogo de Teses & Dissertações CAPES, direcionado especificamente às

publicações em nível de mestrado, todas encontradas no banco de dados da plataforma Sucupira, com foco em comissões de heteroidentificação.

Os filtros foram escolhidos objetivando uma coleta de dados que apontasse achados alinhados com o objetivo dessa escrita, referindo-se em mapear a produção científica referente às comissões de heteroidentificação. O encaminhamento metodológico traz como perspectiva uma abordagem qualitativa que virá ao encontro aos intentos propostos para o processo investigativo e procedendo de acordo com a análise de conteúdo (BARDIN, 2016). Tal análise aqui se apresenta através das tabelas oriundas da busca de dados, em que estão feitas as categorizações.

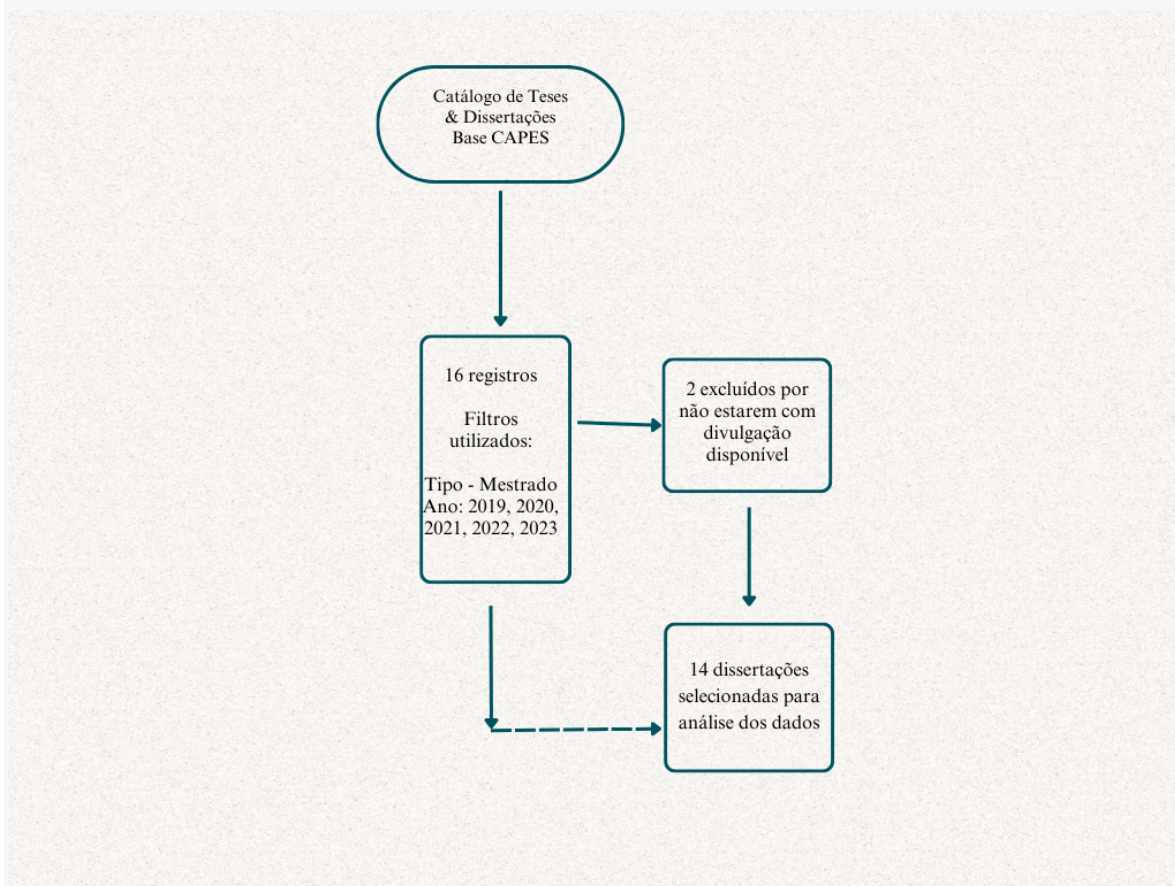
O conjunto de dados utilizado foi obtido a partir das bases de dados do Catálogo de Teses & Dissertações da CAPES. Como passo inicial, definiu-se como palavra-chave “heteroidentificação”. Caso não houvesse material referente com o recorte específico teriam sido investigados termos relacionados, o que não se fez necessário. O critério de escolha da palavra-chave citada se deu por ser específica, ter ligação direta com o tema central e englobar “surgimento das comissões de heteroidentificação, políticas públicas e ações afirmativas relacionadas às questões étnico-raciais e potencialidades e dificuldades no trabalho das comissões”, possibilitando assim uma pesquisa focada para a especificidade do tema escolhido.

Foram analisadas as dissertações produzidas durante os anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. O recorte temporal utilizado como referência foi selecionado no sentido de trazer o que há de mais atual sobre o tema da heteroidentificação, pensar sobre a atuação das comissões em condições adversas como a pandemia e observar a mudança na atuação da comissão de heteroidentificação dos Institutos Federais que, anteriormente, revisava apenas casos de denúncia e agora dá vistas em todos os candidatos inscritos para as vagas por cotas para pretos e pardos nos processos seletivos da instituição.

Inicialmente, utilizou-se a palavra “heteroidentificação” sem a demarcação de aspas. Dessa forma, apresentavam-se 11.745 resultados diferentes e ao observar atentamente era possível perceber que muitos dos títulos que se apresentavam não tinham relação alguma com o que a busca propunha. Ao aplicar outros descritores, essa situação não melhorava. No entanto, ao colocar o termo “heteroidentificação” entre aspas, selecionar o descritor ‘Tipo’ na opção “mestrado” e o descritor ‘Ano’ nos anos de "2019 ", "2020 ", "2021 ", "2022 " e "2023 " apareceram 16 resultados para dissertações. Excluindo os que não tinham divulgação autorizada e os que não

tenham relação direta com a abordagem que essa pesquisa propõe, restaram 14 dissertações.

FIGURA 1 - CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Todas as pesquisas encontradas abordam a questão da heteroidentificação, mas somente uma delas tem enfoque na educação profissional o que aponta a necessidade de se desenvolver mais pesquisas específicas no sentido de entender como esses espaços embasados na politecnia, na omnilateralidade e na escola unitária têm aplicado suas bases teóricas na prática diária das comissões de heteroidentificação.

A partir do levantamento de dados e dos apontamentos e inserções utilizados para a realização da categorização, observando itens como título, autoria, tipo, ano, site, tema de relevância, objetivos, problema de pesquisa, metodologia, forma de

análises e interpretação de dados e principais resultados, desenvolveu-se a Tabela a seguir.

TABELA 3 - RESULTADO DA BUSCA NOS BANCOS DE DADOS E PRODUÇÕES SELECIONADAS PARA ESTE ESTUDO

Ano da Defesa	Produções Encontradas	Produções Seleccionadas
2019	03	03
2020	02	02
2021	04	03
2022	05	04
2023	02	02
Total Geral	16	14

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Embora as temáticas relacionadas a heteroidentificação estejam em alta e sejam pauta de inúmeras discussões sobre políticas públicas, ações afirmativas e reflexões acadêmicas, ao observar o levantamento de dados abordado nesta escrita é possível perceber que não há muitas pesquisas de mestrado que abordam a questão da heteroidentificação.

A tabela seguinte descreve as produções por instituição. Tais informações deixam evidente uma maioria absoluta de pesquisas sobre heteroidentificação sendo desenvolvidas em universidades federais e com concentração em algumas regiões específicas do Brasil.

TABELA 4: LISTA DE PRODUÇÕES ENCONTRADAS POR INSTITUIÇÃO E INSTITUIÇÕES EM QUE FORAM DESENVOLVIDAS

Instituição de Origem	Nº de Dissertações
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)	03
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	02
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	02
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	01
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	01
Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)	01
Universidade Federal do ABC (UFABC)	01
Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)	01
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	01
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	01
Total de dissertações selecionadas	14

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A análise de conteúdo ocorre observando a partir das tabelas geradas nas categorizações, os achados que contabilizaram, após todas as etapas, 14

dissertações. Através do reconhecimento dos objetivos, metodologia, problema de pesquisa e abordagens, intenta-se uma reflexão contemporânea e de grande importância para o advento do estudo e da análise crítica da política de cotas, da questão da heteroidentificação e da formação, atuação e trajetórias formativas das comissões de heteroidentificação.

4.1.2.2 Resultados e discussões

Partindo do resultado final, após as etapas de categorizações, direcionou-se a descrição das produções selecionadas, conforme a tabela abaixo. A tabela apresenta os títulos, os autores, a instituição em que os estudos foram apresentados e o ano em que os mesmos foram concluídos.

TABELA 5: PRODUÇÕES SELECIONADAS PARA CATEGORIZAÇÃO E ANÁLISE DE CONTEÚDO

Autor(a)	Título	Instituição	Ano
Regis Rodrigues Elisio	Comissões de Heteroidentificação: Discursos, práticas e perspectivas das cotas raciais no Brasil	UFU	2021
Isabela Perucci Esteves Fagundes	Heteroidentificação racial para concursos públicos de professores/as na universidade federal de Ouro Preto UFOP	UFOP	2020
Eliaidina Wagna Oliveira da Silva Matos	Judiciação das ações afirmativas de cotas para negros nas universidades	EMESCAM	2019

Fabiana Correa Garcia Pereira de Oliveira	O ingresso de negros/as nos cursos de graduação nas universidades do Brasil: uma análise da efetividade da comissão de heteroidentificação	UFGD	2019
Evellyn Thais Peixoto de Freitas	“O filho que ninguém?”: análise do processo da implementação da comissão de heteroidentificação na UFMT no contexto das relações étnico-raciais brasileiras	UFMT	2021
Elizangela de Souza Bernardes	Das comissões de heteroidentificação às construções de identidades: uma análise sociológica da negritude (re)significada pelos alunos pardos dos cursos de Direito e Medicina da UFGD ingressantes pelo PSV e SiSU (2019-2021)	UFGD	2022
Luci Ana Lima Souza	Ações afirmativas e heteroidentificação: análise dos recursos indeferidos em 2019, nos processos seletivos dos	UFGD	2022

	cursos de graduação da UFGD'		
Ícaro Jorge da Silva Santana	A CPAH por dentro: uma etnografia institucional sobre a comissão permanente de heteroidentificação complementar à autodeclaração da UFBA de 2019 a 2022	UFBA	2022
Najara Lima Costa Frioli	A implementação de cotas raciais na prefeitura de São Paulo: análises sobre os procedimentos de comissões de heteroidentificação	UFABC	2019
Aline de Carvalho Pereira	Ações afirmativas na educação profissional técnica do ensino médio: um estudo de caso com jovens estudantes cotistas	UNIFAL/MG	2020
Gabriela Machado Bacelar Rodrigues	(Contra) Mestiçagem Negra: pele clara, anticolorismo e comissão de heteroidentificação racial	UFBA	2021
Juan Jose Pino	Representações	ULBRA	2023

Martinez	Culturais de “pardo” em comissões de heteroidentificação no concurso público do tribunal de justiça do Amazonas		
Guilherme Matheus da Silva	Comissões de heteroidentificação na UFMT e efetivação do direito fundamental à igualdade	UFMT	2023
Alan Jeffeson Lima de Moraes	A efetivação da política de cotas como estratégia de enfrentamento ao racismo: tensões e avanços na atuação da Comissão de Heteroidentificação na UFMA nos anos de 2020 e 2021 São Luís	UFMA	2022

Fonte: Elaborado pelo autora

Inicialmente, buscou-se pontos comuns entre as produções e abordagens diversas que elas pudessem ter e que ajudassem a desenvolver o assunto objetivado pela pesquisa. Observando atentamente as produções selecionadas é possível averiguar que todas tratam da formação ou atuação de alguma comissão de heteroidentificação, bem como tratam de assuntos relacionados, como a política de cotas étnico-raciais, as políticas públicas e a necessidade de serem acompanhadas por ações afirmativas. Em muitos pontos, itens como os objetivos e a metodologia de pesquisa apontaram haver mais similaridades entre as pesquisas

do que o pressuposto no início do processo de investigação que embasou esse trabalho.

Das dissertações estudadas, todas abordam questões relacionadas à política de cotas étnico-raciais, ações afirmativas, constituição, atuação, desafios e potencialidades da comissão de heteroidentificação, além de discutir os conceitos, as aceitações das políticas de cotas e as inúmeras fraudes ocorridas por ocasião do início da implementação da lei de cotas. Também reflete-se na maioria delas uma necessidade de que a política de cotas étnico-raciais tenha uma fiscalização adequadamente formada e preparada para os processos de heteroidentificação.

Apontam-se casos de constituição da comissão de forma emergencial e, por isso, sem a necessária cautela, orientação e organização. Em algumas situações, inclusive, elegendo como membros pessoas sem trajetórias ou formação que pudessem justificar seu interesse ou envolvimento com o processo. Há que se reforçar aqui a necessidade de que os trajetos formativos dos membros das comissões de heteroidentificação estejam alinhados a proposta da comissão e a temática étnico-racial, sob pena de que a própria comissão não consiga desempenhar com suficiente conhecimento de causa a função a que é destinada.

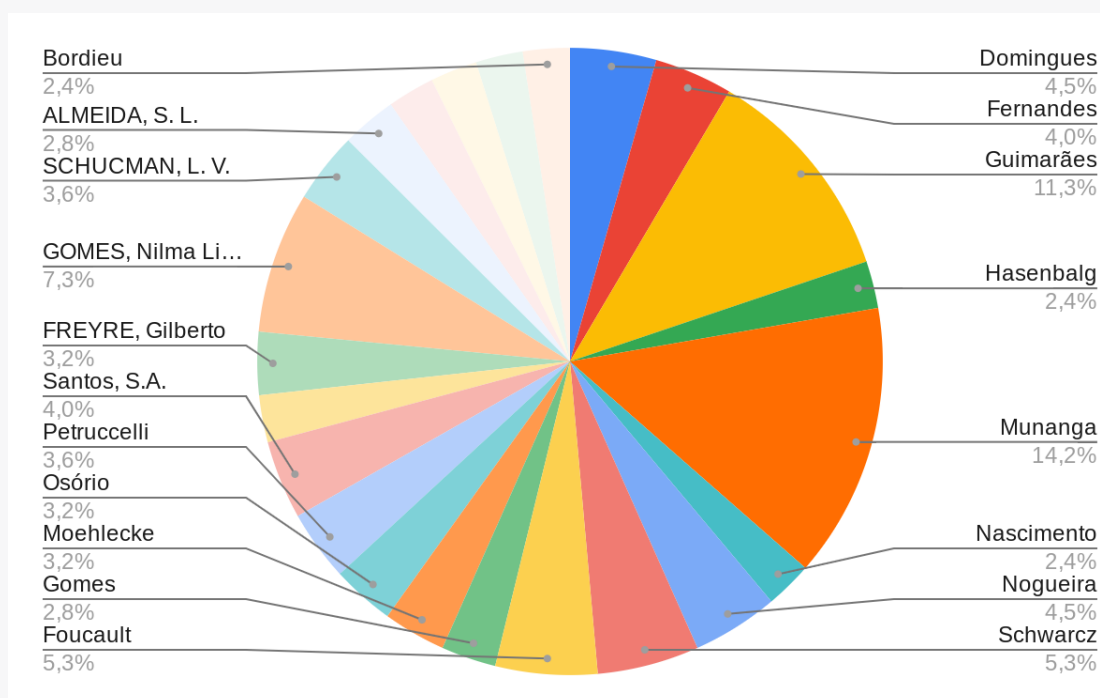
Algumas das dissertações, além de descrever os conceitos tratam dos processos históricos e legais que permeiam a temática e ao descrever os processos históricos apontam relações e direções necessárias para que a formação de tais comissões, aqui já citadas, possam ser realizadas de forma competente.

Na categoria de autores citados nas produções, foram identificados mais de 500 autores. Destes criou-se uma planilha gerando a figura abaixo, que está em formato de gráfico, apontando a quantidade percentual do autor citado nas dissertações analisadas. Como se tratava de um quantitativo numeroso para gerar a figura, utilizou-se como critério para desenvolver o gráfico abaixo, manter aqueles autores que fossem citados seis ou mais vezes. O resultado foi uma tabela com 19 autores, que transformada em gráfico, formou a figura 2 aqui apresentada.

Percebe-se claramente que dentre os autores há uma presença forte da antropologia, da sociologia e de estudiosos que podem não falar diretamente da questão da heteroidentificação, mas costumam olhares e dimensões importantes quando se fala de identidade cultural. No contexto exemplificado citam-se Kabengele Munanga, Florestan Fernandes, Pierre Bourdieu, Stuart Hall e Gilberto Freyre. Foucault e Fraser, por sua vez, empreendem possibilidades filosóficas ao falar de

poder, disciplina, construção social e justiça social. Gomes, Almeida e Schucman abordam a temática do racismo e as perspectivas de gênero relacionadas a este contexto. Schwarcz, Domingues e Moehlecke compartilham um interesse comum na análise dos processos históricos e culturais que moldaram a sociedade brasileira. Assim como Nascimento e Gomes que estudam história e cultura afro-brasileira e Osório que aborda o conceito de cor e raça. Freyre, por sua vez, é motivo de polêmicas acerca da forma como romantiza as relações raciais e naturaliza as desigualdades sociais. Enquanto Petrucelli, Hasenbalg, Guimarães e Nogueira interessam-se na questão étnico-racial, pensando na questão das desigualdades oriundas.

FIGURA 2 - GRÁFICO DOS AUTORES MAIS CITADOS NAS DISSERTAÇÕES ESCOLHIDAS



As dissertações foram categorizadas em três blocos para melhor análise e compreensão. Para agrupar cada bloco, levou-se em consideração as semelhanças teóricas e de abordagem das pesquisas estudadas, posto que elas são oriundas de diferentes programas de mestrado e contemplam dimensões educacionais, antropológicas, sociológicas, históricas, de direito e, especificamente, de políticas públicas.

O bloco 01 reúne 6 dissertações e trata das questões relacionadas à política de cotas étnico-raciais, comissões de heteroidentificação e ações afirmativas sob a perspectiva das ciências humanas. Têm em comum o enfoque nas comissões de heteroidentificação no contexto das políticas de ações afirmativas e cotas raciais, e estão inseridas no campo das ciências humanas, trazendo contribuições para a compreensão dessas temáticas e suas implicações sociais. São autores das mesmas: Regis Rodrigues Elisio (2021), Elizangela de Souza Bernardes (2022), Luci Ana Lima Souza (2022), Ícaro Jorge da Silva Santana (2022), Najara Lima Costa Frioli (2019) e Gabriela Machado Bacelar Rodrigues (2021).

O bloco 02, por sua vez, reúne 5 dissertações e trata das questões relacionadas às comissões de heteroidentificação sob a perspectiva educacional, sendo que sua abordagem é voltada para a educação, mais especificamente relacionada às políticas de ações afirmativas e cotas étnico-raciais no contexto da educação. Investiga a efetividade das comissões de heteroidentificação e analisa seu papel no processo de ingresso e permanência de estudantes negros/as nas universidades e instituições de ensino. São autores dessas dissertações: Isabela Perucci Esteves Fagundes (2020), Fabiana Correa Garcia Pereira de Oliveira (2019), Evellyn Thais Peixoto de Freitas (2021), Aline de Carvalho Pereira (2020) e Juan Jose Pino Martinez (2023).

O bloco 03 possui 3 dissertações e traz uma abordagem relacionada às questões de heteroidentificação sob uma perspectiva do direito e das políticas públicas. Além de abordar o tema da heteroidentificação, essas dissertações também se conectam através do interesse em investigar as políticas de cotas para negros/as nas universidades, suas implicações legais e as dinâmicas de efetivação dessas políticas no contexto das políticas públicas e de combate ao racismo. São autores desse bloco: Eliaidina Wagna Oliveira da Silva Matos (2019), Guilherme Matheus da Silva (2023) e Alan Jeffeson Lima de Moraes (2022).

4.1.2.2.1 Análise dos dados do primeiro bloco

Utilizaremos este tópico da escrita para descrever as correlações das pesquisas elencadas para o Bloco 01, que trata das questões relacionadas à política de cotas étnico-raciais, comissões de heteroidentificação e políticas afirmativas sob a perspectiva das ciências humanas.

Iniciando com a dissertação de autoria de Regis Rodrigues Elisio (2021), intitulada “Comissões de Heteroidentificação: Discursos, práticas e perspectivas das cotas raciais no Brasil”. Ela traz como objetivo principal “interrogar a partir da perspectiva histórica, o processo de instituição das Comissões de Heteroidentificação como mecanismo de averiguação para uso das cotas raciais no Brasil”. Como problema de pesquisa, interroga o processo de instituição das comissões averiguadoras nas instituições federais de ensino, considerando, na perspectiva histórica, os discursos e as práticas da heteroidentificação no âmbito da Política de Ações Afirmativas na Educação.

O procedimento metodológico abordado por Elisio (2021) é um estudo de caso de abordagem qualitativa. Os resultados apontam que, durante a Ditadura Militar, as organizações negras foram enfraquecidas, mas após a redemocratização, o Movimento Negro se reorganizou e combateu o racismo. As políticas raciais nos Estados Unidos influenciaram o pensamento brasileiro, focando na integração do negro. Medidas foram tomadas, mas a implementação das cotas raciais enfrentou desafios. No entanto, o ativismo negro conseguiu avanços significativos com a criação das cotas nas universidades, embora surgissem debates sobre a verificação da autodeclaração étnica dos estudantes beneficiados.

Na sequência, a autora Elizangela de Souza Bernardes (2022) tem como título de sua dissertação “Das comissões de heteroidentificação às construções de identidades: uma análise sociológica da negritude (re)significada pelos alunos pardos dos cursos de Direito e Medicina da UFGD ingressantes pelo PSV e SiSU (2019-2021)”. Esse trabalho traz como objetivo principal “identificar a superação de desafios enfrentados pelos alunos negros-pardos para sua (re)significação enquanto pessoas negras diante da Comissão e a consequente descoberta da sua identidade negra”. Como problema de pesquisa, interroga quais os desafios enfrentados pelos alunos negros-pardos para sua (re)significação enquanto negros diante da Comissão de Heteroidentificação e como ocorre a descoberta de sua identidade negra nesse contexto.

O percurso metodológico usado pela pesquisadora teve base em uma revisão bibliográfica e apontou como resultados que os alunos negros-pardos dos cursos de Medicina e Direito sofrem preconceito racial, embora não tenham plena consciência de sua identidade negra até a validação de sua autodeclaração racial. Uma das conclusões destacadas é que a Comissão de Heteroidentificação atua como um

mecanismo de controle da ação afirmativa, promovendo a redescoberta da identidade negra desses estudantes. Isso auxilia-os a se afirmarem como negros, reconhecendo seus direitos e se tornando protagonistas na transformação da sociedade brasileira. A Comissão de Heteroidentificação é vista como a porta de entrada para uma jornada de autodescoberta e redefinição identitária dentro das universidades públicas do Brasil.

A dissertação de Luci Ana Lima Souza (2022) traz como título “Ações afirmativas e heteroidentificação: análise dos recursos indeferidos em 2019, nos processos seletivos dos cursos de graduação da UFGD”. Seu objetivo principal foi realizar uma análise dos recursos indeferidos pela Comissão Geral de Heteroidentificação na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no ano de 2019.

Como problema de pesquisa, Souza (2022) interroga sobre quais discursos são acionados nas autodeclarações, bem como observa quais as percepções dos candidatos acerca da categoria pardo, para justificarem sujeitos de direitos dentro das políticas de cotas para negros/as na instituição. A autora utilizou como metodologia da pesquisa a análise documental, a análise de discurso de Michel Foucault e a análise de conteúdo de Bardin.

Os resultados revelaram que os candidatos que se identificam como negros baseiam sua autodeclaração racial principalmente em sua ascendência ou genética, mesmo que não apresentem características fenotípicas de negritude. Isso ocorre devido ao discurso do mito da democracia racial enraizado na sociedade, em que reivindicam sua negritude apenas quando lhes convém.

Na sequência das análises tem-se a dissertação de Ícaro Jorge da Silva Santana (2022), com título: “A CPHA por dentro: uma etnografia institucional sobre a Comissão Permanente de Heteroidentificação complementar à autodeclaração da UFBA de 2019 a 2022”. A investigação tem como objetivo geral “investigar e analisar as práticas institucionais/discursivas da CPHA/UFBA por meio das práticas sociais dos seus colaboradores”. Na linha metodológica apresenta-se como uma “etnografia institucional a partir dos instrumentos de diários de campo e entrevistas das múltiplas referências envolvidas”.

Os resultados obtidos, segundo Santana (2022), mostraram que a criação da Comissão Permanente de Heteroidentificação Racial teve um impacto significativo nas denúncias de fraudes nas cotas étnico-raciais. Antes da criação da comissão, as

denúncias eram feitas informalmente, gerando pressão sobre as instituições estudantis. Com a criação da comissão, houve uma sistematização do processo de denúncia e apuração, com métodos específicos e participação da comunidade e do movimento estudantil. Isso contribuiu para uma maior responsabilização e transparência no combate às fraudes.

Já na dissertação de Najara Lima Costa Frioli (2019) intitulada “A implementação de cotas raciais na Prefeitura de São Paulo: Análises sobre os procedimentos de comissões de heteroidentificação” aponta-se como problema de pesquisa: O que as comissões de heteroidentificação identificam como raça?.

A pesquisa apontou como objetivo principal buscar apreender a ideia de raça, configurada aos métodos de execução da implementação, bem como a disputa de narrativas sobre a própria política e seus processos de acesso. Sua pesquisa tem características de pesquisa qualitativa.

Em seus resultados, Frioli (2019) analisa a racialidade brasileira e sua atuação presente, destacando a dominação e subjugação histórica que consolidaram a dimensão sociopolítica da raça. Embora o Brasil não tenha adotado leis segregacionistas, a sociedade ainda é racialmente estratificada, com discriminação velada que limita a mobilidade social dos negros/as. O racismo persiste de forma sistemática e perversa, mesmo sem a presença direta de atores sociais, reproduzindo-se por meio de políticas universalistas que não combatem efetivamente a desigualdade étnico-racial. As ações afirmativas surgiram a partir de marcos históricos e fortaleceram-se ao longo do tempo, abrangendo diversas esferas governamentais. A implementação das comissões de heteroidentificação enfrentou desafios e a vigilância constante é necessária para evitar desvios e garantir o propósito das políticas de reconhecimento. Os mecanismos subsidiários de heteroidentificação são compatíveis com a Constituição, mas exigem treinamento, esclarecimento sobre o conceito de raça e respeito aos direitos humanos para evitar práticas desrespeitosas e fraudes.

A dissertação “(Contra) mestiçagem Negra: pele clara, anticolorismo e comissão de heteroidentificação racial”, de Gabriela Machado Bacelar Rodrigues (2021), traz como objetivo geral contribuir para a ampliação do debate sobre o colorismo no Brasil e especialmente em Salvador, cidade considerada como a mais negra fora do continente africano. Foram realizados estudos etnográficos,

entrevistas e análises bibliográficas para entender as dinâmicas da autodeclaração e os desafios enfrentados pelas Comissões de heteroidentificação racial.

Como propulsores da pesquisa, Rodrigues (2021) traz os seguintes questionamentos: os mestiços, população produzida para ocupar, supostamente, um lugar de “meio”, está hoje em que posição da estrutura social brasileira? Esse “meio” é um lugar racializado? Ainda se mantém verdadeiro que pretos e pardos compartilham dos mesmos indicadores sociais? Se a democracia racial brasileira é mentira, também é mentira que o Brasil é o paraíso dos mulatos?.

Como resultado, Rodrigues (2021) a partir da investigação da relação entre heteroclassificação e autodeclaração racial, com foco na autodeclaração de indivíduos negros de pele clara foi observada uma confusão entre autodeclaração racial e identidade, destacando a importância das Comissões na promoção de processos educativos e na discussão sobre mestiçagem e definições de identidade. O colorismo e a passabilidade também foram abordados, assim como o privilégio pardo e a necessidade de estudos para compreender as desigualdades entre pretos e pardos. A pesquisa contribui para a compreensão do colorismo e busca avanços políticos para combater o racismo, refletindo uma jornada pessoal de formulação identitária e respeitando o legado dos antepassados que lutaram pela equidade racial.

Como conclusão e finalização deste bloco é possível pontuar que o foco dos estudos são as Comissões de Heteroidentificação e as políticas de cotas raciais no Brasil. Embora haja uma convergência acerca da relevância das comissões como instrumentos de averiguação da autodeclaração étnico-racial, divergências emergem quanto aos seus desdobramentos e obstáculos. Ressalta-se o enfrentamento das fraudes e a promoção da equidade racial como resultados auspiciosos, entretanto aponta-se questões problemáticas, tais como a ambiguidade entre autodeclaração e identidade, bem como a reiteração de discursos discriminatórios. Ademais, as pesquisas tangenciam a revelação da identidade negra pelos estudantes e a necessidade premente de aprofundar o debate acerca da mestiçagem, dos critérios de heteroidentificação e do aprimoramento das políticas de ações afirmativas.

4.1.2.2.2 Análise dos dados do segundo bloco

Na sequência socializamos as análises do Bloco 02, que trata das questões relacionadas às comissões de heteroidentificação sob a perspectiva educacional, mais especificamente relacionada às políticas de ações afirmativas e cotas étnico-raciais no contexto da educação.

Iniciamos com a análise da dissertação “Heteroidentificação racial para Concursos Públicos de Professores/as na Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP”, de autoria de Isabela Perucci Esteves Fagundes (2020). A pesquisa tem como objetivo geral compreender a atuação das comissões de verificação da autodeclaração racial para fins de reserva de vagas em concursos públicos para professores efetivos no âmbito da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

O autor se utilizou de pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, cujos instrumentos de coleta de dados foram a análise documental, a entrevista e a observação. A pesquisa apresenta-se permeada de questionamentos no intuito de compreender a temática a que se propõe, dentre eles: nesse Brasil tão miscigenado, quem aqui não é negro?.

Os resultados da pesquisa indicam o papel pedagógico das comissões de heteroidentificação na temática das relações raciais; a efetividade das cotas raciais no aumento da população de docentes negros/as da instituição, especialmente a partir da adoção da heteroidentificação racial; a utilização do critério fenotípico pelas comissões e a fundamentação da adoção desse critério.

Na continuidade das análises seguimos com a autora Fabiana Correa Garcia Pereira de Oliveira (2019), com sua pesquisa intitulada “O ingresso de negros/as nos Cursos de Graduação nas Universidades Federais do Brasil: análise da efetividade da Comissão de Heteroidentificação”. O objetivo desta pesquisa foi analisar a implantação das comissões de heteroidentificação complementar à autodeclaração étnico-racial instituídas nas universidades federais brasileiras. A pesquisa foi exploratória e analítica, com procedimentos quantitativos e qualitativos. Realizou-se também pesquisas bibliográficas, levantamento e análise de fontes documentais de leis, editais de vestibulares e orientações normativas.

Os resultados obtidos na pesquisa indicam a importância crucial das políticas afirmativas em benefício da comunidade negra, tanto no acesso ao ensino superior quanto na consolidação da identidade racial. No entanto, a fim de evitar distorções legais, é imprescindível que as universidades adotem mecanismos de supervisão para coibir fraudes no sistema, garantindo que os verdadeiros beneficiários sejam

contemplados. A criação de comissões para realizar a heteroidentificação como complemento à autodeclaração tem se mostrado uma abordagem positiva para alcançar os objetivos estabelecidos pela legislação.

Na dissertação intitulada: "O filho que ninguém quer?: Análise do processo de implementação da Comissão de Heteroidentificação na UFMT no contexto das relações étnico-raciais brasileiras", de autoria de Evellyn Thais Peixoto de Freitas (2021), o objetivo geral se constitui na análise do processo e das dinâmicas de implementação da comissão de heteroidentificação para o ingresso de pretas/os e pardas/os nos cursos de graduação da UFMT no contexto das relações étnico-raciais brasileiras.

A problemática da pesquisa parte dos seguintes questionamentos:

[...] quais as consequências sociais, políticas e pedagógicas que a comissão de heteroidentificação suscita no ingresso de pretas/os e pardas/os, no contexto das relações étnico-raciais na UFMT. Em que medida a comissão de heteroidentificação é um mecanismo necessário para a efetivação da Lei nº 12.711/2012, no contexto das relações étnico-raciais? Como e quais formas de funcionamento operam nesta comissão? (FREITAS, 2021. p. 07)

Como orientação metodológica, Freitas (2021) utilizou de pesquisa qualitativa e análise de conteúdo de Bardin. Utilizou-se entrevistas semiestruturadas, observação colaborador e documentos.

Como resultados, a pesquisa revela que a implantação da comissão de heteroidentificação na UFMT foi impulsionada por denúncias de fraudes no sistema de cotas. A comissão ainda não se estabeleceu como um processo estrutural de relevância na universidade, mas é considerada necessária para garantir a efetivação da Lei nº 12.711/2012 e promover debates sobre as relações étnico-raciais.

A dissertação analisada na sequência é de autoria de Aline de Carvalho Pereira (2020), com o título: "Ações Afirmativas na Educação Profissional Técnica de Ensino Médio: Um estudo de caso com jovens estudantes cotistas". A autora traz como objetivo compreender o significado das cotas raciais para jovens estudantes cotistas do Centro Federal de Educação Tecnológica do Sul de Minas, CEFET- MG unidade Nepomuceno. No que tange a problematização implementada por Pereira (2020), "o estudo visou identificar se as Políticas Públicas Afirmativas exercem algum efeito no processo de construção subjetiva dos (as) jovens negros (as)".

A metodologia principal empregada por Pereira (2020) foi a abordagem de estudo de caso. Além disso, foram utilizados os seguintes instrumentos para coletar os dados, incluindo revisão de literatura, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas, análise quantitativa dos casos de evasão e permanência de cotistas e não cotistas raciais, e a realização de um grupo focal.

Dentre os resultados apontados por Pereira (2020), observa-se que os estudantes cotistas raciais percebem as cotas raciais como uma forma de ajuda e oportunidade de ingressar em uma instituição de ensino técnico de qualidade. Esses significados são dinâmicos e se modificam à medida que os estudantes tomam conhecimento da história de resistência da população negra. Esses resultados podem contribuir para uma melhor compreensão da implementação das políticas afirmativas nesse contexto específico.

A próxima dissertação analisada traz como título “Representações culturais do “Pardo” em Comissões de Heteroidentificação no Concurso Público do Tribunal de Justiça do Amazonas”, com autoria de Juan Jose Pino Martinez (2023), que aponta como objetivo principal “avaliar as relações e discursos pedagógicos que integram a cultura dos concursos públicos, do ambiente jurídico, fazendo um recorte regional no Estado do Amazonas”.

Algumas questões fundamentais que norteiam este estudo são: quais argumentos são construídos, empregados, ou são recorrentes, na construção e atualização da categoria “pardo” nos documentos selecionados? Quais representações da categoria “pardo” nos pareceres das comissões de heteroidentificação são reproduzidos por outros agentes jurídicos dentro dos processos selecionados? De que modo os marcadores de raça, gênero, classe e cor se entrelaçam nessas representações? (MARTINEZ, 2023, p. 10)

A abordagem metodológica foi qualitativa, segmentada sobre os processos judiciais e está inserida dentro do campo dos estudos culturais. Incorpora uma revisão bibliográfica dos principais acadêmicos que contribuíram para o desenvolvimento dos conceitos centrais da pesquisa. Por meio dessa revisão, são examinados os discursos presentes nos processos judiciais (como manifestações culturais) e analisados sob uma perspectiva cultural.

Nos resultados da pesquisa, Martinez (2023) revela a persistência do racismo nas instituições públicas, com estratégias para burlar as políticas de cotas. As comissões de heteroidentificação são questionadas por sua suposta arbitrariedade e

discriminação. As instituições não alcançaram plenamente os objetivos das políticas de cotas, sendo necessário estabelecer procedimentos mais inclusivos. A representação do pardo varia entre os candidatos e as bancas avaliadoras, as quais possuem diferentes critérios para identificação como negro. É fundamental erradicar o preconceito racial e o racismo para alcançar a equidade.

Após analisar os estudos mencionados, podemos inferir que o racismo persiste nas instituições públicas, mesmo com a implementação das cotas. As artimanhas utilizadas para contornar as políticas de inclusão têm obtido sucesso, revelando a necessidade de medidas mais rigorosas. As comissões de heteroidentificação têm sido alvo de críticas devido à percepção de sua arbitrariedade e discriminação. As instituições ainda não alcançaram plenamente os objetivos das cotas, o que demanda a adoção de procedimentos mais inclusivos. A representação do termo "pardo" varia entre os candidatos e as bancas avaliadoras, revelando a existência de diferentes critérios para determinar a identidade racial. É imperativo combater o preconceito racial e implementar medidas que promovam a verdadeira inclusão e efetividade das políticas afirmativas.

4.1.2.2.3 Análise dos dados do terceiro bloco

Este tópico da escrita descreve as correlações das pesquisas elencadas para o Bloco 03, que traz uma abordagem relacionada às questões de heteroidentificação sob uma perspectiva do direito e das políticas públicas. Além de abordar o tema da heteroidentificação, essas dissertações também se conectam através do interesse em investigar as políticas de cotas para negros/as nas universidades, suas implicações legais e as dinâmicas de efetivação dessas políticas no contexto das políticas públicas e de combate ao racismo.

A primeira escrita elencada para este bloco é de autoria de Eliaidina Wagna Oliveira da Silva Matos (2019) e intitula-se “Judiciação das Ações Afirmativas de Cotas para Negros nas Universidades”. Seu objetivo principal é esclarecer como é feita a constatação da condição de negro e de beneficiário do sistema de reservas de vagas em um Brasil onde a discriminação depende mais de como as pessoas são classificadas pelos outros do que da maneira como elas próprias se veem. A pesquisa é bibliográfica e qualitativa.

Sua problemática se apoia em questões como: “como definir quem é negro no Brasil frente àqueles que não tiveram sua autodeclaração reconhecida pelo Colegiado das Universidades?”. De forma mais específica: E qual o perfil adotado pelo órgão judicial competente no que se refere aos conflitos de interesses que impulsionam a atuação judicial?.

Os resultados destacam a controvérsia em torno da inclusão dos pardos na comunidade negra e a falta de construção de sua identidade étnica. Além da conscientização étnico-racial, as ações afirmativas são necessárias para combater a estigmatização e o estereótipo de oportunismo atribuído aos pardos, que os torna responsáveis pelos efeitos da discriminação. A compreensão da mestiçagem e a aceitação dos pardos como parte dos segregados são fundamentais para forjar uma identidade coletiva. As comissões de verificação de autodeclaração desempenham um papel relevante no combate às fraudes, assegurando que os verdadeiros beneficiários das cotas sejam adequadamente contemplados. As cotas raciais são uma ferramenta necessária para promover uma sociedade igualitária e democrática, rompendo com estereótipos e fomentando a diversidade racial. É crucial que as ações afirmativas sejam periodicamente avaliadas para garantir sua efetividade e combater as desigualdades que afetam a população negra. A promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos ou discriminação, constitui uma responsabilidade do Estado e requer a implementação de medidas políticas capazes de mitigar as disparidades socioeconômicas e a marginalização dos corpos negros.

Guilherme Matheus da Silva (2023) é autor da dissertação “Comissões de Heteroidentificação na UFMT e efetivação do Direito Fundamental à Igualdade”. Tal pesquisa aponta como objetivo principal analisar a viabilidade das comissões de heteroidentificação como instrumentos legais à promoção do direito fundamental da equidade, notadamente acerca do ingresso da população negra nos processos seletivos da Universidade Federal de Mato Grosso.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem analítica, buscando obter informações teóricas e conceituais. Para isso, foram realizados levantamentos bibliográficos e documentais, incluindo leis, editais, orientações normativas e análise jurisprudencial.

Nos resultados apontados por Silva (2023), confirma-se a hipótese por ele levantada “de que as comissões de heteroidentificação são instrumentos legítimos à promoção do princípio da igualdade para o ingresso na UFMT por significar etapa do

processo inclusivo de ação afirmativa, apto a excluir quem não é identificado como negro”.

A última pesquisa analisada neste bloco e neste artigo tem como autor Alan Jeffeson Lima de Moraes (2022) e é intitulada A efetivação da Política de Cotas como Estratégia de Enfrentamento ao Racismo: tensões e avanços na atuação da Comissão de Heteroidentificação da UFMA nos anos de 2020 e 2021 São Luís. Tal estudo busca:

[...] compreender as contradições e acertos, bem como equívocos metodológicos do processo de seleção, numa perspectiva não meramente jurídica, mas também social e política, calcados na identificação dos pontos controvertidos da demanda, as alegações dos requerentes, seu perfil, curso pretendido, manifestação da Procuradoria da UFMA, Ministério Público Federal e por fim a manifestação do Poder Judiciário nas demandas a ele apresentadas (MORAES, 2022, p. 17-18)

Sua questão problematizadora relaciona-se diretamente com a identificação racial dos negros, especialmente dos pardos. Utiliza como metodologia uma abordagem descritiva, exploratória e comparativa, com análise de dados expostos em tabelas e gráficos criados pelo próprio autor e organizados na tabulação do Excel.

Os resultados apontam que o enfrentamento das questões raciais no Brasil é complexo e desafiador, devido à negação histórica das manifestações discriminatórias. O mito da democracia racial persiste, inclusive entre renomados teóricos que tentam reduzir o racismo a uma questão de classe. A análise histórica revela a construção do racismo como um fenômeno social e político, exigindo medidas proativas para combatê-lo. A identificação racial apresenta desafios, especialmente em relação aos pardos, e a implementação das políticas de cotas nas universidades ainda enfrenta dificuldades, como a falta de critérios objetivos de identificação. Apesar disso, é necessário aprimorar a política de cotas, com investimentos em pesquisa, suporte aos alunos cotistas e promoção de uma cultura antirracista. A atuação da Comissão de Heteroidentificação também deve ser aprimorada, garantindo a devida preparação dos membros. Alguns avanços foram identificados, mas ainda há muito a ser feito para combater o racismo e promover a equidade racial no país.

As dissertações analisadas no Bloco 03 convergem ao abordar a heteroidentificação e as políticas de cotas para negros nas universidades como

ferramentas de promoção da equidade racial. Destacam-se os desafios do enfrentamento do racismo no Brasil, a falta de critérios objetivos na identificação racial e as dificuldades na implementação das políticas de cotas. É ressaltada a importância do aprimoramento das políticas de cotas, investimento em pesquisa e suporte aos estudantes cotistas, juntamente com uma cultura institucional antirracista. A atuação das Comissões de Heteroidentificação também é discutida, enfatizando a necessidade de preparação adequada. No entanto, apesar dos avanços, há muito a ser feito para alcançar a equidade racial e combater o racismo.

4.1.3 Considerações Finais

Durante a análise das dissertações, percebemos que cada bloco selecionado abordou as particularidades encontradas em suas respectivas pesquisas. Todas, consideravelmente importantes em suas investigações e reflexões acerca das Comissões de Heteroidentificação e todo o arcabouço de conceitos, leis e práticas que permeiam a sua constituição, o seu surgimento e a sua atuação.

No bloco 01, as pesquisas abordaram a temática das políticas de cotas raciais e das comissões de heteroidentificação no Brasil sob o ponto de vista das Ciências Humanas. Houve convergência na importância das comissões como ferramentas de verificação étnico-racial, mas também surgiram divergências em relação aos seus desdobramentos e desafios. Os estudos destacaram a necessidade de enfrentar fraudes, promover a equidade racial e aprofundar o debate sobre identidade negra, mestiçagem e aprimoramento das políticas afirmativas.

Segundo Santana (2022), criar uma Comissão Permanente de Heteroidentificação gera impactos na forma de lidar com denúncias de fraudes referentes a cotas étnico-raciais e torna perceptível o grau de importância da denúncia referente às cotas étnico-raciais.

O bloco 02 analisou as comissões de heteroidentificação no contexto educacional e suas relações com as políticas de ações afirmativas sob o ponto de vista da Educação. Concluiu-se que o racismo persiste nas instituições públicas, evidenciando a necessidade de medidas mais rigorosas. As críticas direcionadas às comissões destacaram sua arbitrariedade e discriminação. As políticas de cotas ainda não alcançaram plenamente seus objetivos, requerendo procedimentos mais inclusivos e o combate ao preconceito racial.

Apesar das tantas polêmicas, é preciso pontuar que a cota é um mecanismo unânime no que tange ao acesso à educação e ao trabalho. Segundo Pereira (2020, p. 133), “os significados das cotas raciais, para os(as) jovens estudantes cotistas, estão relacionados com a ideia de ajuda, apoio, chance e oportunidade em ingressarem em uma instituição federal de ensino técnico integrado reconhecida pela qualidade do ensino ofertado”. Há que se fomentar nesse sentido, uma formação mais crítica, que proporcione aos estudantes perceberem que a cota não é uma "ajuda" que está sendo “concedida” e, sim, um direito a ser usufruído.

O Bloco 03 abordou a heteroidentificação e as políticas de cotas para negros nas universidades como ferramentas de promoção da equidade racial sob o ponto de vista do Direito e das Políticas Públicas. Destacou-se a falta de critérios objetivos na identificação racial e os desafios na implementação das políticas de cotas. Foi ressaltada a importância do aprimoramento das políticas, investimento em pesquisa e suporte aos alunos cotistas, além da necessidade de uma cultura institucional antirracista. Apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para alcançar a equidade racial e combater o racismo.

Segundo Matos (2019, p. 101):

Para o enfrentamento do preconceito racial, o acesso da população de cor aos meios universitários, ocupando espaço que em outros tempos eram limitados pela elite branca, proporciona aos estudantes, e até mesmo ao corpo docente, a oportunidade de convívio com as diversidades. De fato, a integração, por si só, não tem o atributo de romper de imediato as barreiras do preconceito, mas possibilita novos caminhos, novas oportunidades e novos conceitos.

Após a análise dos três blocos, destacam-se os pontos positivos das pesquisas relacionadas às comissões de heteroidentificação. Essas pesquisas evidenciaram a importância dessas comissões como instrumentos de verificação da autodeclaração étnico-racial, contribuindo para a luta contra o racismo e a promoção da equidade racial. Os resultados obtidos no combate às fraudes e na busca pela equidade racial são encorajadores. No entanto, também foram identificadas dificuldades e desafios relacionados às comissões de heteroidentificação. Questões problemáticas, como a ambiguidade entre autodeclaração e identidade, bem como a presença de discursos discriminatórios, foram apontadas.

É necessário aprofundar o debate sobre a mestiçagem e os critérios de heteroidentificação. Para superar esses obstáculos, é fundamental aprimorar as

políticas de cotas e as práticas das comissões de heteroidentificação, adotando medidas mais rigorosas para evitar contornos das políticas de inclusão. Além disso, é imperativo combater o preconceito racial e promover uma cultura institucional antirracista.

O investimento em pesquisa e suporte aos alunos cotistas, juntamente com a reflexão acadêmica sobre a mestiçagem e os critérios de identificação racial, contribuirão para o fortalecimento das políticas de ações afirmativas e para a efetiva superação do racismo. Em suma, as análises realizadas nos três blocos revelam o potencial das comissões de heteroidentificação na promoção da equidade racial, embora ainda enfrentem desafios.

O avanço, rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, requer o aprimoramento das políticas de cotas, a implementação de critérios objetivos de identificação, a capacitação adequada das comissões e o compromisso com uma cultura institucional antirracista, a fim de combater efetivamente o preconceito racial e alcançar a verdadeira inclusão por meio das políticas afirmativas.

Além das reflexões apresentadas, este trabalho se destaca por sua abordagem abrangente e crítica das comissões de heteroidentificação, indo além das análises convencionais. Enquanto muitos estudos se limitam a discutir os aspectos legais e administrativos, nossa pesquisa revela que não houve, no período pesquisado, nenhum trabalho que estudasse as comissões de heteroidentificação voltadas especificamente para as comissões de heteroidentificação dos Institutos Federais, nem que tivesse sido produzido por esses institutos. Em contrapartida, a pesquisa de Barth (2021)⁹, oriunda de um instituto federal, foca na experiência dos estudantes que ingressam no Instituto Federal por meio das cotas, proporcionando uma visão valiosa sobre esse fenômeno. Ao investigar as potencialidades e dificuldades enfrentadas pelos membros das comissões, buscamos não apenas mapear a produção científica existente, mas também fomentar um diálogo sobre a necessidade de capacitação e formação contínua. Diferentemente de outros trabalhos que podem concluir que as comissões são meramente instrumentos burocráticos, aqui argumentamos que elas têm o potencial de serem espaços de transformação social, onde a educação e o respeito à diversidade devem estar no

⁹ BARTH, Mirian Marciane. Política de Cotas na Educação Profissional e Tecnológica: um olhar sobre os Egressos. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Jaguari, RS.

centro do debate. Essa perspectiva, que integra tanto a análise teórica quanto a prática, enriquece a discussão sobre a efetividade das políticas de cotas e destaca a urgência de um compromisso coletivo com a promoção da equidade racial.

4.2. TRAJETOS FORMATIVOS DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE NEGRITUDE E BRANQUITUDE¹⁰

4.2.1 Introdução

As comissões de heteroidentificação surgem no Brasil como uma resposta à implementação das políticas de cotas étnico-raciais, com a função de verificar a veracidade da autodeclaração étnico-racial dos candidatos. Essas comissões, embora essenciais para garantir a justiça nas políticas de ação afirmativa, são alvo de intensos debates sociais. Como destaca Pierre Bourdieu (1984), a educação tem um poder simbólico que é invisível e não reconhecido, porque está naturalizado e incorporado nas práticas sociais. Esse poder simbólico também se manifesta nas práticas dessas comissões, que não apenas verificam identidades, mas também reproduzem e legitimam dinâmicas de poder étnico-racial.

O papel dessas comissões na reprodução de dinâmicas de poder étnico-racial levanta questões críticas sobre como as noções de negritude e branquitude são mobilizadas e reconfiguradas. Analisar nos permite questionar as formas pelas quais essas comissões podem, consciente ou inconscientemente, perpetuar desigualdades estruturais ao operarem dentro de um sistema que historicamente marginaliza grupos étnico-raciais. A partir dessa perspectiva, o estudo pretende investigar como os trajetos formativos dos membros dessas comissões influenciam suas práticas e decisões.

O objetivo deste artigo é conhecer os trajetos formativos e os saberes dos membros da comissão de heteroidentificação na EPT. E de forma específica, analisar os trajetos formativos dos membros das comissões de heteroidentificação, investigando como suas experiências de vida, educação e inserção social afetam suas práticas na verificação da identidade étnico-racial dos candidatos. Ao explorar como as noções de negritude e branquitude são entendidas e aplicadas por esses membros, o estudo auxilia também na compreensão das implicações dessas

¹⁰ Artigo submetido para a Revista Brasileira de Educação.

práticas para as políticas de cotas e para a luta contra as desigualdades étnico-raciais no Brasil.

A investigação dos trajetos formativos dos membros das comissões de heteroidentificação é crucial para entender as dinâmicas de poder étnico-racial que permeiam suas práticas. Como argumenta Carolina Maria de Jesus, quem passa fome está sempre triste e quem está triste não pensa em estudar (Jesus, 2014), indicando que as condições de vida influenciam profundamente a percepção e as decisões das pessoas. Do mesmo modo, as trajetórias pessoais e sociais dos membros das comissões podem influenciar suas interpretações da identidade étnico-racial, impactando diretamente a efetividade e a justiça das políticas de ação afirmativa.

Este artigo está organizado em quatro partes. Na primeira, será revisada a literatura sobre as comissões de heteroidentificação e seu papel nas políticas de cotas. A segunda parte abordará os trajetos formativos dos membros dessas comissões, analisando como suas experiências pessoais e profissionais moldam suas práticas. A terceira parte discutirá a mobilização das noções de negritude e branquitude no contexto dessas comissões. Finalmente, a quarta parte apresentará as conclusões do estudo, destacando as implicações para as políticas de cotas e a luta contra as desigualdades étnico-raciais.

4.2.2 Comissões de Heteroidentificação: Políticas de Cotas, Trajetos Formativos e Desafios dos Entrevistados Negros

As comissões de heteroidentificação desempenham um papel fundamental no contexto das políticas de cotas raciais no Brasil, atuando na verificação da autodeclaração étnico-racial dos candidatos para garantir que os benefícios das cotas sejam direcionados àqueles que enfrentam discriminação étnico-racial. No entanto, a introdução da heteroidentificação como um mecanismo de controle levanta questões sobre sua eficácia e justiça. As políticas de cotas são uma resposta às profundas desigualdades socioeconômicas que afetam a população negra, mas, como argumenta Abdias do Nascimento (2016), as cotas são uma medida necessária, mas insuficiente, se não acompanhadas de uma verdadeira transformação das estruturas raciais e econômicas que perpetuam a desigualdade.

A heteroidentificação, ao tentar garantir a autenticidade das autodeclarações raciais, pode paradoxalmente reforçar as mesmas hierarquias étnico-raciais que busca corrigir. Segundo Florestan Fernandes (1987), o racismo no Brasil é um fenômeno estrutural, que não pode ser resolvido apenas por medidas paliativas, mas requer uma reestruturação radical das relações de poder que sustentam a supremacia branca. Nesse sentido, a eficácia das comissões de heteroidentificação depende não apenas de sua capacidade de identificar corretamente a etnia/raça dos candidatos, mas também de seu papel na luta contra as estruturas de poder que perpetuam o racismo.

Cabeça de Negro, um dos entrevistados, compartilhou sua percepção sobre o constante desafio de afirmar o que os negros enfrentam na sociedade brasileira. Ele destacou: “Eu sempre senti que ser negro no Brasil é estar constantemente provando para os outros, e para si mesmo, que você é digno de estar em certos espaços.” Essa declaração reflete a realidade enfrentada por muitos negros, que precisam continuamente legitimar sua presença em ambientes onde ainda predominam preconceitos e estereótipos. As comissões de heteroidentificação, nesse contexto, têm um papel crucial ao assegurar que esses espaços sejam mais acessíveis e inclusivos, mas também precisam estar atentas para não reforçarem, involuntariamente, as barreiras que pretendem derrubar.

Os trajetos formativos dos membros das comissões refletem uma trajetória complexa que inclui formação acadêmica, experiências de vida e, frequentemente, um envolvimento profundo com as questões étnico-raciais. Kabengele Munanga ressalta que a formação de um intelectual negro no Brasil envolve não apenas o domínio do conhecimento acadêmico, mas também uma vivência diária da negritude, que informa e molda suas percepções e práticas (Munanga, 2004). Essa vivência é fundamental para garantir que os membros das comissões possuam uma compreensão crítica das dinâmicas raciais no Brasil. Os membros dessas comissões devem ter um entendimento crítico das estruturas de poder racial que moldam as experiências afrodescendentes no Brasil. Essa formação crítica é essencial para que os membros possam atuar de maneira justa e informada, evitando a reprodução das dinâmicas de exclusão que pretendem combater.

Benedita, uma das entrevistadas, refletiu sobre o impacto emocional e a responsabilidade de atuar nas comissões de heteroidentificação, especialmente como mulher negra: “A gente sente um peso muito grande, porque sabemos que o

que está em jogo é a reparação histórica e a justiça social. Mas, ao mesmo tempo, o olhar de cobrança é muito maior sobre nós, mulheres negras. Precisamos de mais apoio institucional para que possamos desempenhar nosso papel sem carregar esse fardo sozinhas.” Sua fala destaca a carga emocional que acompanha a atuação nas comissões e a necessidade de suporte institucional adequado para que os membros possam enfrentar os desafios de maneira eficaz.

Lina, outra entrevistada, destacou a luta diária enfrentada por pessoas negras, inclusive dentro das comissões, onde o desafio de lidar com as complexas questões étnico-raciais é constante. Ela explicou: “O que eu percebo é que essa luta é diária, não apenas no trabalho, mas em qualquer espaço que a gente ocupa.” Essa afirmação sublinha a necessidade de uma formação contínua e crítica para os membros das comissões, que devem estar preparados para enfrentar as questões raciais em todos os aspectos de sua atuação, desde a seleção dos candidatos até o combate às discriminações internas e externas que afetam as dinâmicas raciais no Brasil.

Para muitos dos entrevistados negros, especialmente as mulheres, o acesso ao mundo do trabalho continua a ser um desafio significativo. A discriminação racial e de gênero se entrelaçam, dificultando ainda mais a inserção dessas mulheres em posições de destaque. Segundo Sueli Carneiro, o racismo e o sexismo são estruturantes da sociedade brasileira, tornando-se barreiras quase intransponíveis para as mulheres negras, que enfrentam um duplo preconceito (Carneiro, 2005). Nesse contexto, o concurso público surge como uma oportunidade importante de mobilidade social, proporcionando acesso a posições que historicamente foram negadas à população negra. O acesso a cargos públicos, por meio das cotas raciais, é visto por muitos como uma forma de romper com a tradição de exclusão e marginalização.

Lina reforçou essa visão ao comentar sobre as dificuldades enfrentadas mesmo após a entrada pelas cotas: “Eu vejo a cota como uma porta de entrada, mas o caminho depois dela ainda é muito difícil, especialmente para a mulher negra.” Esse depoimento ilustra a realidade de que, embora as cotas sejam um importante mecanismo de inclusão, os desafios persistem na forma de barreiras que continuam a limitar o avanço de mulheres negras em ambientes de trabalho e acadêmicos.

Além disso, muitos dos entrevistados relataram ter acessado níveis de ensino que toda a sua família não havia alcançado, evidenciando o papel crucial das políticas de cotas na democratização do acesso à educação superior. A ascensão educacional desses indivíduos não apenas marca um avanço pessoal, mas também reflete uma mudança significativa nas possibilidades de ascensão social para as próximas gerações. Esse avanço está intimamente ligado à participação nas comissões de heteroidentificação. Todos os entrevistados concordam que, para fazer parte dessas comissões, é necessário ser negro, concordar com a política de cotas ou ter interesse por políticas públicas e pelo sucesso das mesmas. Em linha com essa visão, Angela Davis afirma que a verdadeira liberdade só pode ser alcançada quando as estruturas institucionais são reformadas para refletir a diversidade e a justiça social (Davis, 2016).

Américo, também entrevistado, expressou a importância de sua participação nas comissões como uma forma de contribuir para a ampliação das oportunidades para outros negros. Ele afirmou: “Participar de uma comissão de heteroidentificação não é só uma responsabilidade, é uma forma de garantir que mais pessoas como eu tenham as mesmas oportunidades que eu tive.” O testemunho de Américo reforça a ideia de que as comissões de heteroidentificação têm um papel não apenas de verificação, mas também de transformação social, ao promoverem a inclusão de mais negros em espaços tradicionalmente inacessíveis para essa população.

Por fim, a educação antirracista, como enfatiza Munanga, é um processo contínuo que deve ser atualizado e revisado constantemente, à medida que novas questões e desafios emergem no campo das relações raciais (Munanga, 2010). Esse processo contínuo de formação permite que os membros das comissões se adaptem às mudanças nas políticas públicas e nas dinâmicas sociais, garantindo que suas práticas estejam sempre alinhadas com os princípios de justiça étnico-racial e equidade.

Benedita destacou a importância de se pensar coletivamente sobre o processo de formação contínua para enfrentar esses desafios: “A gente precisa de formação contínua e de espaços para discutir nossas práticas. Isso não pode ser uma luta solitária.” Essa fala reflete a necessidade de uma abordagem colaborativa e de apoio constante para garantir que as comissões de heteroidentificação possam atuar de forma eficaz e justa.

Américo enfatizou essa perspectiva coletiva ao afirmar: “Precisamos entender que essa luta é coletiva e que a nossa formação precisa refletir isso.” Esse comentário destaca a importância da coletividade e do contínuo aprimoramento no combate às desigualdades étnico-raciais, sendo a formação contínua dos membros das comissões um pilar para garantir que a luta contra o racismo seja eficaz e abrangente.

Dessa forma, a atuação das comissões de heteroidentificação pode ser analisada à luz de suas implicações estruturais, formativas e sociais, considerando tanto os desafios impostos pelas dinâmicas de poder étnico-racial quanto a importância de uma formação contínua e crítica de seus membros. Essa abordagem é essencial para que as políticas de cotas raciais cumpram efetivamente seu papel de combater as desigualdades étnico-raciais no Brasil.

4.2.3. Trajetos Formativos dos Membros das Comissões de Heteroidentificação: Formação, Experiências e Desafios

Os trajetos formativos dos membros das comissões de heteroidentificação são caracterizados por uma combinação de formação acadêmica, vivências pessoais e um envolvimento profundo com questões raciais. Entre os membros entrevistados, três são brancos, enquanto os demais são pretos ou pardos, todos enfrentando desafios significativos no cotidiano relacionados às questões étnico-raciais.

Benedita comentou sobre a complexidade dessas vivências ao afirmar: “Ser parte de uma comissão dessas é entender que estamos tentando corrigir uma injustiça histórica, mas, ao mesmo tempo, temos que tomar muito cuidado para não cairmos em armadilhas que perpetuem as mesmas desigualdades que queremos combater.” Esse depoimento ressalta o equilíbrio delicado que os membros das comissões devem manter ao enfrentar desafios de seu trabalho.

A formação acadêmica dos membros é uma parte importante de sua trajetória, mas não é suficiente por si só. A pesquisadora Lélia Gonzalez (1988) ressalta que a experiência direta com as realidades da negritude proporciona uma compreensão mais profunda das desigualdades estruturais e das estratégias de resistência. A vivência prática e o contato constante com a realidade das questões

étnico-raciais são fundamentais para que os membros das comissões possam abordar as complexidades das dinâmicas de poder racial de maneira eficaz.

Benedita também refletiu sobre a importância da formação contínua: “A formação não é só um curso que a gente faz uma vez e pronto. Tem que ser algo contínuo, porque as questões raciais no Brasil são dinâmicas, e as comissões precisam estar preparadas para lidar com essas mudanças.” Sua observação sublinha a necessidade de uma formação contínua e adaptável para enfrentar os desafios emergentes.

Cabeça de Negro, em sua entrevista, destacou a importância de uma formação que vá além da teoria, refletindo suas próprias experiências. Ele mencionou: “Minha formação acadêmica foi essencial, mas a experiência real, o dia a dia lidando com questões raciais, é que realmente moldou minha visão e minha atuação.” Esse depoimento reforça a visão de que a experiência prática complementa e enriquece a formação teórica, permitindo uma compreensão mais abrangente e crítica das dinâmicas raciais.

Angela Davis (2016) destaca que a formação de indivíduos engajados na luta contra o racismo deve incluir tanto um conhecimento teórico sólido quanto uma prática informada pelas experiências diárias de opressão e resistência. Este ponto é crucial para os entrevistados, que veem sua formação como algo que vai além da teoria acadêmica e deve integrar uma visão crítica das estruturas de poder que afetam diretamente suas vidas e a de outros afrodescendentes.

Lina, por sua vez, falou sobre o impacto das suas vivências na atuação dentro das comissões: “Minha prática e as experiências diárias são o que mais contribuem para a minha atuação nas comissões. Não é só teoria, é viver a realidade.” Sua observação ilustra a necessidade de uma formação que incorpore a prática cotidiana das questões raciais, permitindo que os membros das comissões sejam mais eficazes em suas funções e compreendam melhor as realidades que enfrentam.

Aliado a isso, Stuart Hall (2006) enfatiza que a educação e a formação devem ser adaptadas constantemente para refletir as mudanças nas dinâmicas sociais e nas políticas públicas. Esse processo contínuo de adaptação é vital para que os membros estejam preparados para enfrentar novos desafios e garantir que suas práticas estejam sempre alinhadas com os princípios de justiça e equidade.

Benedita também ressaltou a importância do apoio emocional e institucional, especialmente para mulheres negras que atuam nas comissões: “É uma

responsabilidade muito grande, e, como mulher negra, eu sinto o peso disso, porque sei que estou sendo observada com ainda mais rigor. A gente precisa de apoio e de espaços para discutir essas questões, para não carregar esse peso sozinha.”

Américo destacou a necessidade de evolução constante na formação ao afirmar: “A formação que recebemos precisa estar sempre atualizada, refletindo as mudanças e os novos desafios que surgem. Não podemos nos acomodar com o que já sabemos.” Esse comentário sublinha a importância de uma abordagem dinâmica na formação dos membros das comissões, garantindo que suas práticas se mantenham relevantes e eficazes.

Para além da formação inicial e contínua, é necessário considerar as experiências vividas pelos membros das comissões. De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2008), os indivíduos engajados em processos de inclusão devem ter uma compreensão prática e crítica das realidades sociais que enfrentam, para efetivamente contribuir para a transformação social. Os entrevistados, todos negros ou pardos, enfrentam dificuldades diárias em diversas áreas, como no ambiente de trabalho e na educação dos filhos, refletindo a persistência das desigualdades raciais na sociedade brasileira.

Cabeça de Negro destacou um aspecto crucial de sua experiência pessoal: “Lidar com a discriminação no trabalho e na escola dos meus filhos me dá uma perspectiva valiosa sobre o que realmente precisamos enfrentar nas comissões.” Esse testemunho enfatiza a importância de levar em conta as experiências pessoais dos membros para melhor compreender e enfrentar os desafios das questões raciais em sua atuação nas comissões.

Os desafios enfrentados pelos membros das comissões evidenciam a necessidade de maior disseminação de informações e de um comprometimento institucional mais profundo com as políticas de cotas e ações afirmativas. Segundo Sueli Carneiro (2005), para que as políticas de inclusão sejam efetivas, é crucial que haja um esforço contínuo para informar e educar sobre as realidades vividas pelas populações beneficiárias e a importância das políticas afirmativas. A falta de informação e o baixo interesse institucional são identificados como obstáculos significativos à eficácia dessas políticas.

Lina mencionou uma dificuldade específica nesse sentido: “A falta de informação sobre as políticas e a resistência que enfrentamos dentro das instituições são grandes desafios. Precisamos de mais comprometimento e recursos para que

as políticas sejam realmente efetivas.” Esse ponto reforça a necessidade de ações mais robustas e informadas para superar os obstáculos institucionais e garantir a eficácia das políticas afirmativas.

Adicionalmente, a necessidade de ações institucionais que promovam a visibilidade e o conhecimento sobre a negritude e as políticas afirmativas é evidente. Abdias do Nascimento (2016) afirma que “é essencial que as instituições se comprometam com práticas que valorizem a negritude e assegurem que as políticas afirmativas sejam amplamente compreendidas e apoiadas. Os entrevistados enfatizam que a atuação nas comissões deve ser acompanhada de um esforço contínuo para melhorar a comunicação e o entendimento sobre as políticas de cotas, garantindo sua implementação eficaz e inclusiva.

Américo reiterou a importância de maior divulgação e apoio institucional ao afirmar: “Precisamos de uma estratégia mais clara e eficaz para divulgar as políticas e garantir que todos compreendam sua importância e objetivos.” Esse depoimento evidencia a necessidade de maior comprometimento institucional e uma abordagem mais abrangente para a promoção das políticas afirmativas.

Benedita complementou com uma reflexão final sobre as demandas emocionais e práticas do trabalho nas comissões: “A gente precisa de suporte contínuo, tanto na formação quanto no emocional, para lidar com o peso de estar na linha de frente dessas políticas.”

Para complementar, a análise da literatura sobre a prática de heteroidentificação revela que a formação dos membros das comissões deve também considerar a interseccionalidade das suas experiências. Kimberlé Crenshaw (2019) defende que “as identidades múltiplas e as experiências de opressão devem ser reconhecidas e integradas nas práticas de inclusão para que a justiça social seja efetivamente alcançada”. Essa perspectiva é fundamental para garantir que as políticas de cotas e as práticas de heteroidentificação considerem a diversidade dentro da população negra.

Lina comentou sobre a importância de considerar a interseccionalidade nas práticas de inclusão: “As experiências de opressão são diversas e complexas. Precisamos garantir que todas as facetas da negritude sejam consideradas para que a inclusão seja verdadeira e efetiva.” Esse comentário reforça a necessidade de uma abordagem que considere as múltiplas dimensões da identidade e da opressão para uma prática de inclusão mais justa e abrangente.

Além disso, a atuação das comissões deve ser acompanhada por uma reflexão crítica sobre o impacto das políticas em diferentes contextos e a necessidade de ajustes contínuos. Na visão de Paulo Freire (1996), a prática educativa deve ser constantemente revisada e ajustada com base nas realidades sociais e nas necessidades dos indivíduos envolvidos. Essa abordagem permite que as comissões respondam de forma mais eficaz às mudanças e desafios emergentes, promovendo uma inclusão genuína e equitativa.

Américo finalizou com uma reflexão importante sobre a necessidade de ajustes contínuos: “Devemos estar sempre revisando e ajustando nossas práticas para responder aos novos desafios e mudanças nas realidades sociais. Só assim conseguiremos promover uma inclusão verdadeira e eficaz.” Este ponto ressalta a importância da flexibilidade e da reflexão contínua para assegurar que as práticas das comissões permaneçam eficazes e adaptáveis às novas demandas.

Portanto, os trajetos formativos dos membros das comissões de heteroidentificação são marcados pela integração entre formação acadêmica e vivência prática. A necessidade de uma educação contínua, a compreensão das realidades vividas e a reflexão crítica são essenciais para que esses membros desempenhem suas funções de maneira eficaz e justa. A falta de esclarecimento e ações institucionais inadequadas para promover a negritude e disseminar informações sobre políticas afirmativas são desafios significativos, que os entrevistados acreditam necessitar de um esforço mais robusto para garantir a efetividade das políticas de inclusão.

4.2.4 Mobilização das Noções de Negritude e Branquitude no Contexto das Comissões de Heteroidentificação

A análise das noções de negritude e branquitude revela como essas categorias são moldadas e mobilizadas dentro das comissões de heteroidentificação, refletindo profundas relações de poder e estruturas sociais. Aqui é importante frisar que ao mencionar estes conceitos trazemos para a discussão uma inquietação advinda de alguns entrevistados no que tange a necessidade de estudar também a branquitude, sendo esta também uma questão vigente ao se estudar heteroidentificação.

W. E. B. Du Bois explora a "linha de cor" como uma expressão das divisões de classe na sociedade capitalista, em que a racialização funciona como um instrumento para manter a opressão e a exploração das populações negras. Du Bois (1999) argumenta que a questão do negro, no capitalismo, é uma questão de classe, na qual a racialização funciona como um mecanismo de divisão e controle. Esta visão ajuda a entender como as dinâmicas raciais são profundamente entrelaçadas com as estruturas econômicas e sociais.

No contexto das comissões de heteroidentificação, Benedita relata que a percepção da racialização muitas vezes é limitada às experiências individuais, sem considerar o impacto das estruturas sociais mais amplas. Ela afirma que: "Eu sinto que a questão da racialização é muitas vezes vista apenas através da lente das experiências pessoais das pessoas negras. Isso não leva em conta o impacto das estruturas sociais que sustentam essas desigualdades". Benedita destaca que, ao focar exclusivamente nas experiências individuais, as comissões podem negligenciar a importância de abordar as desigualdades estruturais que perpetuam a opressão racial. Para ela, uma abordagem mais abrangente é crucial para entender como as dinâmicas sociais e econômicas moldam e reforçam as experiências de racialização. Em vez de tratar as questões raciais apenas como problemas isolados de indivíduos, é essencial analisar e desafiar as estruturas sociais que as sustentam. Sem essa perspectiva mais ampla, as políticas de heteroidentificação podem falhar em promover uma verdadeira justiça racial, limitando seu impacto a meras correções superficiais das desigualdades existentes.

Stuart Hall contribui para essa análise ao descrever a branquitude como uma posição de poder implícita que estrutura as relações sociais, naturalizando as desigualdades (Hall, 2003). A branquitude opera como uma norma invisível que sustenta e legitima as desigualdades raciais. Dentro das comissões de heteroidentificação, essa norma pode influenciar as práticas e decisões, muitas vezes reproduzindo as mesmas lógicas de exclusão que se propõem a combater.

Nesse sentido, Cabeça de Negro observa que: "Mesmo quando os membros das comissões tentam ser imparciais, a influência da branquitude nas decisões ainda é perceptível. É como se houvesse uma blindagem que não permite ver as desigualdades estruturais reais". Cabeça de Negro sugere que, apesar dos esforços para garantir justiça e imparcialidade, a presença da branquitude nas comissões pode criar uma barreira invisível que dificulta a plena compreensão e a abordagem

das desigualdades estruturais. Essa "blindagem" pode levar a uma superficialidade na análise das questões raciais, onde as decisões são moldadas por perspectivas que não refletem completamente a complexidade das desigualdades enfrentadas pelas pessoas negras. Como resultado, mesmo com boas intenções, as comissões podem acabar reproduzindo as mesmas dinâmicas de exclusão e marginalização que buscam combater. Para que haja um avanço real, é fundamental que as comissões reconheçam e enfrentem a influência da branquitude em suas práticas e se empenhem em promover uma análise mais profunda e crítica das estruturas que sustentam as desigualdades raciais.

Frantz Fanon oferece uma visão crítica sobre como as estruturas coloniais e pós-coloniais perpetuam a opressão racial. Fanon observa que a negritude é uma resposta à desumanização e à exploração, um esforço para redefinir a identidade dentro dos limites impostos pelo colonialismo e pelo capitalismo (Fanon, 1961). Essa abordagem ajuda a compreender como as noções de negritude e branquitude são mobilizadas de forma complexa nas comissões, sendo usadas tanto como formas de resistência quanto como instrumentos que podem reforçar estruturas opressivas.

Lina destaca que: "A negritude é muitas vezes tratada de forma superficial nas comissões, sem uma compreensão profunda da luta histórica e cultural que fundamenta essa identidade. Isso enfraquece as políticas de inclusão". Ela aponta que a falta de uma análise profunda e histórica da negritude nas comissões compromete a eficácia das políticas de inclusão. Ao tratar a negritude de forma superficial, as comissões podem ignorar as complexidades e os desafios que moldam a identidade negra, o que resulta em uma abordagem mais teórica do que prática. A superficialidade no tratamento da negritude não apenas reduz a profundidade das políticas, mas também pode perpetuar uma visão estereotipada e reduzida das experiências negras. Para fortalecer as políticas de inclusão, é necessário um entendimento mais profundo das raízes culturais e históricas da negritude, o que inclui a valorização da resistência e das contribuições culturais das comunidades negras ao longo do tempo. Incorporar essa perspectiva mais ampla pode garantir que as políticas não apenas abordem as questões superficiais, mas também desafiem e transformem as estruturas históricas de exclusão e marginalização.

A teoria de Silvia Federici sobre o trabalho reprodutivo oferece insights sobre como a branquitude e a negritude se interseccionam com questões de gênero e

trabalho. Federici (2012) destaca que o trabalho reprodutivo e o controle das mulheres negras estão profundamente entrelaçados com as lógicas de exploração e opressão que sustentam o capitalismo. Essa perspectiva é relevante para analisar como as comissões podem refletir e perpetuar as desigualdades estruturais, especialmente no que diz respeito ao trabalho e ao papel das mulheres negras na sociedade.

Benedita também compartilha a seguinte reflexão: "As comissões frequentemente ignoram o impacto do trabalho reprodutivo na vida das mulheres negras, o que pode levar a uma compreensão incompleta das suas necessidades e desafios". Ela enfatiza que a falta de consideração pelo trabalho reprodutivo nas discussões das comissões resulta em uma visão limitada das realidades enfrentadas pelas mulheres negras. O trabalho reprodutivo, que inclui tarefas domésticas e cuidados com a família, muitas vezes não é visível nas análises e políticas das comissões, levando a uma subavaliação das condições e necessidades específicas dessas mulheres. Essa omissão pode desconsiderar como as demandas desse trabalho impactam diretamente sua participação em processos de inclusão e oportunidades profissionais. Integrar uma perspectiva que reconheça e valorize o trabalho reprodutivo é crucial para criar políticas que realmente atendam às múltiplas dimensões da vida das mulheres negras, reconhecendo as interseções entre trabalho, gênero e raça. Uma abordagem mais inclusiva e informada pode contribuir para políticas de inclusão mais eficazes e sensíveis às necessidades específicas de todas as pessoas envolvidas.

Achille Mbembe introduz o conceito de "necropolítica" para descrever como as relações de poder definem quem tem direito à vida e quem não tem, baseando-se em hierarquias raciais e econômicas. Mbembe afirma que a necropolítica é uma forma de controle que define quem tem direito à vida e quem não tem, com base em uma hierarquia racial e econômica (Mbembe, 2016). Esse conceito ajuda a entender como as comissões de heteroidentificação podem, por vezes, refletir essas hierarquias ao abordar a racialização e a inclusão de maneira que pode reforçar a exclusão e marginalização.

Américo acrescenta: "Observamos como as hierarquias raciais muitas vezes se manifestam nas decisões das comissões, reforçando a exclusão, mesmo quando o objetivo declarado é promover a inclusão". Ele observa que, apesar das intenções de promover a inclusão, as decisões tomadas nas comissões frequentemente

reproduzem as hierarquias raciais existentes. Esse fenômeno ocorre porque as comissões podem refletir as desigualdades estruturais que já estão presentes na sociedade mais ampla, e, muitas vezes, não conseguem superar essas dinâmicas de poder. Mesmo quando o objetivo é garantir uma representação justa e igualitária, as práticas e decisões das comissões podem ser influenciadas por preconceitos implícitos ou explícitos que perpetuam a exclusão de certos grupos. Américo sugere que, para que as comissões efetivamente promovam a inclusão, é necessário um exame crítico contínuo das práticas e uma disposição para desafiar e transformar as estruturas de poder subjacentes que sustentam a exclusão. A análise crítica das decisões e a implementação de mecanismos que abordem diretamente essas hierarquias podem ajudar a alcançar os objetivos de inclusão de maneira mais eficaz.

Além disso, Nancy Fraser discute a importância do reconhecimento das identidades e experiências dos grupos marginalizados para alcançar a justiça social. Fraser afirma que a justiça social exige não apenas a redistribuição econômica, mas também o reconhecimento das identidades e experiências dos grupos marginalizados (Fraser, 2020). A eficácia das políticas de cotas nas comissões de heteroidentificação depende da capacidade das comissões de reconhecer e validar de maneira justa e equitativa as experiências e identidades dos candidatos.

Benedita enfatiza a necessidade desse reconhecimento ao afirmar: "Para que as políticas de cotas sejam eficazes, as comissões precisam reconhecer verdadeiramente as identidades e experiências dos candidatos, e não apenas aplicar uma lógica formal e superficial". Ela observa que a eficácia das políticas de cotas está profundamente ligada ao grau de entendimento e sensibilidade das comissões em relação às complexas realidades vividas pelos candidatos. Em vez de simplesmente seguir procedimentos ou critérios superficiais, as comissões devem se esforçar para compreender as nuances das experiências dos candidatos, que muitas vezes incluem desafios específicos relacionados à sua identidade racial e social. Benedita sugere que um reconhecimento genuíno das experiências individuais, aliado a uma avaliação mais holística, é fundamental para garantir que as políticas de cotas cumpram seu papel de promover uma inclusão real e significativa. Sem esse reconhecimento autêntico, as políticas podem falhar em endereçar adequadamente as desigualdades estruturais que buscam corrigir, resultando em

uma abordagem que pode parecer apenas formal e não efetivamente transformadora.

Portanto, a análise das noções de negritude e branquitude revela que as comissões de heteroidentificação operam dentro de um contexto de poder que molda suas práticas e decisões. A mobilização dessas noções pode refletir e, por vezes, perpetuar as desigualdades existentes, a menos que haja um esforço consciente para abordar e desafiar essas dinâmicas de poder.

Adicionalmente, a heteroidentificação, como prática de reconhecimento racial por terceiros, carrega uma complexidade histórica. Como observa Lélia Gonzalez, a identidade negra no Brasil é forjada em um contexto de resistência contínua e enfrentamento das estruturas opressoras que historicamente limitaram a ascensão social dos afro-brasileiros (Gonzalez, 1988). A prática contemporânea de heteroidentificação pode assim carregar as marcas de uma história de opressão, reproduzindo, muitas vezes, a violência de definir quem é ou não negro com base em critérios que remontam a processos históricos de exclusão e marginalização.

Igualmente, o trabalho de Kabengele Munanga destaca a importância do reconhecimento das dinâmicas culturais e históricas na construção da identidade negra. Munanga afirma que a identidade negra no Brasil é um produto da luta constante contra a marginalização e a subalternidade, com uma construção cultural e histórica que não pode ser ignorada (Munanga, 2004). As comissões de heteroidentificação, portanto, enfrentam o desafio de lidar com essa complexidade histórica e cultural, evitando reproduzir as mesmas estruturas de exclusão que foram estabelecidas ao longo dos séculos.

A heteroidentificação, enquanto prática de reconhecimento racial por terceiros, encontra raízes históricas na colonização e na escravidão, onde a classificação racial servia como um mecanismo de controle social. Segundo Angela Davis, o racismo é intrinsecamente ligado às estruturas de opressão patriarcal e capitalista, e as práticas de controle racial muitas vezes servem para reforçar essas estruturas de poder (Davis, 2016). A prática contemporânea de heteroidentificação carrega as marcas de uma história de opressão, reproduzindo frequentemente a violência de definir quem é ou não negro com base em critérios que remontam a processos históricos de exclusão e marginalização.

A obra de Abdias do Nascimento também oferece uma crítica importante sobre o impacto das políticas raciais. Nascimento (2016) argumenta que o genocídio

do negro brasileiro não é apenas uma questão de violência direta, mas também de formas sutis e sistemáticas de exclusão e discriminação que perpetuam a marginalização dos afro-brasileiros. Esse entendimento ajuda a contextualizar as comissões de heteroidentificação dentro de um histórico mais amplo de marginalização e controle racial.

Por fim, Boaventura de Sousa Santos contribui para a discussão com sua visão sobre a justiça multicultural. Santos (2008) enfatiza que uma concepção multicultural da justiça deve reconhecer e incorporar as diversas experiências e perspectivas dos grupos marginalizados, para garantir uma equidade real e não apenas formal. Essa perspectiva é crucial para compreender como as comissões de heteroidentificação devem enfrentar e refletir as complexidades culturais e históricas envolvidas na definição de identidade racial.

4.2.5. Conclusão

A análise das trajetórias formativas dos membros das comissões de heteroidentificação revelou uma complexa rede de experiências e desafios que moldam a percepção e a atuação desses indivíduos no contexto das políticas de cotas raciais no Brasil. O exame das experiências de vida desses colaboradores, a diversidade em suas trajetórias e a forma como estas impactam suas funções destaca a necessidade urgente de uma reflexão mais profunda sobre as práticas e o impacto dessas políticas. O estudo evidenciou a importância de uma abordagem crítica que reconheça as realidades e as desigualdades enfrentadas por pessoas negras e pardas no acesso ao mundo do trabalho e em processos seletivos.

Como Carolina Maria de Jesus (2014) nos lembra em suas reflexões, ela se via não apenas como uma voz isolada, mas como representante das aspirações de muitas outras pessoas. Essa visão ressalta a importância de considerar as experiências individuais dentro de um contexto mais amplo de luta e resistência. Ela nos recorda que as vivências dos membros das comissões refletem uma batalha coletiva por equidade e justiça social, onde vozes individuais se conectam com os anseios de toda uma comunidade. Além disso, ao destacar que a vida é composta por escolhas, Carolina Maria de Jesus (2014) nos inspira a refletir sobre a necessidade de decisões mais informadas e conscientes na formação e atuação das

comissões, reforçando a relevância de um processo educativo e formativo que promova decisões justas e representativas.

Deste modo, a reflexão sobre as trajetórias dos membros das comissões e o impacto das políticas de cotas deve continuar a evoluir, incorporando tanto as críticas quanto às contribuições necessárias para o aprimoramento das políticas públicas. Através dessa análise, espera-se que se promova uma maior transparência, um melhor acesso à informação e um envolvimento institucional mais profundo na temática da diversidade racial e da inclusão. Assim, a crítica e a construção de políticas mais eficazes se tornam um passo essencial para o avanço da equidade no contexto das cotas raciais e da atuação das comissões de heteroidentificação no Brasil.

4.3 CRITÉRIOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E O DESAFIO DA INCLUSÃO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

4.3.1. Introdução

A política de cotas étnico-raciais no Brasil tem sido um instrumento fundamental na promoção da inclusão étnico-racial e social, especialmente no ensino superior e na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Desde sua implementação, as cotas têm permitido a ampliação do acesso de estudantes pretos, pardos e indígenas a instituições de ensino que antes eram marcadamente excludentes. Este contexto histórico de exclusão e luta, que Lima Barreto descreve ao afirmar que "Os negros, em sua maioria, não sabem o que é a cultura; ignoram o que é a verdadeira arte e a verdadeira ciência, porque lhes foi negado o acesso a elas" (BARRETO, 1911, p. 79), é a base sobre a qual as políticas de cotas foram estabelecidas. Elas buscam corrigir desigualdades históricas e promover uma maior equidade no acesso à educação.

No entanto, o sucesso dessas políticas depende de mecanismos que assegurem que as vagas reservadas sejam efetivamente ocupadas por aqueles que atendem aos critérios étnico-raciais definidos. As comissões de heteroidentificação emergem como um desses mecanismos, encarregadas de verificar se os candidatos cumprem os requisitos estabelecidos. Considerando a relevância dessas comissões, é essencial compreender como seus critérios de avaliação são formulados e

aplicados, especialmente diante das complexidades do colorismo, das dificuldades de entendimento da política e dos trajetos que conduzem os estudantes ao acesso. A reflexão de Carolina Maria de Jesus sobre a exclusão e a luta por inclusão evidencia a profundidade das barreiras enfrentadas por aqueles que buscam direitos: "Fitei a nova companheira de infortúnio. Ela olhava a favela, suas lamas e suas crianças paupérrimas. Foi o olhar mais triste que já presenciei. Talvez ela não mais tem ilusão. Entregou sua vida aos cuidados da vida" (JESUS, 2014, p. 46). Essa observação ressalta a urgência de processos que promovam justiça e reconhecimento nas políticas de ação afirmativa.

O objetivo geral deste artigo é entender os critérios utilizados pelas comissões de heteroidentificação para determinar se um candidato tem direito à vaga por cota racial na EPT. Os objetivos específicos incluem: analisar a influência do colorismo nos processos de verificação, identificar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes em compreender o sistema de cotas e matrícula, e discutir outras questões relacionadas que possam impactar a efetividade das políticas de ação afirmativa.

O artigo está dividido em quatro partes principais. A primeira parte aborda o colorismo e seus impactos no processo de heteroidentificação. A segunda parte discute as dificuldades que os estudantes enfrentam em compreender as cotas étnico-raciais e o sistema de matrícula. A terceira parte examina outras questões relacionadas ao processo de heteroidentificação, incluindo a influência das estruturas institucionais e a necessidade de maior transparência. A quarta parte alinha conclusões acerca das etapas anteriores.

4.3.2. O Colorismo e os Desafios da Heteroidentificação

O colorismo, enquanto manifestação de preconceito, opera como um mecanismo que reforça as hierarquias étnico-raciais estabelecidas pela lógica capitalista e colonial. Esse fenômeno discrimina com base na tonalidade da pele, favorecendo aqueles cuja aparência se aproxima do padrão estético eurocêntrico. Alice Walker define o colorismo como "o preconceito ou a discriminação que favorece pessoas de pele mais clara em detrimento de pessoas de pele mais escura dentro da mesma raça" (Walker, 1999, p. 15). Esse viés reflete a internalização das relações de poder historicamente construídas, onde a pele mais clara é associada à

maior proximidade com o poder e o privilégio. Como aponta Munanga (2004), a dinâmica étnico-racial no Brasil é marcada por uma hierarquia de cores que reforça a desigualdade social e econômica, com implicações significativas para as políticas de ações afirmativas.

O colorismo não apenas marginaliza aqueles com pele mais escura, mas também solidifica as bases de uma economia política da raça, onde os corpos são hierarquizados e mercantilizados. Audre Lorde observa que "a cor da pele tornou-se uma medida não apenas de beleza, mas de valor humano, resultando em uma hierarquia entre aqueles de pele mais clara e os de pele mais escura, mesmo entre pessoas da mesma raça" (Lorde, 2019, p. 66). A análise de Bourdieu (1979) sobre a construção social das desigualdades é pertinente aqui, pois revela como as categorias de distinção social, como a cor da pele, são utilizadas para manter e reforçar estruturas de poder e privilégio.

Nesse contexto, a experiência de Lina ilustra de maneira concreta como o colorismo permeia as práticas e decisões dentro das instituições, afetando a percepção e o tratamento dos indivíduos. Ela relata: "A gente percebe que há um padrão de beleza e de aceitação que favorece quem tem a pele mais clara. Isso não é só um reflexo da sociedade, mas também influencia diretamente a forma como somos tratados nas comissões." Esta observação evidencia como o colorismo, ao alinhar-se aos padrões estéticos eurocêtricos, não apenas reflete, mas reforça a estrutura social de privilégios e como o papel da comissão caminha no contraponto e o porquê da consideração do fenótipo como critério principal do acesso a vagas por cotas. A internalização desses padrões resulta em uma hierarquização dos corpos que perpetua desigualdades, mesmo dentro de ambientes que deveriam promover a equidade, como as comissões de heteroidentificação. Essa hierarquização não é meramente um reflexo de uma lógica externa, mas sim uma manifestação de uma prática sistemática que discrimina com base na cor da pele, desafiando a eficácia das políticas de ações afirmativas e a justiça nos processos de avaliação e inclusão.

No contexto das comissões de heteroidentificação, a influência do colorismo se manifesta de maneira complexa. Em diferentes regiões do Brasil, o conceito de "ser negro" pode variar significativamente, refletindo as diversidades culturais e as especificidades locais. Assim, o que é considerado um critério válido de cor em uma instituição pode não ser aceito em outra. Essa discrepância nas decisões das comissões evidencia a necessidade de maior uniformidade e transparência no

processo de verificação, porém reforça uma necessidade de que a formação e estudos de cada comissão esteja intrinsecamente ligada à comunidade que habita a sua região, pois para cada concentração populacional existe uma variável nas tonalidades da cor de pele das pessoas que provoca dúvidas e gera inquietações nos membros das comissões.

Domingos aponta que "os critérios para definir quem é negro podem variar muito de uma comissão para outra, o que mostra uma falta de padronização e clareza no processo. A discriminação que acontece por conta da cor da pele acaba afetando a forma como a elegibilidade é decidida." Este comentário de Domingos destaca uma questão crítica: a inconsistência nos critérios de avaliação nas comissões de heteroidentificação, que reflete uma falta de uniformidade e clareza no processo de seleção. Ao mesmo tempo, também é possível perceber que essa falta de uniformidade se deve ao fato de que em cada região a formação da população é oriunda de diferentes etnias e miscigenações. A variabilidade nas normas e interpretações entre diferentes comissões não apenas revela uma ausência de um padrão unificado, mas também expõe como o colorismo pode influenciar e distorcer a avaliação da elegibilidade. A ausência de critérios padronizados pode resultar em decisões subjetivas e inconsistentes, que perpetuam a discriminação e minam a confiança no sistema de cotas. Para garantir uma avaliação justa e transparente, é essencial que haja uma padronização clara nos critérios de heteroidentificação, que considere não apenas a cor da pele, mas também o contexto histórico e social dos candidatos, de forma a reduzir a influência do colorismo e promover a equidade. Mas, ao mesmo tempo, na época em que só a autodeclaração era considerada, houve fraudes, então, o sistema precisaria encontrar caminhos para entender para além da cor, quem é o ser humano que ali se apresenta cultural e historicamente.

A análise crítica de Cheryl Harris é relevante ao afirmar que "o colorismo perpetua um sistema de privilégios que beneficia aqueles com características físicas mais próximas ao ideal branco, criando uma hierarquia racial dentro das próprias comunidades negras" (Harris, 2017, p. 172). Mas, se na sociedade como um todo o corpo privilegiado é aquele que mais se aproxima de um ideal branco, nas comissões, a questão é outra, pois o critério para acesso às vagas pelas cotas étnico-raciais é o fenótipo.

Além disso, o critério de autodeclaração, anteriormente utilizado nas políticas de cotas, permitia que indivíduos brancos se registrassem como negros, alegando

ascendência negra, o que evidenciava uma falha na autoidentificação sem verificação rigorosa. O colorismo, ao ser internalizado nas práticas das comissões, pode levar a decisões inconsistentes, onde a pele mais clara pode, paradoxalmente, gerar dúvidas e questionamentos sobre a elegibilidade. Mas, há que se refletir sobre quem são aqueles que mais sofrem com o racismo dentro dos espaços.

Quaresma observa que "quando o colorismo está presente nas decisões, as pessoas com pele mais clara muitas vezes enfrentam uma análise mais crítica, o que pode resultar em uma insegurança quanto à sua elegibilidade, apesar de suas experiências e autoidentificação." Esta observação de Quaresma revela a complexidade do impacto do colorismo no processo de heteroidentificação. Ao trazer à tona a realidade de que indivíduos com pele mais clara podem ser submetidos a uma análise mais minuciosa e frequentemente questionadora, Quaresma sublinha como a internalização das normas coloristas pode distorcer a percepção de justiça no sistema de cotas. A insegurança gerada por essas análises críticas não só compromete a confiança dos candidatos nas decisões das comissões, mas também expõe as falhas do sistema em tratar de forma equitativa todos os candidatos, independentemente da tonalidade da pele. Este fenômeno reforça a urgência de revisar e aprimorar as práticas de heteroidentificação para garantir uma avaliação mais justa e menos influenciada por preconceitos coloristas.

A perspectiva de Senhora dos Ventos é também significativa, uma vez que ele observa que "o colorismo pode criar uma dinâmica onde pessoas com diferentes tonalidades de pele competem entre si por reconhecimento e inclusão, em vez de enfrentar conjuntamente as injustiças estruturais que afetam a todos." Essa visão amplia a compreensão de como o colorismo pode fragmentar a solidariedade entre pessoas racializadas e enfraquecer a luta coletiva por justiça. São também repetidas por vários entrevistados as falas que dizem sobre a divisão entre os próprios movimentos sociais adjacentes a busca e a permanências das cotas étnico-raciais, onde questiona-se o direito do pardo e onde as divisões entre os diversos tons de pele são problematizados e geram questionamentos.

Angela Davis reforça a necessidade de "abordar o colorismo como um aspecto crucial das dinâmicas de poder que moldam a vida das pessoas racializadas" (Davis, 2016, p. 102). A crítica de Fraser (1997, 2008) destaca que a luta por reconhecimento deve ser acompanhada por uma análise das estruturas econômicas e sociais que perpetuam desigualdades. Para muitos membros das

comissões, existem outras características que ajudam a compreender, para além da pele mais branca ou menos preta, quem é a pessoa que está passando pela autodeclaração em frente à comissão. Mas, quando a autodeclaração era a única etapa, muitos forjaram informações, colocando sobre o sistema de cotas étnico-raciais um olhar de dúvida.

A presença do colorismo também pode afetar a percepção pública e a aceitação das políticas de cotas. A falta de compreensão entre racismo e colorismo pode levar a críticas simplistas sobre a justiça das políticas de inclusão. Portanto, é crucial que haja um diálogo contínuo sobre como o colorismo interage com as práticas de heteroidentificação, garantindo que as políticas de ação afirmativa promovam uma equidade real. O estudo de Gomes (2013) destaca que "o colorismo pode obscurecer a compreensão completa das desigualdades raciais ao concentrar-se apenas nas diferenças superficiais, enquanto as desigualdades estruturais persistem." Além disso, a análise de Schucman (2014) sobre as implicações do colorismo nas políticas de inclusão social reforça a necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada.

A inserção de Domingos, que afirma que "a percepção pública muitas vezes não distingue entre colorismo e racismo, o que pode levar a uma visão distorcida sobre a eficácia das políticas de cotas," ilustra de forma contundente o impacto da confusão entre colorismo e racismo na aceitação e avaliação das políticas de inclusão. Domingos evidencia que a falta de distinção entre esses conceitos pode criar uma narrativa simplificada e imprecisa sobre a eficácia das políticas de cotas, prejudicando a compreensão pública e a efetividade dessas políticas. Essa visão distorcida não apenas subestima as complexidades do colorismo, mas também pode enfraquecer o apoio e a legitimidade das iniciativas de ação afirmativa. Assim, para que as políticas de cotas sejam efetivamente compreendidas e valorizadas, é essencial promover um diálogo mais profundo e informado sobre as diferenças entre colorismo e racismo, e como essas dinâmicas influenciam a justiça e a equidade nas decisões de inclusão.

Finalmente, as comissões de heteroidentificação devem integrar um entendimento mais amplo das experiências dos candidatos, levando em consideração a multiplicidade de fatores que afetam a identidade racial. Uma abordagem holística deve incluir a análise das histórias de vida, práticas culturais e trajetórias pessoais, para assegurar que as cotas sejam efetivamente equitativas.

Há divergências inclusive no próprio movimento negro. Para uns, a luta contra o colorismo deve ser vista como parte integrante da luta contra o racismo e a opressão econômica. Para outros, é evidente que as pessoas de pele mais escura sofrem maior racismo do que as pessoas de pele mais clara. Outros tantos, questionam o conceito do que é ser pardo e embora a lei de cotas étnico-raciais reze sobre pretos e pardos, exigem um outro tipo de abordagem por entender que a pele parda, por ser mais clara, não sofreu as mesmas limitações sociais. O que daria assunto para uma outra escrita de igual tamanho.

Benedita contribui significativamente para o debate ao afirmar que "a complexidade do debate sobre colorismo e racismo dentro do movimento negro é evidente. O reconhecimento das diferentes formas de opressão é crucial para avançar na luta por equidade e justiça." Essa observação ressalta a importância de uma compreensão aprofundada das múltiplas dimensões da opressão racial para fortalecer as estratégias de ação e promover mudanças efetivas. O reconhecimento das nuances entre colorismo e racismo não apenas enriquece a análise das desigualdades, mas também direciona a formulação de políticas e práticas mais inclusivas e justas. Ao reconhecer e abordar essas complexidades, o movimento negro pode construir uma base mais sólida para a luta por equidade, garantindo que as soluções propostas sejam abrangentes e verdadeiramente eficazes na promoção de justiça social.

Segundo Foucault (1979), a análise das relações de poder deve englobar as múltiplas formas de opressão que impactam os indivíduos, reconhecendo como essas relações se manifestam e se perpetuam em diferentes contextos sociais. Complementando essa perspectiva, Domingues (2005) explora a formação da identidade racial, enfatizando a complexidade e a pluralidade das experiências que moldam essa identidade em indivíduos que enfrentam realidades distintas. Nesse sentido, as análises de Guimarães (2003) e Hasenbalg (2005) fornecem uma crítica incisiva das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade racial, destacando os mecanismos subjacentes que mantêm e reforçam essas hierarquias.

4.3.3. Desafios dos Estudantes na Compreensão das Cotas e do Sistema de Matrícula

O sistema de cotas raciais, embora tenha contribuído significativamente para a inclusão e diversidade nas instituições de ensino, apresenta desafios complexos para os estudantes, especialmente no que diz respeito à compreensão dos critérios e ao processo de matrícula. Munanga (2004) destaca que "a burocratização excessiva e a falta de suporte institucional criam barreiras adicionais para os estudantes negros e pardos" (p. 72). Este fenômeno é exacerbado pela falta de informações claras e acessíveis oferecidas pelas instituições de ensino, o que impede que os estudantes entendam completamente os critérios e procedimentos necessários para se beneficiar das cotas.

Cabeça de Negro destaca a complexidade do processo de matrícula ao observar que "a falta de clareza nas informações sobre o processo de matrícula pode causar grandes frustrações e até mesmo desinteresse entre os estudantes que buscam se beneficiar das cotas". Essa constatação evidencia que a ausência de suporte adequado e orientação clara não só gera frustrações, mas também pode resultar em um baixo aproveitamento das oportunidades oferecidas pelas cotas, sublinhando a necessidade urgente de um sistema mais transparente e acessível para maximizar a eficácia dessas políticas.

Gonzalez (1988) observa que "a orientação insuficiente é uma das principais causas de evasão entre estudantes que tentam acessar as cotas" (p. 95). Este problema é agravado pela ausência de apoio adequado durante o processo de matrícula e inscrição. A confusão sobre os critérios de elegibilidade e as etapas do processo pode levar a erros, desqualificação e até mesmo desistência. Bourdieu (1979) ressalta que as estruturas sociais e culturais impactam profundamente a experiência educacional dos indivíduos, e a falta de apoio institucional pode ser vista como uma manifestação dessas estruturas que perpetuam desigualdades.

Américo acrescenta que "a falta de compreensão sobre o funcionamento das cotas e o processo de matrícula pode desmotivar os estudantes e impedi-los de buscar os seus direitos". Esta perspectiva amplia a análise de Gonzalez e Bourdieu ao destacar que a falta de clareza e orientação não apenas dificulta o acesso dos estudantes às oportunidades oferecidas pelas cotas, mas também pode desencorajar sua busca por essas oportunidades. A evidência de Américo reforça a necessidade de uma abordagem mais educativa e informativa, essencial para garantir que os estudantes estejam devidamente preparados para utilizar os recursos disponíveis e reivindicar seus direitos efetivamente.

Além das dificuldades práticas, o impacto psicológico do processo de heteroidentificação é significativo. Os estudantes frequentemente enfrentam tensões internas e conflitos de identidade ao serem confrontados com categorias raciais rígidas que não refletem completamente suas experiências pessoais. Hall (1997) argumenta que "a pressão para se conformar a categorias raciais rígidas pode causar tensões internas e conflitos de identidade" (p. 42). Esta situação é ainda mais complexa no contexto do colorismo, onde a experiência de discriminação e preconceito pode variar amplamente dependendo da tonalidade da pele, refletindo uma hierarquia étnico-racial interna que afeta a autoidentificação e a aceitação pelos comitês de heteroidentificação.

Lourenço observa que "a pressão para se adequar aos critérios estabelecidos pelas comissões pode gerar uma sensação de inadequação e insegurança nos estudantes, especialmente quando suas identidades não se encaixam perfeitamente nas categorias definidas". Esta contribuição é essencial para entender como as exigências rígidas e a conformidade com categorias étnico-raciais específicas afetam emocionalmente os estudantes. Ao destacar o impacto psicológico da necessidade de se enquadrar em categorias preestabelecidas, Lourenço ilumina como essas pressões podem exacerbar a insegurança e a sensação de inadequação, tornando evidente a necessidade de uma abordagem mais flexível e sensível às complexidades das identidades étnico-raciais.

A teoria de Foucault (1979) sobre as relações de poder é crucial para entender como as práticas de heteroidentificação são moldadas. As estruturas institucionais muitas vezes reforçam práticas de poder que podem marginalizar ainda mais os estudantes que se encontram em posições de vulnerabilidade. A análise crítica do poder e das práticas institucionais ajuda a compreender como as políticas de cotas podem ser moldadas por dinâmicas que não consideram adequadamente as complexidades das identidades étnico-raciais e culturais.

Na perspectiva da maioria dos entrevistados, as práticas institucionais muitas vezes falham em reconhecer a diversidade das experiências individuais, o que pode criar barreiras adicionais para os estudantes durante o processo de heteroidentificação. A observação destaca uma questão crucial na análise das políticas de ação afirmativa: a insuficiência das práticas institucionais em captar e acomodar a diversidade das experiências dos estudantes. A falta de sensibilidade para com as variações individuais pode transformar o processo de

heteroidentificação em um obstáculo adicional, acentuando a necessidade urgente de uma abordagem mais inclusiva. Ao sublinhar as limitações das práticas atuais, reforçamos a importância de adaptar os critérios e procedimentos para refletir melhor a complexidade das identidades e experiências dos estudantes, garantindo assim um processo mais justo e acessível.

A inclusão de referências adicionais de autores como Fraser (1997, 2008) também é relevante. Fraser (1997) explora a questão da justiça e da distribuição de recursos em contextos de desigualdade, e, em 2008, amplia essa discussão para a dimensão do reconhecimento e da representação. A abordagem da autora oferece uma perspectiva valiosa sobre como a justiça distributiva e o reconhecimento das identidades são essenciais para a efetividade das políticas de ação afirmativa.

A incorporação de uma abordagem mais inclusiva e informada pode ser alcançada através da implementação de políticas de apoio mais robustas. A oferta de workshops informativos, a disponibilização de materiais explicativos acessíveis e a criação de espaços de diálogo são medidas fundamentais para apoiar os estudantes. Moura (1988) sugere que "um ambiente educacional acolhedor e inclusivo é crucial para o sucesso das políticas de ação afirmativa" (p. 121). Esta perspectiva é alinhada com a necessidade de criar um ambiente que não apenas informe, mas também acolha e apoie a diversidade de experiências e identidades dentro das comunidades racializadas.

A teoria de Gomes (2013) sobre as políticas públicas e o impacto social das ações afirmativas complementa essa visão. Gomes argumenta que a efetividade das políticas de ação afirmativa está diretamente ligada à forma como são implementadas e ao suporte oferecido aos beneficiários. Além disso, a análise de Schucman (2014) sobre a integração social e as práticas inclusivas dentro das instituições educacionais fornece uma visão prática sobre como as políticas podem ser aprimoradas para melhor atender às necessidades dos estudantes.

Portanto, para garantir a eficácia das políticas de ação afirmativa e promover uma verdadeira inclusão, é necessário um compromisso institucional com a transparência, a orientação adequada e o suporte contínuo para os estudantes. Isso inclui a adoção de práticas que reconheçam a diversidade de experiências e identidades dentro das comunidades racializadas, abordando não apenas as barreiras práticas, mas também as questões de identidade e auto-reconhecimento.

4.3.4 Outras Questões Relacionadas à Heteroidentificação

As instituições de ensino no Brasil frequentemente refletem as desigualdades étnico-raciais mais amplas presentes na sociedade. Esse fenômeno se manifesta na forma como as comissões de heteroidentificação são compostas e operam. Munanga (2004, p.84) observa que "as estruturas institucionais tendem a reproduzir hierarquias raciais, o que pode influenciar negativamente a aplicação das cotas raciais" (p. 84). Este reflexo das desigualdades é visível na composição das comissões e na aplicação dos critérios de heteroidentificação, muitas vezes marcados por práticas que perpetuam as desigualdades existentes em vez de corrigi-las.

Cabeça de Negro, em suas observações, reforça a visão de Munanga ao apontar que "a falta de clareza nas informações sobre o processo de matrícula pode causar grandes frustrações e até mesmo desinteresse entre os estudantes que buscam se beneficiar das cotas". A falta de clareza e suporte adequado não apenas complica a compreensão dos processos envolvidos, mas também contribui para a perpetuação das desigualdades, ao manter os estudantes em uma posição de desvantagem. Quando as informações necessárias para o acesso às oportunidades oferecidas pelas cotas são imprecisas ou inacessíveis, os estudantes enfrentam barreiras adicionais que dificultam o uso efetivo das políticas de ação afirmativa. Esta situação evidencia como a ausência de um suporte informativo adequado pode agravar as barreiras estruturais que já existem, prejudicando a efetividade das políticas de cotas e a equidade no acesso às oportunidades educacionais.

A falta de transparência nos processos de heteroidentificação é um problema significativo que compromete a confiança dos estudantes nas políticas de ação afirmativa. Gonzalez (1988) argumenta que "a uniformidade nos critérios de avaliação e a transparência nos processos são essenciais para garantir a justiça e a eficácia das cotas raciais" (p. 103). A opacidade nas práticas de avaliação contribui para a percepção de injustiça e desconfiança entre os candidatos, afetando negativamente a eficácia das políticas de cotas. A implementação de regulamentos claros e a divulgação pública dos critérios utilizados pelas comissões são medidas essenciais para reduzir as incertezas e aumentar a legitimidade do processo. Bourdieu (1979) reforça que as práticas institucionais muitas vezes reproduzem desigualdades e que a transparência e a clareza são necessárias para desafiar e

transformar essas práticas. Há relatos entre os entrevistados de estudantes que chegam até as comissões vinculadas aos institutos federais inscritos pelas cotas, sem saber exatamente para que servem as cotas. Também há relatos de outros que acham que passarão por algum tipo de prova ou teste no encontro com a comissão.

Américo acrescenta que "a falta de compreensão sobre o funcionamento das cotas e o processo de matrícula pode desmotivar os estudantes e impedi-los de buscar os seus direitos". Esta observação complementa a análise de Gonzalez e Bourdieu ao sublinhar como a falta de entendimento pode corroer a confiança dos estudantes nas políticas de ação afirmativa. Quando os estudantes não têm uma compreensão clara dos critérios e processos envolvidos, o risco é que se sintam desencorajados e incapazes de reivindicar seus direitos plenamente. Esse desinteresse e falta de ação resultam em um comprometimento do acesso equitativo às oportunidades proporcionadas pelas cotas, o que reforça as críticas de Gonzalez sobre a importância da clareza e da transparência para garantir a eficácia das políticas e de Bourdieu sobre como a falta de suporte pode perpetuar desigualdades sociais e institucionais. Além disso, a capacitação e a formação contínua dos membros das comissões de heteroidentificação são fundamentais para garantir a justiça e a eficácia desses processos. Moura (1988) propõe que "a capacitação contínua e o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as questões raciais são essenciais para o desempenho adequado das comissões" (p. 128). Essa capacitação deve incluir a sensibilização para o colorismo e a importância de uma abordagem inclusiva e pluralista na avaliação dos candidatos. O treinamento deve abordar não apenas as questões técnicas da heteroidentificação, mas também as complexidades das identidades raciais e as dinâmicas de poder que influenciam a aplicação das cotas. Foucault (1979) destaca a importância de compreender como as práticas de poder moldam os processos institucionais e a necessidade de uma análise crítica das práticas de heteroidentificação para evitar a reprodução de desigualdades.

Lourenço observa que "a pressão para se adequar aos critérios estabelecidos pelas comissões pode gerar uma sensação de inadequação e insegurança nos estudantes, especialmente quando suas identidades não se encaixam perfeitamente nas categorias definidas". Esta contribuição é essencial para entender o impacto psicológico das exigências rígidas e normativas impostas pelas comissões de heteroidentificação. Ele destaca que essa pressão não só afeta a autoestima dos

estudantes, mas também pode levar a um sentimento de alienação e desconfiança em relação ao sistema de cotas. A sensação de inadequação gerada por categorias rígidas pode comprometer a eficácia das políticas de ação afirmativa, ao fazer com que os estudantes não se sintam plenamente reconhecidos ou apoiados. Esse impacto emocional sublinha a necessidade de uma abordagem mais flexível e sensível às complexidades das identidades raciais, garantindo que as políticas de inclusão sejam verdadeiramente justas e representativas da diversidade dos candidatos.

A reforma dos processos de heteroidentificação e a adoção de medidas para tornar as cotas raciais mais inclusivas e justas são passos necessários para o avanço das políticas de ação afirmativa no Brasil. Hall (1997) sugere que "as políticas de identidade racial devem ser dinâmicas e adaptáveis, respondendo aos desafios e mudanças na sociedade" (p. 56). Isso implica na revisão contínua dos critérios de elegibilidade, na incorporação de novas abordagens de identificação racial e na promoção de um debate público amplo e informado sobre as cotas raciais e suas implicações. Fraser (1997) também contribui para essa discussão, abordando a necessidade de ajustar as políticas para garantir que sejam justas e eficazes em contextos de desigualdade e mudança social.

As práticas institucionais, muitas vezes, falham em reconhecer a diversidade das experiências individuais, o que pode criar barreiras adicionais para os estudantes durante o processo de heteroidentificação. Destaca-se aqui a importância de uma abordagem institucional que vá além das normas padrão e reconheça a complexidade das experiências pessoais dos candidatos. Evidencia-se como a falta de sensibilidade às diferentes realidades e identidades dos estudantes pode gerar obstáculos significativos, dificultando o acesso e a justiça no processo de heteroidentificação. Ao não levar em conta a diversidade das trajetórias e vivências individuais, as práticas institucionais podem reforçar desigualdades existentes e limitar a efetividade das políticas de cotas, evidenciando a necessidade de um sistema mais adaptável e inclusivo.

A inclusão de uma perspectiva crítica e adaptável é fundamental para a eficácia das políticas de ação afirmativa. Como Domingues (2005, p.89) sugere, "é crucial considerar as mudanças sociais e culturais ao reformar as políticas de cotas, para garantir que elas atendam adequadamente às necessidades dos grupos

marginalizados". Esse enfoque dinâmico pode ajudar a superar as limitações das práticas atuais e promover uma abordagem mais equitativa e inclusiva.

Para fortalecer a eficácia das comissões de heteroidentificação e garantir que as políticas de cotas cumpram seu propósito de inclusão, é necessário um compromisso com a revisão crítica e a melhoria contínua das práticas institucionais. Isso inclui a adoção de uma abordagem mais informada e sensível às diversidades étnico-raciais e culturais, com foco na transparência, na capacitação e na adaptação às mudanças sociais.

4.3.5 Conclusão

O estudo dos critérios de heteroidentificação nas comissões de verificação para as cotas raciais na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) revela a complexidade e os desafios inerentes a este processo. Inicialmente, constatou-se que o colorismo exerce uma influência significativa na determinação da elegibilidade dos candidatos, o que muitas vezes resulta em exclusões que podem gerar discussão. A subjetividade na avaliação dos fenótipos e a ausência de critérios padronizados amplificam as desigualdades raciais já existentes, perpetuando uma lógica de exclusão que as próprias políticas de ação afirmativa buscam combater. Mas, ao mesmo tempo, a diversidade da população brasileira não torna fácil definir quem é ou não é negro no Brasil, pois existe uma gama de brasilidades e tons de pele compondo a negritude brasileira. Dessa forma, o colorismo, ao ser internalizado nas práticas das comissões, subverte os objetivos das cotas raciais, criando barreiras adicionais para estudantes que deveriam ser beneficiados por estas políticas. Conforme observa Gomes (2013, p. 143), "o colorismo reflete uma hierarquização interna das categorias raciais, o que pode resultar em processos seletivos que reproduzem as desigualdades em vez de corrigi-las". Ao mesmo tempo, o fenótipo ainda é o critério predominante quando se trata de acessar vagas por cotas.

Além disso, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes na compreensão do sistema de cotas e do processo de matrícula refletem um déficit significativo de suporte institucional. A falta de clareza nos critérios de elegibilidade, combinada com a burocratização do processo, gera confusão e incertezas, desencorajando potenciais candidatos e contribuindo para a subutilização das vagas reservadas.

Essa situação evidencia a necessidade de uma maior transparência e acessibilidade nas informações oferecidas aos estudantes, além de um suporte contínuo durante todo o processo de inscrição e matrícula. A ausência desse suporte compromete não apenas a inclusão étnico-racial, mas também a democratização do acesso à educação, que é um dos pilares fundamentais das políticas de cotas. Segundo Hall (2003, p. 67), "uma estrutura burocrática complexa e uma comunicação deficiente são barreiras significativas para a efetividade das políticas de ação afirmativa". Em consonância com Lima Barreto, que afirma que "a nossa sociedade é uma sociedade que se regenera através da exclusão dos mais necessitados" (BARRETO, 1922, p. 92), essa situação sublinha a urgência de reformas que garantam um sistema mais acessível e justo.

Outro ponto crucial levantado pela pesquisa é a necessidade urgente de formação e capacitação das comissões de heteroidentificação. A eficácia das políticas de cotas depende diretamente da competência e sensibilidade dos membros dessas comissões, que devem estar preparados para lidar com as nuances da identidade étnico-racial no Brasil. Sem uma formação adequada, que inclua uma compreensão aprofundada do colorismo, das dinâmicas étnico-raciais e das especificidades regionais, as comissões correm o risco de reproduzir padrões de exclusão e discriminação. A uniformidade nos critérios e a transparência nas decisões são passos essenciais para garantir que as cotas étnico-raciais cumpram seu papel inclusivo e para que as comissões atuem de maneira justa e eficaz. Bourdieu (1979, p. 89) destaca que "a reprodução das desigualdades sociais em contextos institucionais está diretamente relacionada à falta de uma visão crítica e informada das práticas sociais". Assim, a formação contínua e o desenvolvimento de uma consciência crítica são essenciais para evitar a perpetuação de padrões discriminatórios.

Finalmente, o avanço das políticas de ação afirmativa no Brasil, particularmente no contexto da EPT, exige uma revisão contínua dos processos de heteroidentificação e uma adaptação às novas demandas sociais. O debate público sobre as cotas étnico-raciais e suas implicações deve ser ampliado, promovendo um engajamento mais profundo e informado da sociedade. Somente por meio de reformas e de uma abordagem educacional inclusiva e crítica será possível assegurar que as cotas raciais realmente promovam justiça social e equidade de oportunidades. As instituições de ensino, por sua vez, devem assumir um papel ativo

na construção de um ambiente educacional que valorize a diversidade e combata o racismo em todas as suas formas, assegurando que as cotas raciais se tornem um verdadeiro instrumento de transformação social. Fraser (2008, p.111) argumenta que "a justiça social exige não apenas a redistribuição de recursos, mas também a reestruturação das práticas institucionais que perpetuam a desigualdade". Portanto, é essencial que as políticas de cotas sejam continuamente avaliadas e aprimoradas para atender às necessidades e expectativas dos estudantes e da sociedade.

4.4 DESAFIOS E POTENCIALIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE COTAS ÉTNICO-RACIAIS: A EXPERIÊNCIA DAS COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO

4.4.1 Introdução

A Lei de Cotas, sancionada em 2012, estabeleceu uma política de ação afirmativa fundamental para ampliar o acesso de grupos étnicos marginalizados ao ensino superior e à educação profissional no Brasil. As comissões de heteroidentificação desempenham um papel crucial na verificação da elegibilidade dos candidatos para as vagas reservadas, assegurando que os benefícios das cotas sejam corretamente destinados a indivíduos que enfrentam discriminação étnico-racial. No entanto, a implementação dessa política não é isenta de controvérsias e desafios práticos, especialmente no contexto das instituições de Ensino Profissional e Tecnológico (EPT).

A relevância deste tema é evidente ao se considerar o aumento expressivo de matrículas de estudantes pretos, pardos e indígenas nas instituições de ensino público desde a implantação das cotas. Contudo, a falta de padronização nos processos de heteroidentificação e os desafios enfrentados pelas comissões têm gerado debates tanto sobre a eficácia da política quanto sobre a justiça de suas aplicações. Esses fatores fazem com que a investigação sobre a atuação das comissões de heteroidentificação seja de extrema importância, tanto do ponto de vista acadêmico quanto no âmbito das políticas públicas.

Dada a complexidade das relações étnico-raciais no Brasil, onde questões de identidade étnico-racial, colorismo e preconceito se entrelaçam, a atuação das comissões de heteroidentificação exige uma análise cuidadosa. Esses comitês não apenas avaliam a autodeclaração étnico-racial dos candidatos, mas também consideram fatores sociais e históricos, o que gera debates sobre a subjetividade dos critérios utilizados. Além disso, a falta de formação adequada e diretrizes padronizadas para os membros dessas comissões contribui para a variação de práticas, o que pode comprometer a uniformidade e a justiça no processo de verificação.

Identificar os principais obstáculos e potenciais avanços na atuação dessas comissões, contribui para um debate sobre justiça e inclusão étnico-racial no contexto da EPT. Sendo assim, é urgente pensar em aperfeiçoamento dos mecanismos de implementação da Lei de Cotas para garantir que esta política cumpra seu objetivo de promover a inclusão étnico-racial de maneira equitativa. Estudar tais caminhos, que potencializem as ações e o sucesso da política de cotas, também visa fornecer subsídios que ajudem a criar diretrizes mais claras e equitativas para as comissões de heteroidentificação, contribuindo para o desenvolvimento de uma prática mais uniforme e justa.

A pesquisa também se apoia em autores como Fernandes (1972, 1978) e Nascimento (1978), que discutem os aspectos estruturais da questão racial no Brasil, evidenciando a importância de políticas que garantam o acesso de populações historicamente excluídas. Ao investigar os critérios e práticas de heteroidentificação, este estudo visa compreender como essas comissões podem ser aprimoradas para assegurar a equidade no acesso à educação profissional e tecnológica.

Por fim, o presente trabalho adota uma abordagem qualitativa, conforme metodologia explicitada com detalhes no capítulo 3, com base em entrevistas realizadas com membros de comissões de heteroidentificação de diversas instituições de EPT. Através dessa análise, pretende-se trazer uma contribuição significativa para o entendimento dos desafios e potencialidades das comissões no contexto atual, além de propor recomendações para o aperfeiçoamento dessas práticas.

4.4.2. Critérios de Verificação étnico-racial: Desafios na Definição de Identidade e Trajetória

As comissões de heteroidentificação são responsáveis por validar as autodeclarações étnico-raciais dos candidatos às vagas reservadas por cotas. Um dos principais desafios enfrentados é a definição clara dos critérios para essa verificação. De acordo com Schucman (2014) e Osório (2013), o conceito de raça no Brasil é permeado por ambiguidades e pela fluidez das categorias raciais, o que torna difícil estabelecer um critério objetivo e universal para a validação. Muitas comissões baseiam-se em características fenotípicas (cor da pele, traços faciais, textura de cabelo), mas essa abordagem pode ser insuficiente para capturar as experiências sociais e culturais que definem a negritude no contexto brasileiro, mesmo sendo o fenótipo aquilo que está previsto em lei.

A adoção de critérios exclusivamente fenotípicos, embora comum, não dá conta da complexidade que envolve a identidade étnico-racial no Brasil. Como aponta Lina em sua entrevista, "não é só sobre cor, é sobre vivência, sobre o que a pessoa enfrentou ao longo da vida." Esse depoimento sublinha a necessidade de uma abordagem mais ampla, que considere não apenas o fenótipo, mas também a trajetória de vida e o contexto cultural dos candidatos. Isso está em consonância com os argumentos de Gomes (2013), que defende que a identidade étnico-racial é construída tanto por características físicas quanto por experiências sociais que marcam a vivência do racismo e da exclusão.

Outro desafio é a subjetividade inerente ao processo de avaliação. Cabeça de Negro observa em sua entrevista que "às vezes, a gente olha para uma pessoa e não tem certeza. A cor da pele pode não ser suficiente para contar a história dela." Essa percepção revela as limitações dos critérios baseados puramente no visual e a necessidade de um processo mais abrangente, que também leve em conta os aspectos históricos e culturais que permeiam a identidade étnico-racial. Kabengele Munanga (2004) reforça essa perspectiva ao argumentar que a identidade negra no Brasil está profundamente ligada às vivências de discriminação e resistência, e não apenas aos aspectos biológicos ou visuais.

Lourenço também traz uma contribuição importante ao refletir sobre a necessidade de olhar além da aparência imediata: "Já vi casos em que a pessoa não parece negra à primeira vista, mas tem toda uma história de luta e

enfrentamento de racismo que as comissões precisam considerar. Não podemos ignorar isso.” Esse ponto ressalta a importância de considerar não apenas o fenótipo, mas as trajetórias individuais e familiares que moldam a identidade étnico-racial de cada candidato.

Além disso, é importante ressaltar que as comissões operam em um contexto marcado por tensões sociais e políticas. A implementação das cotas, ainda que seja uma conquista importante, continua a ser alvo de críticas, principalmente no que diz respeito à legitimidade das autodeclarações. Como aponta Nascimento (1978), as políticas de ação afirmativa precisam ser vistas como parte de uma luta mais ampla pela reparação histórica e pelo reconhecimento da negritude em suas múltiplas dimensões. O processo de heteroidentificação, assim, deve ser entendido como parte desse movimento, sendo necessário que ele incorpore critérios mais inclusivos e dinâmicos, que reflitam as complexidades da realidade étnico-racial brasileira.

Outro ponto destacado por Américo em sua entrevista é o impacto das decisões das comissões sobre a vida dos candidatos: “Uma decisão errada pode mudar a vida de alguém para sempre. Por isso, precisamos ser muito cuidadosos ao avaliar.” Essa reflexão aponta para a responsabilidade ética das comissões e para a necessidade de um processo formativo robusto que prepare os membros para lidar com essa tarefa de forma justa e criteriosa. Fernandes (1978) discute como a educação formal e as políticas institucionais podem contribuir para formar profissionais preparados para enfrentar esses desafios de forma mais crítica e reflexiva, algo que também pode ser aplicado às comissões de heteroidentificação.

Benedita também destaca o papel pedagógico das comissões ao afirmar que “as comissões precisam, além de avaliar, educar. Muitos candidatos não têm clareza do que significa a cota étnico-racial e do que está em jogo nesse processo. Precisamos informar, orientar, não apenas excluir.” Essa observação ressalta a necessidade de um enfoque mais educativo, no qual as comissões também ajudem a construir uma compreensão mais ampla e crítica sobre o sistema de cotas e as questões étnico-raciais envolvidas.

Por fim, a análise dos critérios de verificação étnico-racial deve refletir uma compreensão mais complexa das dinâmicas étnico-raciais no Brasil, evitando reducionismos e estereótipos. A trajetória de vida, as experiências de racismo e o contexto cultural dos candidatos devem ser considerados na avaliação da elegibilidade para as vagas de cotas étnico-raciais. Conforme argumenta Domingues

(2018), uma abordagem interseccional é fundamental para compreender como raça, classe e outras dimensões de identidade se entrecruzam, e isso deve ser incorporado nas práticas das comissões. Essa escrita, portanto, contribui para esse debate, propondo uma análise crítica e propositiva sobre os critérios de verificação étnico-racial e os desafios enfrentados no contexto das políticas de ação afirmativa nas instituições de Ensino Profissional e Tecnológico.

4.4.3 Formação e Atuação dos Membros das Comissões: Limitações e Tensões

A falta de formação adequada é um dos desafios mais críticos enfrentados pelas comissões de heteroidentificação. Muitos dos membros que compõem essas comissões não possuem preparo especializado em questões étnico-raciais, o que compromete sua capacidade de tomar decisões informadas e justas. Segundo Gomes (2018), a ausência de uma formação continuada e aprofundada sobre os conceitos de raça, etnia e identidade étnico-racial no Brasil resulta em decisões que, muitas vezes, reproduzem desigualdades ou falham em capturar a complexidade das situações apresentadas. A formação cultural, acadêmica e humana, a depender de como aconteça, pode restringir a uma compreensão superficial dos critérios fenotípicos, deixando de lado aspectos importantes como a experiência vivida e o contexto social do candidato, fundamentais para uma análise justa da autodeclaração étnico-racial.

Benedita, uma das entrevistadas para este estudo, comenta: "Nós não temos formação suficiente para lidar com essas questões tão delicadas. Muitas vezes é no dia a dia que vamos aprendendo a lidar com os casos, mas isso não é o ideal." A percepção de Benedita reforça a urgência de se investir em capacitação contínua para os membros das comissões, a fim de que possam realizar um trabalho mais criterioso e sensível às diferentes dimensões da identidade étnico-racial. Schucman (2014) também aponta para a necessidade de uma abordagem formativa que envolva a compreensão das nuances étnico-raciais no Brasil, incluindo não apenas aspectos fenotípicos, mas também elementos culturais e históricos que influenciam a construção da identidade étnico-racial.

Américo, outro entrevistado, acrescenta: "É uma responsabilidade muito grande. Às vezes, as pessoas estão contando com essas vagas como única chance

de acesso à educação, e a gente sente o peso dessa decisão. Mas, como decidir de forma justa sem o preparo adequado?” Esse relato evidencia o peso emocional e ético que recai sobre os membros das comissões, que precisam lidar com decisões que podem impactar diretamente a vida dos candidatos. Fernandes (1978) discute a importância de preparar adequadamente os profissionais envolvidos em processos decisórios que envolvem questões de justiça social, enfatizando que a formação inadequada pode perpetuar injustiças e desigualdades qualificadas por alguns autores como algo estrutural.

Outro aspecto relevante é o enfrentamento de tensões e pressões externas, como destaca Santos (2020). Essas pressões podem vir tanto de candidatos que questionam o processo de heteroidentificação quanto de setores da sociedade que resistem à implementação das cotas étnico-raciais raciais. Cabeça de Negro também entrevistado, comenta: “A gente é muito questionado, e às vezes com razão. As pessoas querem saber com base em quê estamos decidindo. Quando não temos segurança no que estamos fazendo, isso abre margem para mais conflito.” A fala de Cabeça de Negro revela o quanto a falta de clareza nos critérios e de preparo técnico pode fragilizar o trabalho das comissões, aumentando a vulnerabilidade frente às contestações.

Quaresma, outra entrevistada, compartilha uma experiência semelhante: “A falta de um manual ou de orientações claras faz com que, às vezes, a gente fique na dúvida sobre como proceder. Cada caso é muito diferente, e sem uma base sólida, ficamos sujeitos a decisões inconsistentes.” Este depoimento destaca a necessidade de maior estruturação e normatização dentro das instituições de ensino, com o intuito de oferecer um suporte mais consistente aos membros das comissões, garantindo que suas decisões estejam embasadas em critérios bem definidos.

Além dessas tensões, a falta de respaldo institucional é outro obstáculo que agrava a situação. Como observa Quaresma: “Nós, da comissão, muitas vezes não temos apoio suficiente da instituição. Fica tudo em nossas mãos, sem muita orientação ou recursos para lidar com as dificuldades que surgem.” Esse relato aponta para a necessidade de uma estrutura mais robusta dentro das instituições de ensino, que ofereça suporte tanto logístico quanto jurídico aos membros das comissões. A criação de manuais de procedimentos e a disponibilização de canais de suporte são algumas das sugestões de Schucman (2014) para garantir maior clareza e respaldo no processo de verificação étnico-racial.

Lourenço, por sua vez, ressalta outro tipo de tensão: “Já vi casos de membros da comissão que se sentiram pressionados a aprovar candidatos por medo de represálias. Há muita resistência ao sistema de cotas, e às vezes isso afeta o nosso trabalho.” Esse depoimento ilustra a complexidade do contexto em que essas comissões atuam, não apenas avaliando candidatos, mas também enfrentando as consequências sociais e políticas das decisões tomadas. Fraser (2008) argumenta que a redistribuição de oportunidades educacionais por meio de políticas de ação afirmativa deve ser acompanhada de uma robusta rede de suporte institucional, garantindo que aqueles que operam no sistema estejam protegidos de pressões externas que possam comprometer a imparcialidade do processo.

Em síntese, o trabalho das comissões de heteroidentificação é permeado por limitações na formação e por tensões que impactam diretamente o processo decisório. Para que possam realizar um trabalho efetivo e justo, é imprescindível que os membros dessas comissões recebam uma formação adequada, contínua e sensível às complexidades da identidade racial no Brasil, além de estarem amparados por uma estrutura institucional sólida. Como sugere Nascimento (1980), a implementação de políticas de ação afirmativa, como as cotas étnico-raciais, só será verdadeiramente eficaz se for acompanhada de um compromisso institucional com a formação e o suporte necessário para aqueles que atuam na linha de frente dessas políticas.

4.4.4 Potencialidades de transformação: Caminhos para uma heteroidentificação mais eficaz

Apesar dos desafios enfrentados pelas comissões de heteroidentificação, há oportunidades significativas para aprimorar o processo e transformá-lo em uma ferramenta mais justa e eficaz. As críticas e tensões observadas ao longo dos anos podem ser um ponto de partida para melhorias tanto na formulação de critérios mais refinados quanto na capacitação contínua dos membros que compõem essas comissões. Nascimento (1980) argumenta que as políticas afirmativas devem ser vistas como parte de um processo mais amplo de reparação histórica e de construção de uma sociedade mais equitativa. Nesse sentido, as comissões de heteroidentificação têm o potencial de desempenhar um papel educacional, não

apenas para os candidatos, mas para a sociedade em geral, ao elucidar e promover a conscientização sobre as questões étnico-raciais no Brasil.

Domingos em sua entrevista, salienta: "A comissão precisa ser mais clara, os critérios precisam ser conhecidos e aplicados de maneira justa. Só assim o processo vai ter a credibilidade que ele merece." Este comentário reflete a necessidade urgente de transparência e padronização dos critérios utilizados, além de uma comunicação mais aberta e eficaz com a comunidade acadêmica e com os candidatos. Para que o processo de heteroidentificação seja visto como legítimo e eficaz, é crucial que as regras sejam compreendidas por todos os envolvidos. Esse aprimoramento também exige o comprometimento das instituições educacionais em fornecer informações claras e acessíveis sobre o funcionamento das comissões, ajudando a minimizar a desconfiança e as contestações.

Além da clareza nos critérios, uma das principais transformações possíveis está na adoção de um olhar mais interseccional para a questão racial, que leve em conta não apenas a cor da pele, mas também fatores como classe social, histórico familiar e experiências de discriminação. A abordagem sugerida por Schwarcz (1993, 2015) enfatiza que a raça é um fenômeno socialmente construído e multifacetado, e as políticas de cotas devem refletir essa complexidade. Nesse sentido, Lourenço, outra entrevistada, corrobora essa visão ao afirmar: "Não dá para resumir a questão da negritude apenas à cor. A história de cada um conta muito." Este depoimento evidencia a necessidade de ir além da análise fenotípica, considerando as trajetórias de vida e os contextos culturais dos candidatos como fatores cruciais na heteroidentificação.

Cabeça de Negro, em outra entrevista, acrescenta: "A gente precisa ter ferramentas melhores para analisar os casos. Não é justo basear tudo só no que se vê, porque as pessoas têm histórias diferentes, e isso tem que ser considerado." A percepção de Cabeça de Negro reforça a importância de desenvolver instrumentos mais robustos e criteriosos para que a avaliação seja mais justa e abrangente. A inclusão de elementos interseccionais, como o impacto do racismo, dito estrutural por alguns teóricos, ao longo da vida dos candidatos, pode contribuir para decisões mais informadas e legítimas, ampliando a percepção de justiça nas decisões das comissões.

A capacitação dos membros das comissões também surge como uma das principais potencialidades de transformação. Américo, outro entrevistado, destaca:

“É fundamental que haja mais preparo para a gente lidar com a complexidade desses casos. Só assim podemos tomar decisões melhores, que respeitem a diversidade de experiências.” Essa fala reforça a necessidade de investir em formação continuada, possibilitando que os membros adquiram um entendimento profundo das questões étnico-raciais, bem como das implicações sociais e históricas das políticas de ação afirmativa. Como aponta Santos (2020), a implementação de políticas inclusivas requer uma formação sólida e constante dos profissionais envolvidos, garantindo que estejam preparados para os desafios que surgem no processo de verificação.

Por fim, Quaresma ressalta que o processo de heteroidentificação precisa ser continuamente ajustado para acompanhar as mudanças sociais: “O Brasil está mudando, e a forma como a gente enxerga a questão étnico-racial também. Precisamos garantir que o processo continue relevante e atualizado com as novas demandas.” Este depoimento aponta para a necessidade de adaptação e inovação constantes nas políticas de ação afirmativa, de modo que se mantenham eficazes em um contexto social em transformação. Fraser (2008) defende que a justiça social deve ser dinâmica, adaptando-se às novas realidades e aos novos desafios que surgem, especialmente em sociedades marcadas por profundas desigualdades.

Em síntese, o potencial de transformação das comissões de heteroidentificação reside em uma maior transparência, capacitação contínua dos membros e uma abordagem interseccional na análise dos candidatos. A adoção de critérios mais complexos e a ampliação da compreensão sobre etnia, raça e identidade podem não apenas aprimorar a eficácia dessas comissões, mas também fortalecer o compromisso com a justiça social no contexto das políticas de ação afirmativa.

4.4.4 Considerações Finais

A atuação das comissões de heteroidentificação no contexto do Ensino Profissional e Tecnológico (EPT) enfrenta desafios consideráveis, desde a definição de critérios justos até a necessidade de formação adequada para seus membros. As dificuldades em aplicar critérios objetivos em um país com um histórico de racismo (dito estrutural por alguns autores) e categorias étnico-raciais fluídas, como apontado por Schucman (2014), demandam uma análise crítica e multidimensional.

No entanto, as potencialidades de transformação são igualmente grandes. Ao incorporar critérios mais amplos e complexos, que levem em conta a interseccionalidade das experiências de etnia/raça, classe e discriminação, as comissões podem se tornar ferramentas mais eficazes na promoção da justiça étnico-racial.

Como destacado ao longo do estudo, a capacitação contínua dos membros das comissões é um ponto crucial para o aperfeiçoamento do processo de heteroidentificação. Benedita ressaltou que "nós não temos formação suficiente para lidar com essas questões tão delicadas", indicando a necessidade urgente de programas de formação específicos que ampliem a compreensão dos conceitos de etnia/raça e identidade no Brasil. A capacitação contínua permitiria que os membros das comissões realizassem seu trabalho com maior sensibilidade e preparo técnico, minimizando erros que podem perpetuar desigualdades.

Além disso, a transparência no processo de verificação étnico-racial é essencial para a legitimidade das comissões, como apontado por Domingos em sua entrevista: "A comissão precisa ser mais clara, os critérios precisam ser conhecidos e aplicados de maneira justa." A falta de clareza nos critérios, muitas vezes criticada por candidatos e pela sociedade, pode ser superada com uma comunicação mais eficaz e acessível, tanto para os membros da comunidade acadêmica quanto para os candidatos às cotas étnico-raciais raciais. A adoção de diretrizes claras e uniformes ajudaria a criar um processo mais justo e evitaria percepções de arbitrariedade.

Outro aspecto fundamental para o aprimoramento das comissões é a adoção de uma abordagem interseccional, que vá além da análise puramente fenotípica e inclua fatores como a trajetória de vida e as experiências de discriminação enfrentadas pelos candidatos. Como destacou Lourenço, "não dá para resumir a questão da negritude apenas à cor." Essa compreensão mais ampla da identidade étnico-racial pode enriquecer o processo de heteroidentificação e garantir que ele reflita de forma mais justa as realidades vividas pelos indivíduos racializados no Brasil.

Cabeça de Negro, em sua fala, trouxe uma perspectiva essencial ao afirmar: "É preciso reconhecer a importância das cotas, mas também aprimorar o processo para que ele atenda às demandas de justiça que a nossa sociedade ainda precisa alcançar." Sua visão reflete a necessidade de manter o compromisso com as

políticas de ação afirmativa, mas sempre buscando formas de melhorá-las para garantir que respondam às complexidades da questão étnico-racial no Brasil.

Em síntese, o caminho para uma heteroidentificação mais inclusiva e justa passa pela capacitação contínua dos membros das comissões, pela transparência no processo e pela adoção de critérios que reflitam a realidade vivida pelos indivíduos racializados. As comissões de heteroidentificação, ao superarem as limitações atuais, podem se transformar em agentes poderosos de mudança social, promovendo maior equidade e inclusão no sistema educacional brasileiro. Para que isso aconteça, é necessário um esforço institucional para apoiar essas comissões, tanto no âmbito técnico quanto na adoção de políticas que garantam sua autonomia e eficiência no cumprimento de suas funções.

4.5 DESCOMPLICANDO AS COTAS: UM PRODUTO EDUCACIONAL PARA A INCLUSÃO NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

4.5.1 Introdução

A implementação de políticas de cotas raciais no Brasil representa um marco significativo no esforço de combate à desigualdade racial e promoção da inclusão social. Desde a promulgação da Lei de Cotas em 2012, que estabelece a reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas nas universidades federais e instituições de ensino técnico, o debate sobre a eficácia e os impactos dessas políticas se intensificou. As cotas têm o potencial de transformar o cenário educacional, ao possibilitar que grupos historicamente marginalizados acessem espaços antes considerados restritos a uma minoria. Como argumenta Munanga (2003, p.47), “o problema da discriminação racial no Brasil está mais ligado a práticas históricas e sociais de exclusão que negam ao negro as oportunidades de ascensão”. No contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), essas políticas não só democratizam o acesso ao ensino, mas também desafiam estruturas excludentes.

O presente artigo tem como objetivo principal apresentar o produto educacional desenvolvido a partir da pesquisa intitulada *O que é ser negro no Brasil?: Reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas*. Especificamente, busca-se: compreender o papel de um produto educacional no âmbito do Mestrado

em Educação Profissional e Tecnológica e sua relevância como ferramenta de comunicação; analisar como um podcast e o uso de redes sociais, como o Instagram, podem facilitar a disseminação de informações para estudantes do ensino fundamental que são potenciais candidatos às vagas por cotas no Instituto Federal; discutir a importância de produtos educacionais para os estudantes, como forma de melhorar o acesso às vagas reservadas por cotas; e avaliar os possíveis impactos de um podcast informativo na conscientização e engajamento dos estudantes em relação às cotas.

Este trabalho parte da premissa de que a desinformação é um dos principais obstáculos enfrentados pelos estudantes que desejam acessar as cotas. Muitos jovens, especialmente aqueles em fases finais do ensino fundamental, não estão plenamente cientes de seus direitos e das oportunidades que as cotas proporcionam. Essa desinformação frequentemente leva à subutilização das vagas reservadas e à exclusão de candidatos que se enquadrariam nos critérios estabelecidos pela política. Além disso, a falta de conhecimento sobre o processo de autodeclaração e o papel das comissões de heteroidentificação pode desestimular muitos desses estudantes. Nascimento (1980, p.35) alerta que “o genocídio do negro brasileiro é um processo de um racismo mascarado”, destacando a urgência de se ampliar a divulgação e o esclarecimento sobre as políticas de ação afirmativa, como as cotas.

O podcast *Descomplicando as Cotas*, desenvolvido a partir dos apontamentos realizados nas entrevistas com membros e ex-membros das comissões de heteroidentificação dos Institutos Federais, emerge como uma resposta direta a esses desafios. As pesquisas, de caráter qualitativo, foram realizadas com base em entrevistas semi estruturadas, no formato *snowball*, permitindo a coleta de dados a partir de relatos de experiências e percepções aprofundadas. Como explica Gomes (2018, p. 62), “as ações afirmativas devem ser constantemente revisitadas e divulgadas para garantir que alcancem seu público-alvo de maneira eficaz”. O podcast surge, portanto, como uma solução inovadora para a comunicação de informações essenciais sobre o acesso às cotas raciais.

A escolha pelo formato podcast é justificada pela sua crescente popularidade entre adolescentes e jovens adultos. O consumo de conteúdos de forma dinâmica, em plataformas digitais acessíveis, como o Instagram, facilita a disseminação de informações cruciais em um formato atrativo e flexível. Segundo Hall (2003, p. 120),

os meios de comunicação são “espaços de disputa simbólica”, onde é possível contestar e reconfigurar narrativas. Neste sentido, o podcast, aliado ao uso das redes sociais, oferece uma forma de democratizar o conhecimento e engajar os estudantes nas questões que impactam diretamente suas oportunidades educacionais.

Ao longo deste artigo, serão discutidos os principais aspectos que envolvem o acesso às cotas nos Institutos Federais, como o processo de autodeclaração, a função das comissões de heteroidentificação e os desafios enfrentados pelos candidatos. A análise será enriquecida com trechos das entrevistas realizadas com membros dessas comissões, que compartilharam suas vivências e reflexões sobre o papel da heteroidentificação e os impactos sociais das cotas. Ao final, espera-se que este trabalho contribua para aumentar o conhecimento sobre as cotas e inspire os jovens a se engajar mais ativamente na busca por seus direitos e em uma educação mais inclusiva.

4.5.2. O Produto Educacional como Ferramenta de Transformação Social na Educação Profissional e Tecnológica

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o produto educacional vai além de ser apenas um recurso didático; ele emerge como uma poderosa ferramenta de transformação social. No âmbito do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o desenvolvimento de produtos educacionais visa responder às necessidades de inclusão e enfrentamento das desigualdades. Como afirma Souza (2020, p. 33), “o produto educacional cumpre um papel fundamental no diálogo entre a prática pedagógica e a transformação social, especialmente em políticas públicas como as cotas raciais”.

O podcast *Descomplicando as Cotas* exemplifica esse papel transformador ao fornecer informações acessíveis sobre o sistema de cotas raciais nos Institutos Federais (IFs), um aspecto essencial da democratização do ensino superior e técnico. A fala de Domingos ilustra a importância desse produto: “Eu não sabia que podia acessar a cota. A gente ouve falar, mas não sabe como funciona”. A experiência de Domingos destaca a lacuna informacional que o podcast busca

preencher, especialmente para aqueles que vêm de contextos onde o acesso à informação sobre políticas de ação afirmativa é limitado.

No âmbito do ProfEPT, autores como Dantas (2018, p. 54) afirmam que o produto educacional, quando bem planejado e divulgado, tem o potencial de “romper com as barreiras da exclusão e promover uma verdadeira inclusão educacional e social”. O podcast, neste sentido, visa não apenas informar, mas também estimular a reflexão e o engajamento dos estudantes com seus direitos, como destaca Cabeça de Negro: “Muita gente desiste de tentar porque não entende o processo”.

Ana Maria Gonçalves, em seu romance *Um Defeito de Cor*, explora como as estruturas de poder e exclusão permeiam a história das relações étnico-raciais no Brasil. A jornada da personagem Kehinde reflete a luta constante por reconhecimento e acesso a direitos fundamentais. Assim como Kehinde busca afirmar sua identidade e direitos em meio às adversidades, os estudantes pretos e pardos que acessam as cotas nos IFs estão também em busca de um lugar na sociedade, de um reconhecimento que lhes foi historicamente negado. O podcast pode ser comparado às cartas que Kehinde escreve para se reconectar com sua ancestralidade e construir um futuro mais digno. Essa perspectiva histórica e literária reforça a importância da visibilidade e do conhecimento sobre as cotas, como pontua Lourenço: “A cota é a única maneira de algumas pessoas terem essa chance. Sem isso, estaria se repetindo a história de exclusão dos nossos antepassados”.

A Educação Profissional e Tecnológica tem o compromisso de formar cidadãos críticos e preparados para transformar suas realidades. Como salienta Freitas (2021, p. 77), “a EPT deve atuar como agente de inclusão social e desenvolvimento humano, articulando o saber técnico com a reflexão crítica sobre a sociedade”. O podcast *Descomplicando as Cotas* pretende cumprir com essa função ao facilitar o acesso à informação e promover a conscientização sobre as oportunidades proporcionadas pelas cotas étnico-raciais. Quaresma, um dos entrevistados, ressaltou a necessidade de iniciativas que esclareçam o processo: “Eu trabalho há anos com as comissões, e o que mais vejo é gente que não faz ideia de como o processo funciona. A informação pode abrir portas”.

De acordo com Gomes (2018), a disseminação de informações de forma acessível é essencial para o sucesso de políticas públicas como as cotas raciais. Um podcast, ao ser veiculado em plataformas populares como o Instagram, se torna

um meio eficiente para atingir jovens em fase escolar que são potenciais beneficiários das políticas de ação afirmativa. Benedita reforça essa ideia: “Os jovens de hoje estão nas redes sociais”. Isso corrobora com a ideia de que o bom uso de tecnologias digitais no processo educacional pode integrar as demandas contemporâneas de comunicação com a necessidade de inclusão.

A criação de um produto educacional que dialoga com a realidade dos estudantes das escolas públicas, como o podcast *Descomplicando as Cotas*, contribui para que a EPT cumpra seu papel social. Silva (2019, p.92) aponta que “os produtos educacionais desenvolvidos no contexto da EPT devem ter um caráter transformador, promovendo a equidade e combatendo as desigualdades sociais”. Ao proporcionar conhecimento sobre as cotas e o processo de heteroidentificação, o podcast se alinha a essa missão, sendo uma ferramenta de mobilização social.

É importante destacar que a pluralidade de vozes presentes neste trabalho, seja através das falas dos entrevistados ou das reflexões dos autores, reforça a ideia de que a transformação social começa pela informação. O produto educacional, nesse sentido, é um veículo de mudança, como explica Lina: “Eu fui a primeira da minha família a entrar na universidade, e as cotas foram a chave. Mas muita gente ainda não sabe que tem direito, então informação é fundamental”.

4.5.3. Mídias Sociais e Podcasts: Uma Nova Abordagem para a Disseminação de Informação

No cenário atual, as mídias sociais, especialmente o Instagram, têm se mostrado fundamentais na construção de espaços de comunicação e informação, especialmente para o público jovem. O uso de plataformas digitais para disseminar informações sobre as cotas étnico-raciais e o processo de autodeclaração e heteroidentificação pode ser uma estratégia eficaz para promover maior engajamento e conscientização. Segundo Gomes (2020, p. 102), “as mídias sociais atuam como agentes de mudança, permitindo que vozes marginalizadas sejam ouvidas e reconhecidas”. Isso é especialmente pertinente no contexto das cotas, onde o acesso à informação é crucial para o empoderamento dos estudantes.

A proposta do podcast *Descomplicando as Cotas* (<https://open.spotify.com/show/45AiXAE2FC0W8CgqziK7GK?si=bf3ac5cf14b04958>)

vai além da simples transmissão de informações, buscando também criar um espaço de diálogo e troca de experiências entre os jovens. O formato de podcast se revela uma ferramenta poderosa, pois permite que as informações sejam apresentadas de maneira acessível e envolvente. Além disso, as redes sociais oferecem a oportunidade de livre acesso, comentário, compartilhamento e interação por meio de chats, lives e outros meios, ampliando o alcance da comunicação. Como menciona Benedita, “se a informação não chegar até eles de forma simples, muitos nem vão saber que têm direito às cotas”. Essa perspectiva reforça a necessidade de uma comunicação direta e clara, que dialogue com as realidades e interesses dos jovens.

Além disso, o Instagram, ao oferecer um formato visual e dinâmico, pode servir como um canal de promoção do podcast e das informações sobre cotas. A linguagem visual das mídias sociais, conforme argumenta Hall (2003), é capaz de criar significados que ressoam com as experiências dos jovens, tornando a informação mais relevante e memorável. O uso de stories, reels e postagens interativas pode instigar a curiosidade e o engajamento dos usuários, incentivando-os a buscar mais informações e a se aprofundar no tema.

A combinação de áudio e visual, característica dos podcasts e das mídias sociais, enriquece a experiência de aprendizado, tornando-a mais dinâmica e acessível. Como destaca Freitas (2021, p. 156), “a educação contemporânea deve considerar as novas formas de interação e comunicação proporcionadas pelas tecnologias digitais, criando ambientes de aprendizagem que sejam atraentes e significativos”. Com isso em mente, o podcast busca não apenas informar, mas também criar uma conexão mais humana com os ouvintes. Futuramente, pretende-se incluir entrevistas e histórias de vida de pessoas que passaram pelo processo de heteroidentificação, desmistificando e humanizando essa experiência. Domingos reforça essa ideia ao afirmar: “Ouvir a experiência de outras pessoas ajuda muito. O podcast pode mostrar que não estão sozinhos nesse processo”.

A transparência e a comunicação clara sobre os processos de autodeclaração e heteroidentificação são fundamentais para aumentar a confiança dos jovens em se candidatarem às cotas. Através do podcast, é possível detalhar as etapas do processo, os critérios de avaliação e os direitos dos candidatos, promovendo um ambiente de apoio e acolhimento. Cabeça de Negro observa que “quando se fala abertamente sobre o que vai acontecer, o medo diminui. As pessoas se sentem mais

confortáveis para se declarar”. Essa abertura é essencial para estimular a participação ativa dos jovens nas políticas de ação afirmativa.

Ademais, a partilha de experiências e vivências através das mídias sociais e dos podcasts também pode contribuir para a construção de uma comunidade mais solidária e empática. Nascimento (1978, p.48) ressalta que “a construção de uma consciência coletiva é fortalecida pela partilha de experiências, que cria laços de solidariedade e apoio mútuo”. Ao ouvir histórias de outros estudantes, os ouvintes podem se sentir parte de uma rede de apoio, reconhecendo que suas lutas e desafios são compartilhados.

Em síntese, o uso de mídias sociais e podcasts representa uma abordagem inovadora para a disseminação de informações sobre cotas raciais, permitindo uma comunicação mais eficaz e direta com os jovens. Ao transformar a informação em um diálogo acessível e humano, essas ferramentas têm o potencial de empoderar os estudantes, promovendo não apenas a conscientização, mas também a ação. O podcast *Descomplicando as Cotas*, portanto, se posiciona como um veículo para a luta pela inclusão e pelo reconhecimento dos direitos dos estudantes nas instituições de educação profissional e tecnológica.

4.5.4. A Relevância de um Produto Educacional para o Entendimento e Acesso às Cotas Étnico-Raciais

A implementação das cotas étnico-raciais nas instituições de ensino, especialmente nos Institutos Federais, enfrenta uma série de desafios que podem impactar sua efetividade e alcance. Um dos principais obstáculos é a desinformação sobre o funcionamento das cotas e o processo de heteroidentificação. Muitos estudantes ainda não têm clareza sobre como se inscrever, quais são os critérios de autodeclaração e o que esperar do processo de avaliação. Para abordar essa lacuna, a elaboração de um produto educacional, como o podcast *Descomplicando as Cotas*, revela uma estratégia relevante para melhorar o entendimento e o acesso a essas vagas por meio dessa política pública.

Segundo Munanga (2004, p.22), “o acesso à educação é um direito fundamental que deve ser garantido a todos, especialmente em um contexto de desigualdade racial”. Nesse sentido, o podcast busca desmistificar o processo de

autodeclaração e heteroidentificação, proporcionando informações claras e acessíveis para os jovens. Benedita enfatiza essa necessidade, afirmando que “é fundamental que os jovens saibam que têm direitos e como exercê-los”. Ao criar um espaço onde as informações são apresentadas de maneira simples e direta, o podcast visa empoderar os ouvintes, incentivando sua participação ativa no processo de ingresso nas cotas.

A resistência cultural e social também é um desafio que precisa ser enfrentado. Muitos estudantes duvidam de suas próprias capacidades e oportunidades, o que pode ser exacerbado pela falta de informações sobre as cotas. Como observa Fernandes (1975, p. 84), “as tensões sociais em torno das políticas de inclusão revelam a luta por reconhecimento e valorização de identidades”. Através do compartilhamento de histórias de superação e sucesso, o podcast pode contribuir para a construção de uma narrativa coletiva que inspire outros jovens a se candidatarem. A diversidade de vozes apresentadas não apenas humaniza a discussão sobre cotas, mas também reforça a ideia de que a inclusão é possível e necessária.

Além disso, o podcast representa uma oportunidade para promover a educação profissional e tecnológica de forma mais ampla. Como afirmam Santos e Oliveira (2020, p.65), “a educação profissional deve estar atenta às particularidades das políticas de inclusão, desenvolvendo materiais que atendam às necessidades dos estudantes”. Nesse contexto, a elaboração de um produto educacional voltado para o público jovem não apenas facilita o acesso à informação, mas também potencializa o entendimento sobre a importância das cotas étnico-raciais. A construção de um ambiente educacional mais inclusivo e diversificado é fundamental para a formação de profissionais sensíveis às desigualdades sociais.

Domingos destaca a importância de iniciativas como o podcast ao afirmar que “muitos estudantes têm medo de se declarar e precisam entender que esse processo é um direito deles. Quando informamos, tiramos o medo e estimulamos a participação”. Isso indica que a falta de conhecimento não apenas limita o acesso, mas também perpetua a insegurança em relação às cotas. Portanto, o podcast não apenas informará, mas também poderá servir como um espaço de acolhimento e empoderamento, incentivando os jovens a se verem como colaboradores ativos na luta por equidade de oportunidades.

Senhora dos Ventos complementa essa perspectiva, afirmando que “ter informações precisas pode mudar a maneira como os estudantes encaram as cotas. Elas não são um favor, mas um direito que deve ser reivindicado”. Essa afirmação reforça a ideia de que o produto educacional pode ajudar a reverter a visão que se tem sobre as cotas e ajudar os estudantes a reconhecerem seu valor e seu direito ao acesso à educação.

Ademais, além de todo o caráter informativo e acolhedor dos 10 primeiros episódios, as experiências compartilhadas pelos colaboradores do podcast, futuramente, servirão como poderosos exemplos de resiliência e conquista. Lourenço destaca que “ver outras pessoas que passaram por situações semelhantes e conseguiram alcançar seus objetivos inspira. Precisamos compartilhar essas histórias para mostrar que a inclusão é possível”. A partilha de experiências não apenas motiva, mas também cria um senso de comunidade e solidariedade entre os ouvintes, tornando o processo de acesso às cotas mais acessível e menos isolado.

Por fim, a continuidade das políticas de cotas requer um esforço coletivo para avaliar seus resultados e impactos. O podcast *Descomplicando as Cotas* buscará contribuir para esse diálogo, oferecendo um espaço para discussão e reflexão sobre as cotas raciais e seus efeitos na educação profissional e tecnológica. Como menciona Hall (2003, p.156), “a construção de narrativas coletivas é fundamental para a promoção da mudança social”. Portanto, o podcast não apenas informará, mas também celebrará a diversidade e as conquistas dos estudantes beneficiados pelas cotas, promovendo uma conscientização crítica sobre a importância dessa política pública na busca por equidade e inclusão.

4.5.5. Descomplicando as Cotas: Informação que transforma

A criação de um podcast vinculado a um perfil no Instagram tem como objetivo central elucidar o sistema de cotas étnico-raciais no Instituto Federal e os processos envolvidos, como a autodeclaração e a heteroidentificação. A utilização dessas plataformas de mídia digital permite alcançar o público-alvo, adolescentes e jovens interessados em acessar o sistema de cotas, de forma acessível e eficaz. Lina, uma das entrevistadas, enfatizou que “a falta de informação é uma das

maiores barreiras para o acesso às cotas”, enquanto Américo destacou a importância de “falar a linguagem dos jovens”. Esses depoimentos ilustram a necessidade de desenvolver ferramentas de comunicação que dialoguem com as práticas cotidianas desse público, algo que o podcast e o Instagram podem facilitar. O uso do podcast é especialmente apropriado, já que permite a flexibilidade de consumo da informação, como apontado por Cabeça de Negro em sua entrevista, ao sugerir que “é preciso desmistificar o processo de cotas e torná-lo mais acessível para os jovens, explicando passo a passo como funciona.”

O podcast está estruturado em uma série de episódios que exploram diferentes aspectos do sistema de cotas e da heteroidentificação, oferecendo informações claras e práticas para os estudantes. Complementando essa iniciativa, o perfil no Instagram será utilizado de forma estratégica após a validação do produto, funcionando como uma extensão do diálogo ao compartilhar materiais visuais e responder às dúvidas mais comuns. A seguir, apresento a descrição dos episódios planejados.

Episódio 1 - Introdução ao sistema de cotas: Neste episódio, será apresentada uma introdução sobre o sistema de cotas raciais, explicando por que ele foi criado e qual o seu papel no combate às desigualdades históricas. Abdias do Nascimento (1978) defende que as cotas raciais são uma política de reparação histórica e justiça social, especialmente em um país marcado pela exclusão de pessoas negras ao longo de sua história. O objetivo é contextualizar o ouvinte sobre a relevância das cotas étnico-raciais no cenário educacional brasileiro, ajudando-o a compreender a amplitude dessa política pública.

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/55nx6GFxse6rRr8vgoKg4E?si=e92cc4bb26d34fe9>

Episódio 2 - Quem pode acessar as cotas?: Neste segundo episódio, serão discutidos os critérios de elegibilidade para as cotas étnico-raciais, tanto em relação às condições socioeconômicas quanto às características étnico-raciais. A autodeclaração é um elemento central, permitindo que indivíduos que se identificam como pretos, pardos ou indígenas tenham acesso a essa política. Gomes (2018) ressalta que a autodeclaração não é apenas um critério técnico, mas um direito fundamental para o processo de inclusão educacional. Aqui, será abordado como esse direito se conecta aos princípios das cotas e às normas que regem seu funcionamento no Instituto Federal.

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/1Kav7B2rnyYbnTt6Ce2jTc?si=19624732682d454e>

Episódio 3 - O que é autodeclaração étnico-racial?: Neste episódio, será detalhado o conceito de autodeclaração étnico-racial e sua importância dentro do processo de acesso às cotas. Como explica Munanga (2004), a autodeclaração é uma ferramenta essencial para o reconhecimento de identidades étnico-raciais no Brasil, um país onde a miscigenação torna complexo o pertencimento étnico-racial. Será esclarecido como a autodeclaração é o primeiro passo que os candidatos devem cumprir para pleitear uma vaga pelas cotas étnico-raciais e como esse mecanismo é respeitado pela legislação.

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/3V57xqfhXC84xegSe5G3Es?si=9200c84c3afe4531>

Episódio 4 - A comissão de heteroidentificação: funções e importância: Neste quarto episódio, será explicada a função da comissão de heteroidentificação, responsável por validar a autodeclaração racial dos candidatos. Schucman (2014) discute a importância dessas comissões para garantir que as cotas sejam destinadas de fato às pessoas que enfrentam discriminação étnico-racial. Também será explicado como a comissão opera e quais são os critérios observados para verificar a elegibilidade dos candidatos, considerando aspectos fenotípicos e outros fatores relevantes.

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/3AZKAemgMlcDTdCSpl71Kr?si=8c7e3a961fc4488e>

Episódio 5 - O processo de heteroidentificação: como funciona? Explicação detalhada sobre como ocorre a verificação pela comissão de heteroidentificação, os critérios analisados e a importância de assegurar a legitimidade do processo, fundamentada na análise de Fernandes (1978) sobre a estrutura racial no Brasil.

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/4UbzMjtRRJTtPWJAoUmlp?si=4d7d411e20ef4a56>

Episódio 6 - Documentos e requisitos necessários para acessar as cotas étnico-raciais: aborda os documentos e requisitos necessários para acessar as cotas étnico-raciais, com foco na autodeclaração racial e na comprovação de renda. A autodeclaração racial é um processo fundamental no qual o candidato se identifica

como negro, pardo ou indígena, e é complementada pela heteroidentificação, realizada por uma comissão para validar a correspondência entre a declaração e a aparência do candidato. Além disso, a comprovação de renda é essencial para garantir que as cotas sociais atendam aos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica. Juntos, esses critérios buscam promover um acesso mais justo à educação superior, reduzindo desigualdades históricas, conforme defendido por Salles (2015).

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/2T5A4V0yk9wzioGw6VqEZL?si=f179cd9542b94d0e>

Episódio 7 - O que acontece após a inscrição: etapas e expectativas no processo seletivo: explica as etapas que seguem a inscrição no sistema de cotas, com ênfase na importância de estar preparado para cada fase. Após a inscrição, os candidatos devem acompanhar o processo seletivo, incluindo a análise de documentos e a heteroidentificação, um procedimento crucial para validar a autodeclaração racial. O episódio destaca como cada fase exige atenção e preparação para garantir que os direitos dos candidatos sejam respeitados, conforme argumentado por Silva (2014) sobre a transparência no processo de cotas.

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/1TEX4Fle8yelhizlqlzkQU?si=f825cff828514a26>

Episódio 8 - Lidando com a espera: como manter a calma e se preparar para os próximos passos: Neste episódio, discutimos como lidar com a ansiedade e a expectativa durante a espera pelos resultados do processo seletivo das cotas étnico-raciais. São oferecidas dicas práticas para manter a calma, planejar os próximos passos independentemente do resultado e engajar-se com comunidades de apoio. Além disso, refletimos sobre a importância das cotas como uma política de inclusão social e como a persistência no processo contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/61qmMJKBcUAY8WEzeuVJsC?si=7f661249f7f34f72>

Episódio 9 - Dicas práticas para a adaptação no Instituto Federal: Neste episódio, abordamos o momento crucial da adaptação ao Instituto Federal, focando nas principais estratégias para integrar-se ao novo ambiente acadêmico. Desde os

primeiros dias, quando o candidato se depara com um campus cheio de novidades e desafios, até a construção de uma rotina eficiente de estudos, com o uso de ferramentas de organização como agendas e aplicativos. O episódio também explora a importância de criar uma rede de apoio, participando de atividades extracurriculares, como grupos de pesquisa, coletivos estudantis e eventos acadêmicos, para fortalecer os laços com colegas e professores. Além disso, discutimos como aproveitar ao máximo as oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional oferecidas pelo Instituto, incluindo projetos de pesquisa, programas de extensão e congressos. Com base em experiências de estudantes e especialistas, oferecemos dicas práticas para facilitar a adaptação e garantir uma trajetória acadêmica bem-sucedida e enriquecedora.

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/4rfPjurlpmlkFEzaDxsDyj?si=e314954d021c44b0>

Episódio 10 - Após a aprovação: o caminho até a vida estudantil no IF: O décimo e último episódio abordará o que acontece após a aprovação dos estudantes cotistas, discutindo os desafios e as oportunidades que surgem no ambiente acadêmico. Schwarcz (1993) argumenta que a inclusão de estudantes pretos e pardos nas instituições de ensino é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa. Este episódio dará orientações sobre como os estudantes podem aproveitar ao máximo as oportunidades educacionais e lidar com os possíveis desafios que encontrarão no ambiente acadêmico.

Acesse em:

<https://open.spotify.com/episode/27ebKBMVgkqmK6MwpKdlcL?si=73646af93a40489c>

4.5.6 Validação do produto educacional

Como parte do processo de avaliação do podcast produzido, foram convidados a participar da escuta do podcast, 10 estudantes do 9º ano de uma escola pública municipal, identificados como potenciais ingressantes no 1º ano do ensino médio e pertencentes ao público-alvo do material. Do número total de estudantes convidados, 06 estudantes responderam o formulário. Além deles, dois membros de comissões de heteroidentificação também foram convidados, contribuindo com suas perspectivas especializadas sobre o tema abordado no

podcast. Essa escolha buscou abranger tanto a visão do público direto quanto a de profissionais envolvidos nos processos de heteroidentificação.

Nesta seção, serão analisadas as percepções dos colaboradores em relação ao podcast. Essas percepções serão examinadas a partir de questões que desempenham um papel central tanto na avaliação do conteúdo quanto na validação do Produto Educacional apresentado. Por meio dessa análise detalhada, busca-se compreender de que maneira as perguntas refletem a organização e os conteúdos do material, além de seu impacto na experiência de aprendizagem dos estudantes e na concretização dos objetivos da pesquisa.

A avaliação das percepções sobre o podcast possibilitou analisar sua aplicabilidade como ferramenta de comunicação e aprendizado sobre as cotas raciais e os processos de heteroidentificação. Essa análise permitirá compreender como o material contribui para elucidar dúvidas, sensibilizar o público sobre a importância dessas políticas afirmativas e promover uma maior acessibilidade ao conhecimento sobre o tema, refletindo seu potencial impacto na conscientização dos ouvintes.

Como parte do processo de validação, realizaremos uma análise detalhada das percepções dos ouvintes, identificando os critérios que guiaram a avaliação do podcast. Nosso objetivo é entender como as respostas dos colaboradores contribuem para avaliar o impacto do podcast na compreensão de temas como cotas raciais e processos de heteroidentificação. Com essa análise, buscamos obter informações cruciais que nos ajudem a determinar se o podcast cumpriu seu papel educativo de maneira eficaz, validando-o como um recurso significativo para o público-alvo.

A pesquisa realizada pelos ouvintes após a escuta do podcast é um componente essencial para a avaliação do material. Ela ocorre paralelamente à finalização da escuta. As perguntas foram elaboradas de forma a analisar se as métricas de duração, aspectos técnicos, linguagem e outros, estariam adequadas ao público para o qual o podcast primeiramente se destina.

A seguir, representamos o gráfico das respostas com a sua respectiva pergunta.

FIGURA 3 - PERGUNTA Nº1: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)

O tema do episódio ficou claro para você?
6 respostas

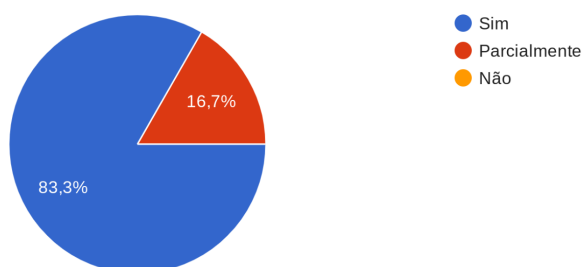


FIGURA 4 - PERGUNTA Nº1: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)

O tema do episódio ficou claro para você?
2 respostas



A análise das respostas à pergunta sobre a clareza dos episódios do podcast *Descomplicando a Cota* revela um alto nível de satisfação entre os colaboradores. A maioria dos respondentes (83,3% dos estudantes e 100% dos membros da comissão) declarou que o tema abordado nos episódios foi comunicado de forma clara, indicando que os episódios cumprem o objetivo de elucidar adequadamente o tema proposto.

FIGURA 5 - PERGUNTA Nº2: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)

Você entendeu o que são as políticas de cotas?
6 respostas

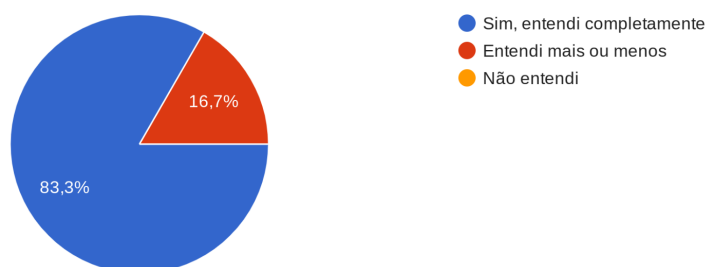
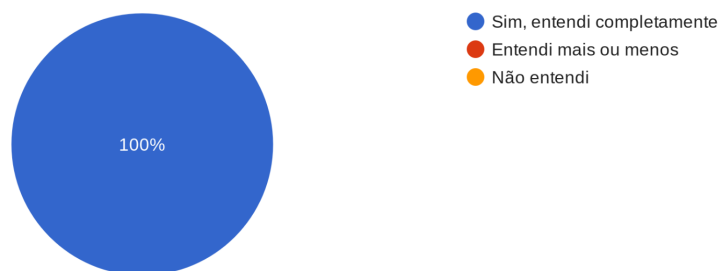


FIGURA 6 - PERGUNTA Nº2: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)

Você entendeu o que são as políticas de cotas?
2 respostas



A análise das respostas à pergunta sobre o entendimento das políticas de cotas após a escuta dos episódios do podcast *Descomplicando a Cota* demonstra um alto nível de compreensão entre os colaboradores, evidenciando a eficácia da abordagem adotada no conteúdo. A maioria dos respondentes, tanto estudantes quanto membros da comissão, expressou uma clara assimilação do tema, com 83,3% dos estudantes e 100% dos membros da comissão afirmando ter entendido o conceito de políticas de cotas. Esse resultado sugere que os episódios foram eficazes na comunicação da temática, abordando o assunto de maneira acessível e compreensível. Ao refletir sobre as respostas, podemos concluir que o podcast cumpriu de forma satisfatória o objetivo de elucidar as políticas de cotas, proporcionando aos ouvintes não apenas o entendimento do que são essas políticas, mas também contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre a importância e os impactos dessas ações afirmativas. Dessa forma, os episódios não apenas informaram, mas também promoveram uma conscientização mais profunda entre os ouvintes, consolidando o podcast como uma ferramenta relevante para

disseminação de conhecimento sobre o tema.

FIGURA 7 - PERGUNTA Nº3: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)

As explicações foram fáceis de acompanhar?
6 respostas

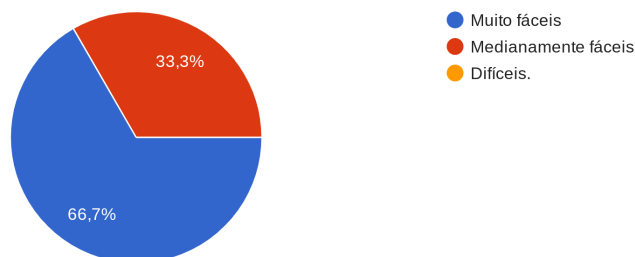
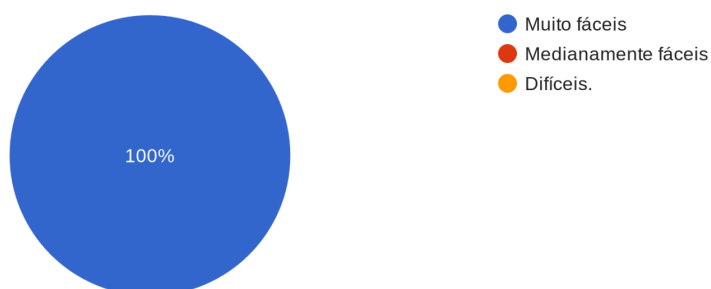


FIGURA 8 - PERGUNTA Nº3: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)

As explicações foram fáceis de acompanhar?
2 respostas



A análise das respostas à pergunta sobre a facilidade de acompanhamento das explicações nos episódios do podcast *Descomplicando a Cota* revela uma percepção positiva tanto entre os estudantes quanto entre os membros da comissão. A maioria dos estudantes (66,7%) afirmou que as explicações foram fáceis de acompanhar, enquanto 100% dos membros da comissão também compartilharam essa opinião. Esses dados indicam que o podcast foi bem estruturado e acessível, conseguindo transmitir o conteúdo de maneira clara e compreensível para diferentes públicos. A alta taxa de concordância entre os membros da comissão sugere que o podcast também atendeu às expectativas de um público mais familiarizado com o tema, reforçando a eficácia das explicações. Esse resultado é um indicativo de que o material foi produzido de forma a garantir que os ouvintes, independentemente de seu nível de familiaridade com as políticas de cotas, conseguissem acompanhar e

compreender facilmente as informações transmitidas.

FIGURA 9 - PERGUNTA Nº4: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)

O vocabulário utilizado estava adequado para o seu nível de entendimento?

6 respostas

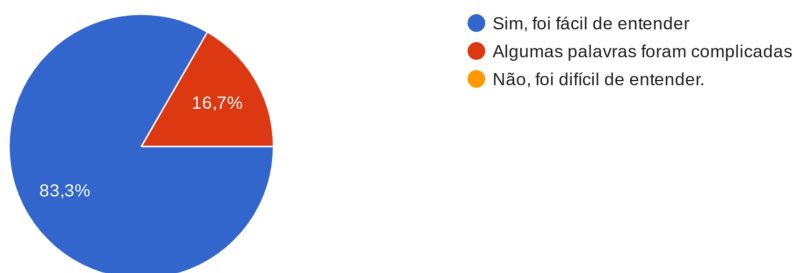
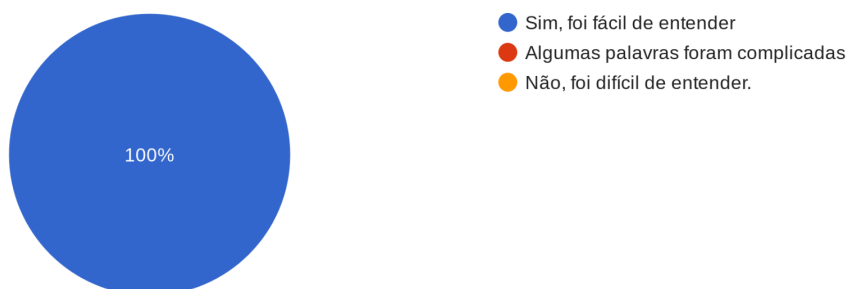


FIGURA 10 - PERGUNTA Nº4: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)

O vocabulário utilizado estava adequado para o seu nível de entendimento?

2 respostas



A análise das respostas à pergunta sobre a adequação do vocabulário utilizado nos episódios do podcast *Descomplicando a Cota* mostra uma avaliação muito positiva tanto entre os estudantes quanto entre os membros da comissão. Com 83,3% dos estudantes e 100% dos membros da comissão afirmando que o vocabulário estava adequado ao entendimento, fica claro que o podcast foi capaz de usar uma linguagem acessível e apropriada para seu público-alvo. Esse dado sugere que o conteúdo foi elaborado de forma cuidadosa, considerando a necessidade de uma comunicação clara e precisa, sem recorrer a termos excessivamente técnicos ou complexos. A alta aprovação dos membros da comissão também indica que o vocabulário utilizado foi capaz de atender não apenas aos ouvintes com menos familiaridade com o tema, mas também a aqueles

que possuem um conhecimento mais aprofundado, mostrando que a linguagem foi inclusiva e eficaz para diversos níveis de compreensão.

FIGURA 11 - PERGUNTA Nº5: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)

A qualidade do áudio estava boa?
6 respostas

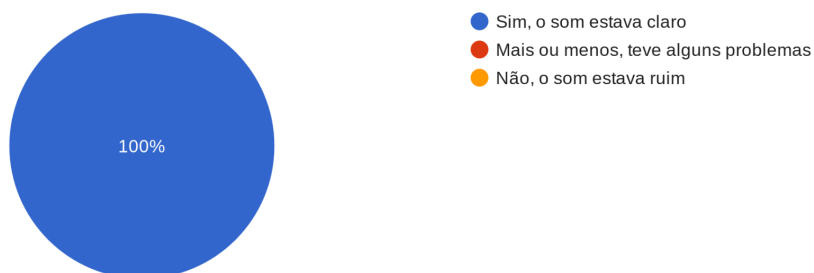


FIGURA 12 - PERGUNTA Nº5: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)

A qualidade do áudio estava boa?
2 respostas



A análise das respostas à pergunta sobre a qualidade do áudio nos episódios do podcast *Descomplicando a Cota* mostra uma avaliação completamente positiva, com 100% dos estudantes e dos membros da comissão afirmando que a qualidade estava boa. Esse resultado indica que a clareza e a nitidez do áudio foram adequadas para garantir uma experiência de escuta agradável e eficiente para todos os colaboradores. A aprovação unânime sobre a qualidade sonora sugere que o podcast foi produzido com atenção aos detalhes técnicos, como a qualidade da gravação, a redução de ruídos e a boa articulação das falas, elementos essenciais para facilitar o entendimento do conteúdo e manter o engajamento dos ouvintes. A boa qualidade do áudio é um fator importante para a eficácia do podcast como

ferramenta educativa, pois assegura que a mensagem seja transmitida de forma clara e sem distrações, contribuindo para uma melhor experiência de aprendizado.

FIGURA 13 - PERGUNTA Nº6: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)

A edição ajudou na compreensão (com cortes, vinhetas, etc.)?
6 respostas

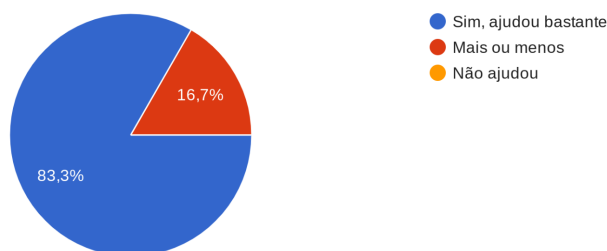
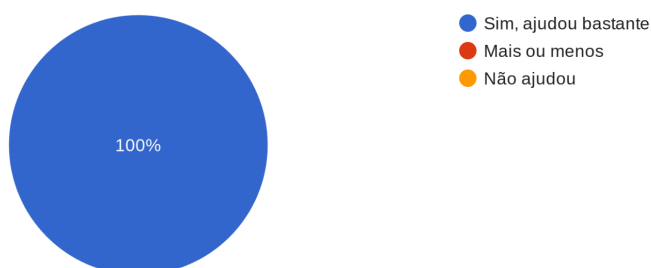


FIGURA 14 - PERGUNTA Nº6: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)

A edição ajudou na compreensão (com cortes, vinhetas, etc.)?
2 respostas



A análise das respostas sobre a edição, cortes e vinheta dos episódios do podcast *Descomplicando a Cota* revela uma avaliação positiva em relação à sua contribuição para a compreensão do conteúdo. Com 83,3% dos estudantes e 100% dos membros da comissão afirmando que esses elementos ajudaram na compreensão do assunto tratado, fica evidente que os recursos de edição foram bem utilizados para tornar o podcast mais claro e envolvente. A presença de cortes bem feitos e vinhetas apropriadas ajudaram a organizar as informações de forma fluida e dinâmica, facilitando a assimilação dos temas abordados. A combinação desses recursos também pode ter contribuído para manter o ritmo e o interesse dos ouvintes, ao mesmo tempo em que organizava o conteúdo de maneira que

favorecesse o entendimento. Esse feedback positivo indica que a produção do podcast foi cuidadosamente planejada para otimizar a experiência de aprendizado, utilizando a edição e os efeitos sonoros de maneira estratégica e eficaz.

FIGURA 15 - PERGUNTA Nº7: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)

Você aprendeu algo novo sobre a política de cotas com este episódio?
6 respostas

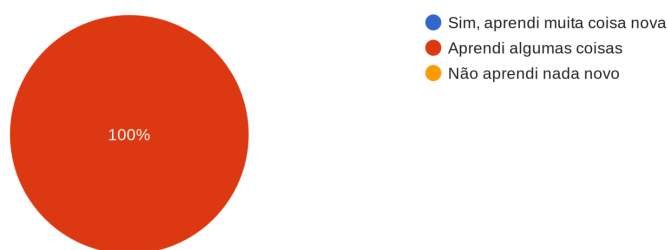
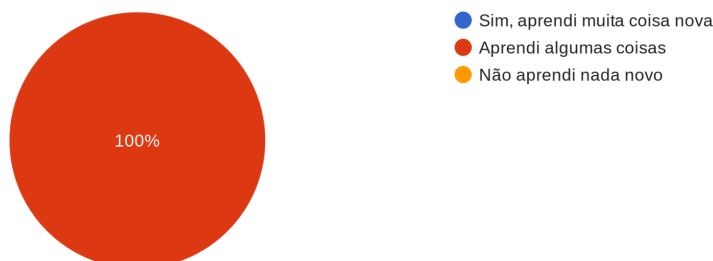


FIGURA 16 - PERGUNTA Nº7: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)

Você aprendeu algo novo sobre a política de cotas com este episódio?
2 respostas



A análise das respostas à pergunta sobre o aprendizado com o podcast *Descomplicando a Cota* revela que 100% dos estudantes e membros da comissão afirmaram ter aprendido algumas coisas novas. Embora a resposta não indique uma transformação completa no entendimento do tema, ela sugere que o podcast foi capaz de oferecer novos insights e informações que contribuíram para ampliar o conhecimento dos colaboradores sobre as políticas de cotas. Essa resposta aponta para a eficácia do podcast em despertar o interesse dos ouvintes e elucidar aspectos do tema que, até então, poderiam ser desconhecidos ou mal compreendidos. Embora a maioria dos ouvintes não tenha declarado ter aprendido "muitas" coisas novas, o fato de terem identificado novos aprendizados indica que o

conteúdo do podcast teve um impacto significativo, mesmo que de forma gradual, no processo de compreensão do assunto abordado.

FIGURA 17 - PERGUNTA Nº8: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)

Você acredita que as cotas são importantes para a educação e a sociedade?
6 respostas

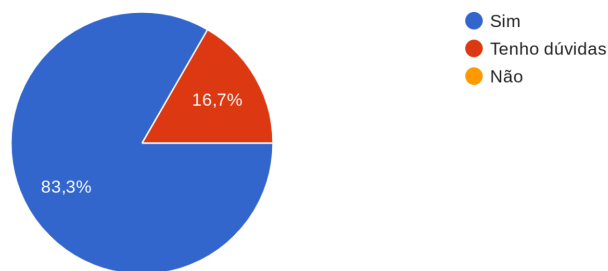


FIGURA 18 - PERGUNTA Nº8: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)

Você acredita que as cotas são importantes para a educação e a sociedade?
2 respostas



A análise das respostas à pergunta sobre a importância das cotas para a sociedade revela um apoio significativo ao sistema de cotas, com 83,3% dos estudantes e 100% dos membros da comissão afirmando acreditar que as cotas são essenciais para a sociedade. Esse alto índice de concordância demonstra que a maioria dos colaboradores reconhece as cotas como uma ferramenta importante para promover a inclusão e reduzir desigualdades sociais. Para os estudantes, a adesão ao conceito de cotas reflete a compreensão de que políticas afirmativas são necessárias para garantir o acesso de grupos historicamente marginalizados à educação e a outros direitos fundamentais. Para os membros da comissão, essa

visão reforça a importância das cotas como uma estratégia de justiça social. Esse consenso destaca o papel das cotas não apenas como uma política educacional, mas também como um instrumento de transformação social, ao proporcionar oportunidades mais equitativas para todos os segmentos da sociedade.

FIGURA 19 - PERGUNTA Nº9: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (ESTUDANTES)

Quais outros temas você gostaria de ver discutidos no podcast?

6 respostas

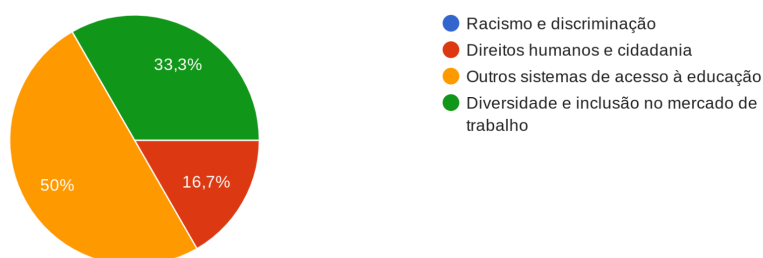
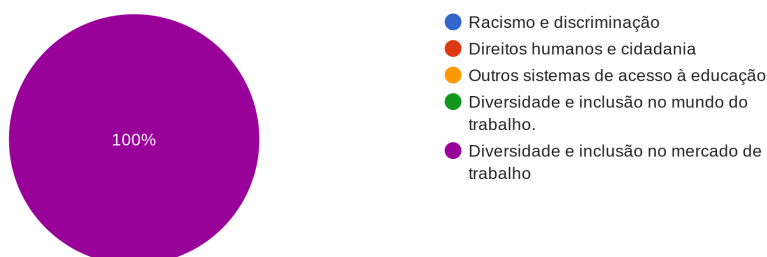


FIGURA 20 - PERGUNTA Nº9: FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO (COMISSÃO)

Quais outros temas você gostaria de ver discutidos no podcast?

2 respostas



A análise das respostas à pergunta sobre o interesse em temas relacionados ao acesso à educação e à inclusão revela diferentes preocupações e interesses entre os estudantes e os membros da comissão. Enquanto 50% dos estudantes expressaram o desejo de conhecer mais sobre outros mecanismos de acesso à educação, como formas alternativas de ingresso e políticas públicas de inclusão educacional, 100% dos membros da comissão manifestaram interesse em saber mais sobre a inclusão no mundo do trabalho, destacando a relevância de discutir não apenas o acesso à educação, mas também as oportunidades profissionais para indivíduos de grupos marginalizados. As respostas indicam que, enquanto os estudantes buscam ampliar seus horizontes sobre o que é possível para garantir

uma educação mais inclusiva, os membros da comissão se concentram em questões de inclusão que transcendem o ambiente escolar, como a inserção e permanência no mundo do trabalho, um passo fundamental para a efetivação de políticas de equidade e oportunidades para todos.

4.5.6. Considerações Finais

O podcast *Descomplicando as Cotas* representa uma iniciativa significativa para promover a conscientização e o entendimento sobre as cotas étnico-raciais no Brasil, especialmente no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Ao abordar questões essenciais como a autodeclaração, a heteroidentificação e os desafios enfrentados pelos candidatos, o podcast visa empoderar os jovens e incentivá-los a lutar por seus direitos. É fundamental que os estudantes compreendam a importância das cotas não apenas como uma oportunidade, mas como um direito garantido pela legislação brasileira.

A discussão sobre as cotas étnico-raciais é complexa e multifacetada, envolvendo aspectos sociais, culturais e históricos. As políticas afirmativas devem ser constantemente reavaliadas e adaptadas para atender às necessidades dos estudantes e à realidade do contexto educacional. O podcast, ao fornecer informações claras e acessíveis, pode servir como um canal de comunicação eficaz, promovendo um entendimento mais profundo sobre como as cotas funcionam e seus objetivos. A ampliação desse conhecimento é essencial para que mais estudantes se sintam encorajados a buscar essas vagas, resultando em um aumento da inclusão de estudantes pretos e pardos nas instituições de ensino técnico, tecnológico e superior.

Além disso, é importante destacar que a educação não deve se restringir apenas ao acesso, mas também à permanência e ao sucesso dos estudantes nas instituições de ensino. O apoio psicológico, acadêmico e social é crucial para que os jovens possam se adaptar e prosperar em um ambiente que, por muitas vezes, pode ser desafiador. Assim, as instituições de ensino devem criar políticas que garantam a permanência dos estudantes cotistas, assegurando que suas experiências sejam valorizadas e que tenham as condições necessárias para alcançar seus objetivos. O podcast pode complementar essas iniciativas, oferecendo uma plataforma onde os

estudantes possam compartilhar suas experiências e desafios, contribuindo para um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

É vital que o papel do podcast se estenda além da mera transmissão de informações. Ele deve ser um espaço que fomente a reflexão crítica e o diálogo sobre as desigualdades étnico-raciais que persistem na sociedade brasileira. Por isso, as conversas com os membros das comissões e suas experiências vividas na comissão de heteroidentificação ajuda a enxergar que para além das políticas estão pessoas com histórias reais e significativas. Esses relatos têm o potencial de inspirar ações, mostrando aos jovens que a luta por equidade é não apenas necessária, mas também possível.

Por fim, reafirma-se que a luta por equidade e inclusão é uma responsabilidade de toda a sociedade. Ao promover a conscientização sobre as cotas étnico-raciais, o podcast pretende incentivar uma reflexão crítica sobre as desigualdades que ainda persistem em nossa sociedade, instigando um compromisso coletivo pela transformação social. A educação, nesse sentido, deve ser entendida como um meio poderoso de empoderamento e mudança, capaz de construir um futuro mais inclusivo e equitativo para todos os cidadãos brasileiros. Com a continuidade dessa iniciativa, espera-se que mais jovens se sintam motivados a explorar e reivindicar suas oportunidades, contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo analisou as comissões de heteroidentificação no contexto do Ensino Profissional e Tecnológico (EPT), abordando suas atuações, desafios e potencialidades, e ainda explorou a construção de um produto educacional focado na conscientização sobre as cotas étnico-raciais. Ao longo dos capítulos, buscamos alcançar olhares mais específicos a fim de entender a estrutura e os critérios dessas comissões, examinar os obstáculos enfrentados por seus membros e sugerir estratégias para aprimorar o processo de heteroidentificação, além de oferecer um recurso educativo acessível e eficaz para estudantes interessados nas cotas.

No primeiro capítulo, exploramos o papel das comissões de heteroidentificação nas políticas de ação afirmativa, estabelecendo um quadro

teórico sobre os processos de verificação étnico-racial. Concluímos que as comissões desempenham um papel fundamental na implementação das cotas, mas enfrentam dificuldades relacionadas à subjetividade dos critérios e à falta de formação adequada de seus membros. Essa análise inicial evidenciou a necessidade de um maior aprofundamento nas capacitações e na definição de normas mais claras, alinhadas com a complexidade do contexto social e histórico brasileiro.

No segundo capítulo, investigamos as dificuldades e desafios enfrentados pelas comissões na aplicação dos critérios de heteroidentificação, destacando a fluidez das categorias étnico-raciais e o impacto do racismo. A conclusão foi que, embora as comissões busquem promover a inclusão, muitas vezes enfrentam limitações na sua atuação devido à falta de uniformidade nos critérios e à resistência a um processo que ainda é visto com desconfiança por parte de setores da sociedade. A necessidade de aprimorar a transparência e a objetividade foi uma constante ao longo deste capítulo.

No terceiro capítulo, enfatizamos a importância da formação contínua dos membros das comissões e a adoção de uma abordagem interseccional, que considere não apenas a aparência fenotípica, mas também a trajetória de vida e as experiências de discriminação enfrentadas pelos candidatos. Concluímos que, para as comissões se tornarem verdadeiramente eficazes na promoção da justiça étnico-racial, é necessário adotar uma visão mais ampla e integradora, que leve em conta a complexidade das identidades no Brasil. As falas dos entrevistados refletiram a importância de tornar o processo mais sensível às realidades vividas pelos indivíduos racializados.

No quarto capítulo, exploramos como a capacitação, a transparência e a interseccionalidade podem aprimorar o processo de heteroidentificação. Concluímos que, ao incorporar esses elementos, as comissões podem se tornar agentes de transformação social, contribuindo para uma maior equidade no sistema educacional brasileiro. A sugestão de ações como a criação de programas de formação específicos e a implementação de diretrizes claras para a heteroidentificação reforçam a ideia de que o processo de inclusão deve ser constante e dinâmico.

Finalmente, o último capítulo dedicou-se ao desenvolvimento do podcast *Descomplicando as Cotas*, um produto educacional criado com o objetivo de informar e empoderar os jovens sobre as cotas étnico-raciais, os processos de

autodeclaração e heteroidentificação. Concluímos que o podcast é uma ferramenta poderosa para ampliar o acesso à informação e fortalecer a luta pela equidade étnico-racial, oferecendo um canal direto para que os estudantes compreendam suas possibilidades de acesso às cotas e se sintam motivados a buscar essas oportunidades. Além disso, o podcast também contribui para o debate sobre as desigualdades étnico-raciais, promovendo um espaço de reflexão crítica e diálogo sobre as questões que permeiam a implementação das cotas e a vida dos estudantes cotistas.

Um dos principais desafios apontados pela maioria dos entrevistados foi a dificuldade tanto dos estudantes cotistas quanto dos não cotistas em compreender o que são e para que servem as cotas étnico-raciais, além do processo de autodeclaração e heteroidentificação. Muitos dos colaboradores destacaram que, apesar da implementação das cotas, ainda existe uma grande falta de entendimento sobre o seu propósito, o funcionamento do sistema de verificação e como ele contribui para a promoção da justiça social e racial. A falta de clareza sobre esses temas pode gerar insegurança nos candidatos, além de contribuir para mal-entendidos e preconceitos, tanto dentro das instituições de ensino quanto na sociedade em geral. Esse desafio aponta para a necessidade urgente de iniciativas educacionais que esclareçam o funcionamento das cotas e a importância da heteroidentificação, a fim de fomentar um ambiente mais inclusivo e consciente, tanto entre os estudantes como na comunidade acadêmica de forma geral.

Em síntese, este estudo alcançou seus objetivos iniciais ao oferecer uma análise detalhada das comissões de heteroidentificação no contexto do EPT, ao destacar os desafios enfrentados nesse processo e ao propor soluções viáveis para seu aprimoramento. A construção do podcast *Descomplicando as Cotas* complementou esse esforço, contribuindo para a disseminação de informações essenciais sobre as cotas e sua importância para a inclusão de estudantes negros e pardos no sistema educacional brasileiro. Com isso, espera-se que tanto as comissões quanto os estudantes possam se beneficiar de um processo mais justo, acessível e inclusivo, promovendo a transformação social tão necessária em nosso país.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARAÚJO, Emanuel. *Viva Cultura, Viva o Povo Brasileiro*. Museu Nacional: São Paulo, 2007.
- BATISTA, Neusa Chaves; FIGUEIREDO, Hodo Apolinário Coutinho de. Comissões de heteroidentificação racial para acesso em universidades federais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 117, p. 865-881, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/6v3wNrmrTBrstCLn6PNCQsg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2024.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1995. (Bom Livro).
- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1922.
- BARRETO, Lima. *O Canto do Pobre*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1911.
- BARTH, M. M. *Política de cotas na educação profissional e tecnológica: um olhar sobre os egressos*. 2021. Dissertação (Mestrado) — Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, Campus Jaguarí, RS. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_p7WF0sUF1TU3Set_zxeduwwz7GmS-uE/view. Acesso em: 3 out. 2024.
- BATISTA, Neusa Chaves; FIGUEIREDO, Hodo Apolinário Coutinho de. Comissões de heteroidentificação racial para acesso em universidades federais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 50, n. 117, p. 865-881, jul./set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/6v3wNrmrTBrstCLn6PNCQsg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2024.
- BERNARDES, E. de S. *Das comissões de heteroidentificação às construções de identidades: uma análise sociológica da negritude (re)significada pelos alunos pardos dos cursos de Direito e Medicina da UFGD ingressantes pelo PSV e SiSU (2019-2021)*. 2022. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12066192. Acesso em: 3 out. 2024.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zahar, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 1979.

BRASIL. Lei nº 14.723, de 14 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a política de cotas nas instituições federais de educação superior e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 4 jan. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.711*, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 3 out. 2024.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.848*, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1940.

CARNEIRO, S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001465832> . Acesso em: 3 out. 2024.

ClAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos? *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan./abr. 2014. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/Ciavatta_ensino_integrado_politecnia_educacao_omnilateral.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

CRENSHAW, K. "Interseccionalidade: Da teoria à prática." In *Interseccionalidade: Desafios e perspectivas para a justiça social* (pp. 45-68). São Paulo: Editora Contexto, 2019.

DANTAS, Maria. *Educação profissional e tecnológica e a inclusão social*. São Paulo: Editora FAPESP, 2018.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELLA FONTE, Sandra Soares. Formação no e para o trabalho. *Educação Profissional e Tecnológica em Revista*, Vitória, v. 2, n. 2, p. 10-19, 2018. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/383>. Acesso em: 3 out. 2024.

DOMINGUES, José Marcelo. *A nova sociologia da educação*. São Paulo: Cortez, 2005.

DOMINGUES, Petrônio. *Relações raciais e políticas de identidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora XYZ, 2018.

_____. *O movimento negro brasileiro: uma síntese histórica*. São Paulo: Selo Negro, 2018.

_____. *Ações afirmativas no Brasil: trajetórias e desafios*. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

_____. *Ação afirmativa em questão: Brasil, Estados Unidos e África do Sul*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DORE, Rosemary. Afinal, o que significa o trabalho como princípio educativo? *Cadernos de CEDES*, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, set./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/RHGqjsJdnCy8BztKwpgGP3Q/?format=pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

DU BOIS, W. E. B. *A questão negra e a revolução democrática*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

DURÃO, Anna Violeta; CIAVATTA, Maria; REIS, Renata. Práticas educativas da educação politécnica: a experiência da EPSJV-FIOCRUZ. In: BRANCHER, Vantoir Roberto; RODRIGUES, Ricardo Antônio; SOUZA, Francisco das Chagas Silva (Orgs.). *Formação docente e práxis na Educação Profissional e Tecnológica*. Curitiba: Brasil Publishing, 2020. p. 23-41.

ELÍSIO, R. R.. *Comissões de heteroidentificação: Discursos, práticas e perspectivas das cotas raciais no Brasil* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia). 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32501>. Acesso em: 24 jul. de 2023.

FAGUNDES, I. P. E. (2020). *Heteroidentificação racial para concursos públicos de professores/as na Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9086668. Acesso em: 24 jul. 2023.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira; INÁCIO, Humberto Luís de Deus; VIEIRA, Luiz Renato. De quilombos e quilombolas: aspectos legais e debate legislativo. In: SILVA, Ana Márcia; FALCÃO, José Luiz Cirqueira (Orgs.). *Práticas corporais em comunidades quilombolas de Goiás*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2011. p. 25-45.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961. Disponível em: <https://afrocentricidade.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/06/os-condenados-da-terra-frantz-fanon.pdf>. Acesso em: 3 out. de 2024.

FEDERICI, Silvia. *O tempo das mulheres: a reprodução do capital e a luta das mulheres*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 11. ed. São Paulo: DIFEL, 1987.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978.

FLICK, Uwe. Coleta de dados: abordagem quantitativa e qualitativa. In: _____. *Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 107-132.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

FRASER, N. A justiça social na globalização: Redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2020, 63, 7-20. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 3 out. de 2024.

FRASER, Nancy. *Nacionalismo e Multiculturalismo*. São Paulo: Editora 34, 1997.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, E. T. P. de. (2021). “O filho que ninguém quer?”: *Análise do processo da implementação da comissão de heteroidentificação na UFMT no contexto das relações étnico-raciais brasileiras* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10982408. Acesso em: 24 jul. de 2023.

FREITAS, João. *A Formação Crítica na Educação Profissional e Tecnológica*. Brasília: Editora IFB, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral dos trabalhadores. In: COSTA, Hélio da; CONCEIÇÃO, Martinho. *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional profissional*. São Paulo: Secretaria Nacional de Formação – CUT, 2005.

FRIOLI, N. L. C. (2019). *A implementação de cotas raciais na Prefeitura de São Paulo: Análises sobre os procedimentos de comissões de heteroidentificação* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do ABC). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7717117. Acesso em: 24 jul. de 2023.

GARCIA, Diego. O que é obsolescência programada? *Mundo Estranho Tecnologia*. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/o-que-e-obsolescencia-programada/>. Acesso em: 3 out. 2024.

GODOY, Elenilson Vieira; SANTOS, Vinícius de Macedo. Um olhar sobre a cultura. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 15-41, jul.-set. 2014.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal, cidadania e movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2017.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e relações étnico-raciais: caminhos e desafios para políticas públicas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

_____. *Ações afirmativas e os desafios da educação brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

_____. *Educação, identidade negra e formação de professores no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. *Ações Afirmativas e a Inclusão na Educação Superior*. Brasília: MEC, 2018.

_____. *Educação antirracista: Caminhos abertos pela Lei 10.639*. Petrópolis: Vozes, 2018.

_____. *Políticas de ação afirmativa na educação brasileira: reflexões sobre o contexto atual*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2016.

_____. Educação, identidade negra e a lei 10.639/03: Entre diálogos e embates. *Educação e Pesquisa*, v. 39, n. 1, p. 165-178, 2013.

_____. *A diversidade étnico-racial na educação*. Brasília: MEC, 2013.

GOMES, Nilton B. *O Brasil de A a Z: Uma História Social do País*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

GOMES, Nilton. *Políticas Públicas e Inclusão Social*. São Paulo: Cortez, 2013.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um Defeito de Cor*. São Paulo: Record, 2006.

GONZALES, Lélia. *Racismo, Sexismo e Relações de Poder*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *Racismo e Antirracismo no Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 2003.

HALL, Stuart. *Cultura, Mídia e Identidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: https://leiaarqueologia.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf. Acesso em: 3 out. de 2024.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HASENBALG, Carlos. *Desigualdade e Racismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2005.

JACOBINI, Maria Letícia de Paiva. O projeto de Pesquisa: Criando conhecimento. In. JACOBINI, Maria Letícia de Paiva. *Metodologia do trabalho científico*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011 (4ª edição). p.49-62.

JOSSO, Marie Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. *Educação*: Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/gepiem/files/2008/09/a_tranfor2.pdf. Acesso em: 24/05/2023.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo*: Diário de uma Favelada. São Paulo: Editora Ática, 2014.

KANAN, Lilia Aparecida; ARRUDA, Marina Patrício de. A organização do trabalho na era digital. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 30, n. 4, p. 583-591, out.-dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/5rRRmSCMD4Scv5sHLpRBfLv/?lang=pt>. Acesso em: 3 out. 2024.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. *Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, v. 4, p. 1-18, 1978. Disponível em: <http://acervo.if.usp.br/uploads/IF/MS/V/IF-MS-V-01-012-0000-00124-0.pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

LUNA, Luiz. *O negro na luta contra a escravidão*. Leitura: Rio de Janeiro, 1968.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da Antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181-214, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/KyB4tJGCh3zWPST3n3bFpXw/?format=pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

MARTINEZ, J. J. P. (2023). *Representações culturais do “pardo” em comissões de heteroidentificação no concurso público do Tribunal de Justiça do Amazonas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Luterana do Brasil). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13350892. Acesso em: 24 jul. de 2023.

MARX, Karl. *O capital: para a crítica da economia política*. 11. ed. São Paulo: DIFEL, livro 1, vol. 1, 1987.

MATOS, E. W. O. da S. (2019). *Judicialização das ações afirmativas de cotas para negros nas universidades* (Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9084281. Acesso em: 24 jul. de 2023.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Tradução de Juliana Heloisa de Oliveira. São Paulo: N-1 Edições, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem e Saturação em Pesquisas Qualitativa: *Conceitos e Controvérsias*. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), V. 5, n. 7, p. 01-12, Abril/ 2017. Disponível em: <https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82/59>. Acesso em: 24/05/2023.

MORAES, A. J. L. (2022). *A efetivação da política de cotas como estratégia de enfrentamento ao racismo: Tensões e avanços na atuação da Comissão de Heteroidentificação da UFMA nos anos de 2020 e 2021* (Dissertação de mestrado,

Universidade Federal do Maranhão). Disponível em:

https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13369339. Acesso em: 24 jul. 2023.

MOREIRA, M.A. Pesquisa em Ensino: métodos qualitativos. IN MOREIRA, M.A. *Metodologia de Pesquisa em Ensino*. São Paulo: Livraria da Física, 2011. P.73- 116.

MOURA, Cláudio. Políticas Públicas e Inclusão Social. São Paulo: Cortez, 1988.

MOURA, Clóvis. *O negro no Brasil: Identidade e desigualdade*. Petrópolis: Vozes, 1992.

MOURA, Dante Henrique; FILHO, Domingos Leite Lima & SILVA, Mônica Ribeiro. Politecnia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 20, n. 63. Out.-dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XBLGNcTcD9CvkMMxfq8NyQy/?format=pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

MUNANGA, Kabengele. *Superando o racismo na escola*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=103321. Acesso em: 3 out. de 2024.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. *Sobre a identidade negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8436416/mod_resource/content/1/O%20Genocidio%20do%20Negro%20Brasileiro%20-%20Abdias%20Nascimento.pdf. Acesso em: 3 out. de 2024.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Que é Racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

NOGUEIRA, Oracy. *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga*. São Paulo: Editora 34, 2015.

OLIVEIRA, Fátima. Ser negro no Brasil: alcances e limites. *ESTUDOS AVANÇADOS* 18 (50), 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/CQmMqSJDwGS3vnSRPVZG66H/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 out. de 2024.

OLIVEIRA, F. C. G. P. de. *O ingresso de negros/as nos cursos de graduação nas universidades federais do Brasil: Análise da efetividade da comissão de heteroidentificação* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Grande Dourados). 2019. Disponível em:

https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7720551. Acesso em: 24 jul. de 2023.

OLIVEIRA, Sandra de. & WESCHENFELDER, Viviane Inês. Docência, Inclusão e Relações Étnico-Raciais: A constituição do/da Professor/a para a Educação Inclusiva. Em: *Educação, Gênero e Ações Afirmativas: Dilemas do nosso tempo*. Vantoir Roberto Brancher; Bruna de Assunção Medeiros; Fernanda de Camargo Machado (Organizadores). 1ª Edição. Curitiba: Appris, 2018. p. 55-70.

OSÓRIO, R. G. *A experiência brasileira de classificação racial*. Brasília: Ipea, 2013.

OSÓRIO, R. G. *Ações afirmativas e a igualdade racial no Brasil: O que temos a aprender com os Estados Unidos?* Brasília: Ipea, 2013.

PEREIRA, A. de C. (2020). *Ações afirmativas na educação profissional técnica de ensino médio: Um estudo de caso com jovens estudantes cotistas* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Alfenas). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10211326. Acesso em: 24 jul. de 2023.

PESTANA, Simone Freire Paes. Afinal, o que é educação integral? *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 9, n. 17, janeiro/junho de 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/viewFile/1713/1562> . Acesso em: 3 out. 2024.

PETRUCELLI, João Carlos. *Identidade e Cultura: O Pensamento de Stuart Hall*. São Paulo: Annablume, 2013.

PIRES, Steffani Bruna Oliveira Silva. *As cotas raciais e a prevalência da igualdade em face do direito à educação*. In Repositório Anima Educação, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/14551/1/ENVIAR%20PDF%20A.pdf>. Acesso em: 15/12/2022.

RAMOS, Andressa de Jesus Araújo; RAMOS, João Batista Santiago. DIÁLOGOS ENTRE O CONHECIMENTO POPULAR E CIENTÍFICO. *Revista de Pesquisa Interdisciplinar*, Cajazeiras, v.3, n.1, 15-27, jan/jul. de 2018. Disponível em: . Acesso em: 25 de julho/ 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.24219/rpi.v3i1.432>. Acesso em: 03 ot. de 2024.

RODRIGUES, G. M. B. (2021). *(Contra) mestiçagem negra: pele clara, anticolorismo e comissão de heteroidentificação racial* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia). Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11101868. Acesso em: 24 jul. de 2023.

ROSSINI, Valéria & NASPOLINI, Samyra Haydêe Dal Farra. Obsolescência Programada e Meio Ambiente: a geração de resíduos de equipamentos

eletroeletrônicos. *Revista de Direito e Sustentabilidade*: Brasília, Jan/Jun. 2017. Vol. 3. N. 1. P. 51-71. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistards/article/view/2044> . Acesso em: 3 out. 2024.

SANTANA, I. J. da S. (2022). *A CPHA por dentro: Uma etnografia institucional sobre a Comissão Permanente de Heteroidentificação Complementar à Autodeclaração da UFBA de 2019 a 2022* (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35794>. Acesso em: 24 jul. de 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

_____. *Para uma concepção multicultural da justiça*. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, J. A.; OLIVEIRA, M. A. *A Educação Profissional e a Inclusão Social*. In: *Educação Profissional: Desafios e Perspectivas*. São Paulo: Editora do Brasil, 2020.

SANTOS, João Francisco. *Racismo, educação e as políticas de inclusão no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2020.

SANTOS, José Ronaldo S. dos. A educação numa perspectiva omnilateral: a práxis da relação entre trabalho, educação e movimentos sociais. *Entrelaçando*. Nº 5. Ano III (2012) p. 92-102, Jan./Abril, 2012. Disponível em: <https://silo.tips/download/a-educacao-numa-perspectiva-omnilateral-a-praxis-da-relacao-entre-educacao-trabalho> , Acesso em: 3 out. 2024.

SAVIANI, Demerval. *A nova lei de educação*. LDB, trajetória, limites e perspectivas. 8ª ed. São Paulo: Autores e associados, 2003. Disponível em: <https://blogdorafaelmori.files.wordpress.com/2016/10/trajetc3b3ria-da-nova-ldb.pdf>. Acesso em: 21/03/2023.

SCHUCMAN, Luciana V. *Diversidade Cultural e Políticas Públicas*. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SCHUCMAN, Luciana V. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.

SCHWARCZ, Lilia M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARCZ, Lilia M. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993..

SILVA, Márcia. *A Transformação Social pela Educação: A Importância dos Produtos Educacionais*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação das relações étnico-raciais: entre saberes e práticas pedagógicas*. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

SILVA, Rosa Amélia Pereira da.; MACHADO, Veruska Ribeiro; SILVANO, Débora Leite, *et al.* *Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica*. Ponta Grossa, PR: Atena, 2021. Disponível em: <https://archive.org/details/praticas-educativas-em-educacao-profissional-e-tecnologica/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 3 out. de 2024.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações* (Coleção Clássicos de Ouro). Tradução de Norberto de Paula Lima. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2023.

SOUZA, Pedro. *Políticas Públicas de Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

VINUTO, Juliana. *A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto*. Temáticas, Campinas, 22, (44), Agos./Dez. 2014, p.203-220. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 09/04/2023.

WALKER, Alice. *Em busca dos jardins de nossas mães: Prosa mulherista*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

DESCOMPLICANDO A COTA

Cotas étnico-raciais e Heteroidentificação: Acesso, Direitos, Inclusão e EPT

Ementa

Este produto educacional, desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), na Linha de Pesquisa 1: Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase no Macroprojeto 02 – Inclusão e Diversidade, consiste em um podcast educativo apoiado por publicações no Instagram. Ele foi criado para disseminar informações sobre o sistema de cotas étnico-raciais nos Institutos Federais. Com linguagem acessível e recursos digitais, busca orientar estudantes do Ensino Fundamental, explicando etapas como autodeclaração e heteroidentificação. O Instagram complementa o podcast como plataforma interativa, oferecendo materiais visuais e informativos que promovem a compreensão e inclusão de estudantes pretos e pardos no ensino técnico e superior.

Justificativa

O uso do podcast e de um perfil específico no Instagram como ferramentas de divulgação educativa se justifica pela natureza de fácil acesso e engajamento que essas mídias oferecem, especialmente ao público-alvo deste projeto: adolescentes e jovens interessados em acessar as cotas no Instituto Federal. Segundo Gomes (2013), a educação inclusiva deve utilizar todos os recursos tecnológicos disponíveis para alcançar os estudantes de forma efetiva, especialmente no ambiente virtual, onde eles estão mais conectados. Além disso, o uso dessas plataformas está alinhado com as observações feitas pelos próprios entrevistados, como Lina, que afirma que "a falta de informação é uma das maiores barreiras para o acesso às cotas" e Américo, que destaca a necessidade de "falar a linguagem dos jovens" para garantir que a mensagem chegue até eles.

O podcast será estruturado de forma a permitir um consumo mais flexível e conveniente da informação, uma vez que os estudantes poderão ouvir os episódios a qualquer momento, seja em casa, no transporte público, ou durante suas atividades cotidianas. Além disso, como observou Cabeça de Negro em sua entrevista, “é preciso desmistificar o processo de cotas e torná-lo mais acessível para os jovens, explicando passo a passo como funciona.”

O perfil no Instagram complementar o podcast, permitindo o compartilhamento de informações visuais, como gráficos explicativos, dicas práticas, e esclarecimentos adicionais sobre o sistema de cotas, alinhado à perspectiva de Domingues (2018) sobre a necessidade de diversificar as estratégias de comunicação no processo educativo, especialmente em temas de inclusão social.

Objetivo Geral

Elucidar o processo de acesso às cotas étnico-raciais no Instituto Federal, elucidando as etapas da autodeclaração e heteroidentificação.

Objetivos Específicos

- Informar sobre a existência e a importância das cotas étnico-raciais no contexto educacional brasileiro.
- Explicar os critérios e requisitos para acesso às cotas étnico-raciais no Instituto Federal, ajudando os estudantes a compreenderem o processo.
- Detalhar o funcionamento das comissões de heteroidentificação e seu papel fundamental na verificação da autodeclaração étnico-racial.
- Incentivar a busca pelo acesso às cotas como uma ferramenta de justiça social e inclusão educacional.

Estrutura dos Episódios:

Episódio 1 - Introdução ao sistema de cotas: O que são cotas raciais e por que foram criadas, contextualizando-as como políticas de reparação histórica e justiça social, como destaca **Nascimento (1978)**.

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/55nx6GFxse6rRr8vgoKg4E?si=4ae52cf8d1224709>

Episódio 2 - Quem pode acessar as cotas?: Critérios para candidatos elegíveis, levando em consideração aspectos raciais e socioeconômicos, conforme apontado por **Gomes (2018)** e a relevância da autodeclaração para o processo.

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/1Kav7B2rnyYbnTt6Ce2jTc?si=a471a5068d744f96>

Episódio 3 - O que é autodeclaração étnico-racial?: Definição e importância da autodeclaração, e como ela é o primeiro passo no processo de verificação, respaldado por **Munanga (2004)**.

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/3V57xqfhXC84xegSe5G3Es?si=09d119f38e834cdd>

Episódio 4 - A comissão de heteroidentificação: funções e importância: Explicação sobre o papel das comissões, conforme observado por **Schucman (2014)**, que discute o conceito de branquitude e a relevância da comissão para garantir que a política de cotas seja efetivamente inclusiva.

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/3AZKAemgMlcDTdCSpL71Kr?si=4f14cc7737774d39>

Episódio 5 - O processo de heteroidentificação: como funciona?: Explicação detalhada sobre como ocorre a verificação pela comissão de heteroidentificação, os critérios analisados e a importância de assegurar a legitimidade do processo, fundamentada na análise de Fernandes (1978) sobre a estrutura racial no Brasil.

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/4UbzMjtRRJTtPWJAoUmlp?si=4d7d411e20ef4a56>

Episódio 6 - Documentos e requisitos necessários para acessar as cotas étnico-raciais: Orientações sobre os documentos e requisitos necessários para

acessar as cotas étnico-raciais, com ênfase na autodeclaração racial e comprovação de renda

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/2T5A4V0yk9wzioGw6VqEZL?si=f179cd9542b94d0e>

Episódio 7 - O que acontece após a inscrição: etapas e expectativas no processo seletivo: Explicação sobre as etapas que seguem a inscrição no sistema de cotas, como o acompanhamento do processo seletivo, análise de documentos, heteroidentificação e divulgação de resultados, com ênfase na importância de estar preparado para cada fase.

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/1TEX4Fle8yelhizlqlzkQU?si=f825cff828514a26>

Episódio 8 - Lidando com a espera: como manter a calma e se preparar para os próximos passos: Neste episódio, discutimos como lidar com a ansiedade durante a espera pelos resultados das cotas étnico-raciais, dando dicas para planejar os próximos passos e buscar apoio. Também refletimos sobre o impacto das cotas na redução das desigualdades raciais e seu papel transformador na sociedade brasileira.

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/61qmMJKBcUAY8WEzeuVJsC?si=7f661249f7f34f72>

Episódio 9: Dicas práticas para a adaptação no Instituto Federal: Dicas práticas para a adaptação ao Instituto Federal, desde os primeiros dias no campus até a organização da rotina de estudos e a construção de uma rede de apoio acadêmico, com sugestões baseadas nas experiências de estudantes e especialistas

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/4rfPjurlpmlkFEzaDxsDyj?si=e314954d021c44b0>

Episódio 10: Após a aprovação: o caminho até a vida estudantil no IF: Orientações para os aprovados, com destaque para os desafios e oportunidades que os estudantes cotistas encontram na vida acadêmica, conforme discutido por **Schwarcz (1993)** sobre a importância da inclusão em ambientes educacionais.

Link de acesso:

<https://open.spotify.com/episode/27ebKBMVgkqmK6MwpKdIcL?si=73646af93a40489c>

Capa do Podcast e imagem de perfil da conta do Instagram:



Conta do Instagram vinculada:

@descomplicando_a_cota

APÊNDICE B – CARTA DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR A PESQUISA

A (Ao) Senhor (a) Pró-Reitor (a) de Pesquisa do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Ilmo Sr. Arthur Frantz ,

Ao cumprimentá-lo (a) cordialmente, solicito sua autorização, por meio deste documento, para a realização da pesquisa “O que é ser negro no Brasil? : Reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas”, sob a coordenação do Professor Dr. Vantoir Roberto Brancher e co-orientação da Professora Dr^a Neiva Maria Frizon Auler.. A pesquisa é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) na linha de pesquisa de Práticas Pedagógicas em EPT e tem como objetivo: **“Conhecer os trajetos formativos e as representações acerca da política de cotas raciais dos membros de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação) na/da EPT”**.

O estudo adota a metodologia qualitativa. As entrevistas semiestruturadas serão organizadas em horários e espaços conforme a disponibilidade dos colaboradores, através de videochamada Meet online. Estima-se a realização de um encontro com duração de uma hora para as entrevistas. As coletas dos dados serão mediadas pelos pesquisadores, que conduzirão as gravações, bem como as transcrições, para serem analisadas.

Ao final do trabalho de análise e após a materialidade da investigação, se dará a criação de um produto educacional com intuito em colaborar na formação permanente para os colaboradores. As conclusões da pesquisa serão disponibilizadas aos colaboradores e apresentadas/publicizadas com a comunidade acadêmica, visando contribuir com o desenvolvimento científico/tecnológico/educacional. Tomaremos os cuidados éticos para garantir o sigilo e a confidencialidade das informações, preservando a identidade dos colaboradores conforme orientações do comitê de ética em pesquisa da Instituição.

Os gastos necessários para a participação na pesquisa serão assumidos pela autora. Além disso, o projeto será submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal Farroupilha, garantindo assim, as exigências éticas. O mesmo não

será concretizado enquanto não tivermos a respectiva aprovação e validação. Toda e qualquer informação sobre os colaboradores deste estudo serão confidenciais. Os colaboradores não serão identificados em nenhum momento da apresentação dos dados.

Agradeço pela disponibilidade e colaboração.

Atenciosamente,

Mestranda
Darlene Honório Medeiros

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do Projeto: “O que é ser negro no Brasil? : Reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas”.

Pesquisador (a) Responsável: Darlene Honório Medeiros

Endereço: Rua Félix da Cunha, 2150, Apart 101, Centro - Santiago - RS.

Telefone para Contato: 055-999597733

Orientador (a): Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher

Endereço: Rua Marques do Herval, 102, apt. 101- Nossa senhora de Lurdes- Santa Maria- RS.

Telefone para Contato: 055-999683751

IF Farroupilha – Campus Jaguari

Professora Co-Orientadora: Prof^a Dr^a Neiva Maria Frizon Auler

Endereço: Avenida Rodolfo Behr 1359, Camobi, Santa Maria RS - CEP: 97105449

Telefone para Contato: 55 999581219

Email: n.auler@iffarroupilha.edu.br

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

E-mail do (a) Pesquisador (a) Responsável: noitesdeoutrosdias@hotmail.com

Prezado(a) entrevistado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa de mestrado intitulada “O que é ser negro no Brasil? : Reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas”, que está sendo desenvolvida por Darlene Honório Medeiros, mestranda do Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), do Polo IFFar, Campus Jaguari, sob a orientação da Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher co-orientação da Profª Drª Neiva Maria Frizon Auler.

Antes de concordar em participar desta pesquisa, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora responderá todas as suas dúvidas antes que você decida participar.

Objetivo: O objetivo desta pesquisa é “Conhecer os trajetos formativos e as representações acerca da política de cotas raciais dos membros de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação) na/da EPT”.

Metodologia: O estudo adota uma metodologia qualitativa, que prevê a sua participação em entrevistas semiestruturadas, que serão agendadas previamente em horários, conforme a sua disponibilidade. Estima-se a realização de um encontro com duração aproximada de uma hora. As entrevistas serão realizadas remotamente, por videochamada Meet online, potencializando assim o tempo e os recursos de entrevistadora e entrevistado (a), sem nenhum prejuízo aos procedimentos éticos da pesquisa.

A entrevista será realizada pela pesquisadora, que fará a gravação da mesma em imagem e áudio, para que seja transcrita e analisada posteriormente. Após a transcrição, você receberá devolutiva da mesma, para sua apreciação, antes da análise do conteúdo. Ao final do trabalho de análise, as conclusões da pesquisa serão disponibilizadas aos participantes e publicadas.

A participação nesse estudo é voluntária e anônima e a decisão de participar ou não da pesquisa é exclusiva do(a) participante. Em qualquer momento do estudo, poderá solicitar informações sobre os procedimentos relacionados à pesquisa. Também poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento, sem sofrer nenhum tipo de penalidade ou prejuízo. Fica garantido o anonimato dos envolvidos em qualquer circunstância, no que envolve todas as atividades ou materiais escritos que se originarem deste estudo.

Benefícios: A médio prazo, a pesquisa visa colaborar na ressignificações acerca da forma como a política de cotas raciais atua nos institutos federais e de como os membros das comissões de verificação são formados, de como compreendem o “ser negro” no Brasil hoje. Tais ressignificações podem acarretar em uma melhor compreensão dos processos de inserção do estudante negro nos institutos federais, bem como tornar mais transparentes os mecanismos e as pessoas envolvidas no funcionamento das comissões de verificação (heteroidentificação).

A longo prazo acredita-se que essa pesquisa pode vir a proporcionar melhor compreensão sobre os processos e pessoas envolvidos nas políticas afirmativas relativas às cotas raciais na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para que quem tem direito a cota consiga entender de forma mais transparente como as pessoas e os processos de análise da autodeclaração se constituem. Bem como proporcionar conhecimento científico acerca do tema estudado através de publicações diversas e participações em seminários e eventos.

Riscos: Os riscos desta pesquisa se classificam como grau baixo (mínimo) para os participantes. Porém, por envolver questionamentos que poderão causar algum desconforto, tendo em vista que poderão se emocionar em razão de alguns questionamentos que possam suscitar lembranças de cunho particular e reflexão sobre suas narrativas, trajetórias de vida pessoal e profissional, poderão desenvolver sentimentos e emoções diversos. Se isso ocorrer, a pesquisadora perguntará ao participante quanto ao desejo de continuar ou interromper a entrevista naquele momento. Caso a entrevista seja interrompida, será sugerido outro horário para a finalização da mesma de acordo com disponibilidade do(a) participante. Porém, caso não deseje mais participar, será informado(a) que não acarretará nenhum dano de caráter pessoal e nem institucional.

Caso ocorra a necessidade por parte do (a) participante, de intervenção de saúde, no que se refere em atendimento médico e psicológico, e o mesmo sinta a necessidade de amparo emocional, será de inteira responsabilidade da pesquisadora assumir a assistência integral das complicações e danos decorrentes dos riscos previstos. E sendo necessário o atendimento por profissional de saúde, o (a) participante será encaminhado para o serviço de saúde de sua preferência.

Despesas e danos: Não haverá despesa alguma e nem compensação financeira durante a sua participação na pesquisa, exceto o direito a indenização em caso de dano, ou ressarcimento em caso de despesas. Os gastos necessários para a participação na pesquisa serão assumidos pela autora da pesquisa.

Sigilo: Todos os cuidados serão tomados para garantir o sigilo e a confidencialidade das suas informações, preservando assim a identidade de todos os envolvidos. Em relação ao anonimato dos participantes, por se tratar de pesquisa com população restrita, ainda que seja garantido o sigilo sobre as respostas, não é possível garantir o pleno anonimato. Nenhum tipo de prejuízo ocorrerá, quanto ao seu envolvimento no estudo, pois você não sofrerá nenhum tipo de atividade invasiva ou privativa de benefícios. Os dados coletados ficarão sob responsabilidade dos pesquisadores, contra eventual extravio ou vazão de informações sigilosas, e serão armazenados por um período mínimo de cinco anos, a contar da publicação dos resultados da pesquisa.

As pessoas que estarão acompanhando os procedimentos serão os pesquisadores Darlene Honório Medeiros, mestrande do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT); o orientador Dr. Vantoir Roberto Brancher, professor do Instituto Federal Farroupilha e a co-orientadora Dr^a Neiva Maria Frizon Auler. O projeto desta pesquisa, foi apreciado pelas exigências éticas e validações do Comitê de Ética do IFFarroupilha. Toda e qualquer informação fornecida por você neste estudo serão confidenciais.

Solicitamos a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A sua privacidade será mantida através da não identificação do seu nome. Em nenhum momento da apresentação pública de dados, você será identificado(a). Informações adicionais podem ser obtidas com a autora da pesquisa, com seu orientador ou sua co-orientadora, conforme dados a seguir:

Pesquisadora Responsável: Darlene Honório Medeiros

Endereço: Rua Félix da Cunha, 2150, Apart 101, Centro - Santiago -RS.

Telefone para Contato: 055-999597733

E-mail: noitesdeoutrosdias@hotmail.com

Professor orientador: Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher

Endereço: Rua Marquês do Herval, 102, apt. 101- Nossa senhora de Lurdes- Santa Maria- RS.

Telefone para Contato: 055-999683751

E-mail: vantoir.brancher@iffarroupilha.edu.br

IF Farroupilha – Campus Jaguari

Professora Co-Orientadora: Prof^a Dr^a Neiva Maria Frizon Auler

Endereço: Avenida Rodolfo Behr 1359, Camobi, Santa Maria RS - CEP: 97105449

Telefone para Contato: 55 999581219

Email: n.auler@iffarroupilha.edu.br

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

Este documento será enviado, via email, em formato PDF, para o participante da pesquisa, permitindo que o assine digitalmente. Após a assinatura, o participante enviará o documento de volta à pesquisadora, também via email e em mesmo formato, e terá a opção de manter uma cópia para si mesmo.

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP IF Farroupilha

Alameda Santiago do Chile, 195 – Bairro Nossa Senhora das

Dores – CEP: 97050 – 685 Santa Maria, Rio Grande do Sul –

Fone/Fax: (55)3218-9850 / E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SEPN 510, Norte, Bloco A, 3º andar, Ed. Ex-INAN,

Unidade II – Brasília – DF CEP: 70750-521 - Fone:

(61)3315-5878/5879 - e-mail: conep@saude.gov.br

APÊNDICE D - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto: “O que é ser negro no Brasil? : Reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas”.

Pesquisadora Responsável: Darlene Honório Medeiros

Endereço: Rua Félix da Cunha, 2150, Apart 101, Centro- Santiago -RS

Telefone para Contato: 055-999597733

Orientador: Prof. Dr. Vantoir Roberto Brancher

Endereço: Rua Marquês do Herval, 102, apt. 101- Nossa senhora de Lurdes - Santa Maria- RS.

Telefone para Contato: 055-999683751

IF Farroupilha – Campus Jaguari

Professora Co-Orientadora: Prof^a Dr^a Neiva Maria Frizon Euler

Endereço: Avenida Rodolfo Behr 1359, Camobi, Santa Maria RS - CEP: 97105449

Telefone para Contato: 55 999581219

Email: n.auler@iffarroupilha.edu.br

Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)

E-mail da Pesquisadora Responsável: noitesdeoutrosdias@hotmail.com

A autora do presente projeto assume o compromisso de manter e preservar a confidencialidade e sigilo sobre todas as informações relacionadas à privacidade dos

participantes deste estudo, cujos dados serão coletados através de entrevista semiestruturada, realizada pela pesquisadora.

Compromete-se, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução da presente pesquisa e que não serão socializadas em formato que venha identificar os colaboradores do presente estudo. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade do autor do presente estudo.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha em com o número do CAAE 6.224.425 .

Jaguari, 14 de outubro de 2023.

Darlene Honório Medeiros
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE E - ROTEIRO DO PERFIL E DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

PERFIL	Nome: _____ Gênero: () Masculino () Feminino () Outro Cor/Raça: _____ Idade: _____
---------------	---

FORMAÇÃO**1- Formação**

a. Graduação: _____
Conclusão: _____

b. Especialização: _____
Conclusão: _____

c. Mestrado: _____
Conclusão: _____

d. Doutorado: _____
Conclusão: _____

e. Pós-doutorado: _____
Conclusão: _____

2. Que função você exerce na instituição?

- a. ☐ DOCÊNCIA.
- b. ☐ COORDENAÇÃO;
- c. ☐ TÉCNICO-ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO;
- d. ☐ TÉCNICO;
- e. ☐ ESTUDANTE;
- f. ☐ MEMBRO DA COMUNIDADE;
- e. ☐ OUTRO. Qual? _____

4- Na sua formação houve disciplinas que abordavam igualdade racial, políticas públicas de inclusão e política de cotas? Comente como foi essa experiência.

5- Na sua formação houve disciplinas que abordavam a cultura africana e história afrobrasileira? Comente como foi a sua experiência.

6- Você exerce algum cargo de direção ou Função Remunerada?

7- Você se recorda do debate acerca da implantação de Política de Cotas em 2012?

Contribuições/observações da avaliadora:

(Registre aqui suas percepções desta etapa do instrumento)

ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA

02/06/2023, 17:20

https://sig.iffarroupilha.edu.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=498161

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE PESQ.PÓS-GRAD.E INOVAÇÃO

CARTA DE ACEITE Nº 79 / 2023 - PRPPGI (11.01.01.44.19)

Nº do Protocolo: 23243.003446/2023-33

Santa Maria-RS, 02 de junho de 2023.

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que tenho conhecimento da realização da pesquisa para a elaboração da dissertação/tese do(a) pesquisador(a) **DARLENE HONÓRIO MEDEIROS**, intitulada "**O QUE É SER NEGRO NO BRASIL?: REFLEXÕES SOBRE OS CRITÉRIOS DE ACESSO À POLÍTICA DE COTAS**", sob a orientação do(a) Prof(a). Dr(a). **VANTOIR ROBERTO BRANCHER**, vinculado(a) ao PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, do(a) INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA - IFFAR.

A pesquisa tem como objetivo geral **conhecer os trajetos formativos, os saberes e as representações acerca da política de cotas raciais dos membros de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação) na/da EPT.**

Tendo conhecimento e ciência de que passará pelos trâmites e só iniciará após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da instituição, **AUTORIZO** a realização do referido projeto.

(Assinado digitalmente em 02/06/2023 17:20)

ARTHUR PEREIRA FRANTZ
PRO-REITOR(A) - TITULAR
PRPPGI (11.01.01.44.19)
Matrícula: 1756640

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sig.iffarroupilha.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **79**, ano: **2023**, tipo:
CARTA DE ACEITE, data de emissão: **02/06/2023** e o código de verificação: **5e885063f1**

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA (CEP)

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O que é ser negro no Brasil?: Reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas.

Pesquisador: DARLENE HONORIO MEDEIROS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 71944223.4.0000.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.339.510

Apresentação do Projeto:

Informações retiradas do documento "Informações Básicas" O projeto aborda a política de cotas raciais implementada no Brasil desde 2012, focando particularmente nas Comissões de Verificação (Heteroidentificação) no IFFar. Estas comissões são responsáveis por avaliar as autodeclarações dos candidatos que se apresentam para vagas destinadas a cotistas, particularmente negros e pardos. O principal objetivo da pesquisa é entender os trajetos formativos e as representações sobre a política de cotas raciais dos membros dessas comissões. Adicionalmente, objetiva-se mapear a produção científica sobre o tema, conhecer critérios utilizados nas avaliações, identificar desafios e criar um produto educacional que qualifique os processos inclusivos. A pesquisa, de caráter qualitativo, será realizada na linha de Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Conhecer os trajetos formativos, os saberes e as representações acerca da política de cotas raciais dos membros de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação) na/da EPT.

Objetivo Secundário:

Realizar um mapeamento da produção científica acerca da política de cotas, referente ao

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 6.339.510

conceito do que é ser negro no Brasil e comissões de verificação (heteroidentificação) na EPT; Conhecer os trajetos formativos e os saberes dos membros da comissão de verificação (heteroidentificação) na EPT; Entender os critérios utilizados pelas comissões de verificação (heteroidentificação) para determinar se um candidato tem ou não tem direito a vaga por cota racial na EPT; Identificar desafios e potencialidades vivenciados pelas comissões de verificação (heteroidentificação) em implementar a lei de cotas raciais; Construir um Produto Educacional a partir das demandas apontadas no intuito de qualificar os processos inclusivos para o público das cotas raciais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O risco dessa pesquisa pode ser classificado como baixo, posto que não expõe o colaborador a ser entrevistado a nenhum perigo físico ou material.

No entanto, por abordar questões que podem afetar e envolver o colaborador emocionalmente, algumas lembranças ou situações abordadas podem levar o entrevistado a se emocionar, refletir sobre questões particulares, podendo as narrativas suscitar emoções e sentimentos diversos.

Caso isso ocorra, será perguntado ao colaborador se ele deseja continuar a entrevista ou interrompê-la. Em caso de interrupção, a pesquisadora agendará um novo dia e horário que fiquem confortáveis ao entrevistado. Caso ele não deseje mais participar, será informado que ele pode fazê-lo sem acarretar em nenhum dano de qualquer caráter. Em sendo necessário atendimento médico específico, por necessidade de amparo emocional, o participante será conduzido à unidade de saúde de sua preferência, sendo tudo custeado e de responsabilidade da autora da pesquisa.

Benefícios:

Os benefícios da pesquisa que aqui se projeta dizem respeito a ampliação e renovação de conhecimentos acerca dos processos de inserção do estudante através da política de cotas raciais, bem como os conceitos e visões dinamizados pelas comissões de verificação no que se refere a este fim. Assim, a pesquisa contribuirá para melhor compreender os processos relativos à política de cotas na Educação Profissional e Tecnológica.

Da mesma forma, tais contribuições científicas e reflexões auxiliam a pesquisa científica e contribuem com a linha de Práticas Educativas, assim como serão de relevância para compreender

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR



Continuação do Parecer: 6.339.510

quem são e como se formam os membros de uma Comissão de Verificação (Heteroidentificação) e como essa formação e essas trajetórias são relevantes para os processos de análise das autodeclarações da política de cotas raciais.

Ressalta-se aqui que os resultados obtidos através deste estudo serão compartilhados em eventos e publicações de forma a contribuir com as políticas de cotas raciais nos Institutos Federais e cientificamente agregar novos sentidos e conhecimentos acerca deste certame.

A médio prazo, a pesquisa visa colaborar na ressignificações acerca da forma como a política de cotas raciais atua nos institutos federais e de como os membros das comissões de verificação são formados, de como compreendem o "ser negro" no Brasil hoje. Tais ressignificações podem acarretar em uma melhor compreensão dos processos de inserção do estudante negro nos institutos federais, bem como tornar mais transparentes os mecanismos e as pessoas envolvidas no funcionamento das comissões de verificação (heteroidentificação).

Acredita-se que essa pesquisa pode vir a proporcionar melhor compreensão sobre os processos e pessoas envolvidos nas políticas afirmativas relativas às cotas raciais na Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para que quem tem direito a cota consiga entender de forma mais transparente como as pessoas e os processos de análise da autodeclaração se constituem.

Acompanham os procedimentos desta pesquisa os pesquisadores Darlene Honório Medeiros, mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), o orientador Dr. Vantoir Roberto Brancher, professor do Instituto Federal Farroupilha, e a coorientadora Professora Doutora Neiva Maria Frizon Auler. O projeto será submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) através da Plataforma Brasil e a pesquisa só terá seu início após essa aprovação.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto original - versão 3

Quantidade de participantes: 8

Data de início de contato com os participantes de pesquisa: 29/10/2023

Data do fim de contato com os participantes de pesquisa: 29/11/2023.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 6.339.510

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

No parecer consubstanciado anterior n.º 6281824 havia 2 óbices e após análise da documentação que constitui o protocolo da pesquisa "O que é ser negro no Brasil? Reflexões sobre os critérios de acesso à política de cotas", que foram atendidos. Portanto, não se identificou óbice ético.

1) Pesquisadora informa que o TCLE será entregue em formato digital. No entanto, não anexa o arquivo no formato que será entregue aos Participantes de Pesquisa.

Segundo a Carta Circular n.º1/2021 - CONEP que realiza as Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, itens 1.1. O pesquisador deverá apresentar na metodologia do projeto de pesquisa a explicação de todas as etapas/fases não presenciais do estudo, enviando, inclusive, os modelos de formulários, termos e outros documentos que serão apresentados ao candidato a participante de pesquisa e aos participantes de pesquisa.

Apesar de informar que o documento será apresentado de forma digital, o documento "tcle.pdf" encaminhado para apreciação será enviado ao participante de pesquisa em que formato? Por exemplo, será utilizado Google Forms?

Resposta: Informou que enviará o pdf por e-mail e os participantes assinarão de forma online.

Resultado: PENDÊNCIA SANADA.

2) Alterar o cronograma das etapas da pesquisa a partir da data de aprovação do CEP, uma vez que a data prevista para iniciar a entrevista piloto e, conseqüentemente, as demais entrevistas semiestruturadas se tornam inviáveis na previsão registrada (21 de agosto de 2023).

Resposta: Pesquisadora modificou o cronograma.

Resultado: PENDÊNCIA SANADA.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP acata o parecer do(a) relator(a).

Orientações importantes, conforme a Norma Operacional CNS nº 001/2013:

1) Alterações no projeto aprovado, devem ser apresentadas ao CEP na forma de Emenda ou Extensão. Havendo modificações importantes de objetivos e métodos, deve ser apresentado novo

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

CEP: 97.050-685

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR



Continuação do Parecer: 6.339.510

protocolo de pesquisa.

2) Ao final da pesquisa cabe ao (à) pesquisador(a) responsável a apresentação do relatório final ao CEP, no formato de Notificação. Na página do CEP no portal do IFFAR constam orientações e modelo para a apresentação do relatório.

Obs: Orientações sobre a submissão de emendas, extensões ou notificações estão disponíveis no Manual do Pesquisador da Plataforma Brasil. Um material informativo adicional está disponível na página do CEP IFFar: <https://www.iffarroupilha.edu.br/comit%C3%AA-de-%C3%A9tica-em-pesquisa-2>

3) Cabe ao (à) pesquisador(a) responsável informar a este CEP sobre o início da coleta de dados, junto aos participantes de pesquisa, no formato de Notificação.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2098298.pdf	04/09/2023 20:40:27		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	brachura_projeto_detalhado.pdf	04/09/2023 20:39:32	DARLENE HONORIO MEDEIROS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle1.pdf	04/09/2023 20:36:11	DARLENE HONORIO MEDEIROS	Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_6281824.pdf	04/09/2023 20:35:43	DARLENE HONORIO	Aceito
Outros	Carta_resposta_ao_CEP_2docx.pdf	04/09/2023 20:35:18	DARLENE HONORIO	Aceito
Cronograma	Cronograma_2.pdf	04/09/2023 20:34:47	DARLENE HONORIO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	12/06/2023 13:52:09	DARLENE HONORIO	Aceito
Orçamento	orcamento.pdf	12/06/2023 13:49:04	DARLENE HONORIO	Aceito
Declaração de Instituição e	cartadeanuencia.pdf	12/06/2023 13:43:28	DARLENE HONORIO	Aceito

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 6.339.510

Infraestrutura	cartadeanuencia.pdf	12/06/2023 13:43:28	DARLENE HONORIO	Aceito
----------------	---------------------	------------------------	--------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 02 de Outubro de 2023

**Assinado por:
THIAGO NUNES CESTARI
(Coordenador(a))**

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS **Município:** SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

ANEXO C - EDITAL 2023/2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
REITORIA

EDITAL Nº 230/2022, de 05 de julho de 2022

Referente ao EDITAL Nº 201/2022 de 08 de junho de
2022

COMISSÕES DE VERIFICAÇÃO DE CANDIDATOS AUTODECLARADOS PRETOS/PARDOS NOS PROCESSOS SELETIVOS DE ESTUDANTES 2023

A PRÓ-REITORA DE ENSINO SUBSTITUTA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA, no uso de suas atribuições, torna pública o **RESULTADO FINAL DOS SELECIONADOS** no Edital de seleção de membros para atuar nas COMISSÕES DE VERIFICAÇÃO DE CANDIDATOS AUTODECLARADOS PRETOS/PARDOS NOS PROCESSOS SELETIVOS DE ESTUDANTES 2023.

1. RESULTADO FINAL DE SELECIONADOS

* Em função do formato virtual das heteroidentificações, os (as) selecionados (as) poderão ser convocados (as) para atuar em unidades diferentes da unidade de inscrição. Mais informações serão enviadas por email.

Inscrito	Unidade de inscrição*	Situação
AIRES DA SILVA DORNELLES	Campus Alegrete	Selecionado (a)
ALEX RUIZ VEDDY	Campus Alegrete	Selecionado (a)
ITAGIRA MUNHOS MARTINS	Campus Alegrete	Selecionado (a)
PAULO ROGÉRIO CALDEIRA DOS SANTOS	Campus Alegrete	Selecionado (a)
VALERIA FAGUNDES RODRIGUES	Campus Alegrete	Selecionado (a)
EDUARDO RIBEIRO ALBUQUERQUE	Campus Frederico Westphalen	Selecionado (a)
JANICE DA SILVA PACHECO	Campus Frederico Westphalen	Selecionado (a)
JÉSSICA MAYUME CARBONARI	Campus Frederico Westphalen	Selecionado (a)
JONATHAN SIMONIN SALES DA SILVA	Campus Frederico Westphalen	Selecionado (a)
MARIANE MARTINS RAPÔSO	Campus Frederico Westphalen	Selecionado (a)
STEFANI RODRIGUES	Campus Frederico Westphalen	Selecionado (a)
THIEZER MENEZES DA SILVA	Campus Frederico Westphalen	Selecionado (a)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
REITORIA

LUCAS MARTINS FLORES	<i>Campus Jaguari</i>	Selecionado (a)
REGINALDO TEIXEIRA ALESSI	<i>Campus Jaguari</i>	Selecionado (a)
ALICE DE SOUZA RIBEIRO	<i>Campus Júlio de Castilhos</i>	Selecionado (a)
CARLOS ALBERTO JÚNIOR	<i>Campus Júlio de Castilhos</i>	Selecionado (a)
LUIS ANTONIO ROSA DE MELO	<i>Campus Júlio de Castilhos</i>	Selecionado (a)
SIMONE SAYDELLES DA ROSA	<i>Campus Júlio de Castilhos</i>	Selecionado (a)
CLAUDIO CÍCERO DE OLIVEIRA MOTTA	<i>Campus Panambi</i>	Selecionado (a)
FABIANA BRUM DOS SANTOS	<i>Campus Panambi</i>	Selecionado (a)
FRANCISCO CARLOS FAGUNDES MECKING	<i>Campus Panambi</i>	Selecionado (a)
ÍGOR LINDEMAIER	<i>Campus Panambi</i>	Selecionado (a)
MICHELE FERNANDA SILVEIRA DA SILVEIRA	<i>Campus Panambi</i>	Selecionado (a)
ROGÉRIA FATIMA MADALAZ	<i>Campus Panambi</i>	Selecionado (a)
CATIA REGINA ZÜGE LAMB	<i>Campus Santa Rosa</i>	Selecionado (a)
CLARISSE GOULART NUNES	<i>Campus Santa Rosa</i>	Selecionado (a)
DOUGLAS RAMOS VAQUEIRO	<i>Campus Santa Rosa</i>	Selecionado (a)
MARIA CAROLINE SCHNORR MEINERZ	<i>Campus Santa Rosa</i>	Selecionado (a)
SARA ALMEIDA	<i>Campus Santa Rosa</i>	Selecionado (a)
ANA LUISA HENTGES LORENZON	<i>Campus Santo Augusto</i>	Selecionado (a)
DEYSE LILY KUHN CLAAS	<i>Campus Santo Augusto</i>	Selecionado (a)
JANICE PINHEIRO BOEIRA	<i>Campus Santo Augusto</i>	Selecionado (a)
JÉSSICA VEIGA	<i>Campus Santo Augusto</i>	Selecionado (a)
SAULO STEVAN PASA	<i>Campus Santo Augusto</i>	Selecionado (a)
CLÁUDIA MENDES DE OLIVEIRA	<i>Campus Santo Ângelo</i>	Selecionado (a)
FERNANDA MARTINI DE ANDRADE	<i>Campus Santo Ângelo</i>	Selecionado (a)
JULIANA DA ROSA	<i>Campus Santo Ângelo</i>	Selecionado (a)
LEANDRO JORGE DARONCO	<i>Campus Santo Ângelo</i>	Selecionado (a)
LICIARA DAIANE ZWAN	<i>Campus Santo Ângelo</i>	Selecionado (a)
MARIANGEL ALEJANDRA HERNANDEZ CANELON	<i>Campus Santo Ângelo</i>	Selecionado (a)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
REITORIA

TÂNIA REGINA JAPUR IHJAZ	Campus Santo Ângelo	Selecionado (a)
DANIEL FERNANDES DA SILVA	Campus São Borja	Selecionado (a)
MARTA REJANE TRINDADE DE LIMA	Campus São Borja	Selecionado (a)
PRISCILA GUALBERTO DE LIMA	Campus São Borja	Selecionado (a)
ANDREZA TASIANE DA SILVA	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO NETO	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
DÂMERA FABRINA DE VARGAS SILVA	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
GIOVAN SEHN FERRAZ	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
HEVELIN DA SILVA ARAÚJO	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
KÉSIA DOS SANTOS MELO	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
LAIS BRAGA COSTA	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
LEANDRO MARCON FRIGO	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
MAGNO LIMA FARIAS	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
MILLER RODRIGUES DE MOURA	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
PAULO SÉRGIO DE SOUZA FLORES	Campus São Vicente Do Sul	Selecionado (a)
AUGUSTO JUVENAL CORREA FIDELIS	Campus Avançado Uruguaiana	Selecionado (a)
CRISTINA PERES BARBOZA DIAS	Campus Avançado Uruguaiana	Selecionado (a)
DIEGO DE MATOS NORONHA	Campus Avançado Uruguaiana	Selecionado (a)
ELZA SUZETE PINTO DA FONTOURA	Campus Avançado Uruguaiana	Selecionado (a)
MARIZETH PINTO COPCESKI	Campus Avançado Uruguaiana	Selecionado (a)
RILTON FERREIRA BORGES	Campus Avançado Uruguaiana	Selecionado (a)
STAËL SORAYA DOS SANTOS ROSA	Campus Avançado Uruguaiana	Selecionado (a)
VANESSA FERREIRA BACKES	Campus Avançado Uruguaiana	Selecionado (a)
ADRIANA CORREIA DOS SANTOS	Reitoria	Selecionado (a)
ADRIANA C PIMENTA	Reitoria	Selecionado (a)
BETANIA MARQUES DE MORAES	Reitoria	Selecionado (a)
CARLA TATIANA ZAPPE	Reitoria	Selecionado (a)
CRISTIANE RODRIGUES ESPÍNDOLA	Reitoria	Selecionado (a)
ELVIRA FÁTIMA DE LIMA FERNANDES	Reitoria	Selecionado (a)
HELENA SEBASTIANY COELHO	Reitoria	Selecionado (a)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
REITORIA

ISADORA BISPO DOS SANTOS	Reitoria	Selecionado (a)
IZABEL ESPINDOLA BARBOSA	Reitoria	Selecionado (a)
JOSSIMAR MANOEL DOS SANTOS	Reitoria	Selecionado (a)
LEANDRO MARCON FRIGO	Reitoria	Selecionado (a)
LIANA NOLIBOS RODRIGUES	Reitoria	Selecionado (a)
MÁRCIA SOARES FORGIARINI	Reitoria	Selecionado (a)
PAULO HENRIQUE ROSA DA SILVA	Reitoria	Selecionado (a)

Santa Maria/RS, 5 de julho de 2022.

Patricia Metz Donicht
Pró-Reitora de Ensino
Portaria nº 698/2022

**ANEXO D - CARTA DE ACEITE REFERENTE A PUBLICAÇÃO MENCIONADA NA
NOTA DE RODAPÉ Nº 1**



Santa Maria, 02 de dezembro de 2024.

CARTA DE ACEITE

Prezado(s) autor(es) Darlene Honório Medeiros, Vantoir Roberto Brancher, Neiva Maria Frizon Auler após avaliação realizada por membros do Comitê Científico da Arco Editores e Organizadores da obra, concluímos que seu artigo, intitulado **VOZES DA RESISTÊNCIA: EDUCAÇÃO, HISTÓRIA E POLÍTICA DE COTAS NA EPT** foi **APROVADO** para publicação em e-book.

A obra contará com ISBN, FICHA CATALOGRÁFICA, CONSELHO EDITORIAL E DOI.

Atenciosamente,

Arco Editores
32.868.240/0001-07
Santa Maria/RS/BRASIL

Demais dúvidas: contato@arcoeditores.com

**ANEXO E - COMPROVAÇÃO DE SUBMISSÃO DE ARTIGO REFERENTE À NOTA
DE RODAPÉ Nº 7**

Prezada/o Darlene Honório Medeiros,

Agradecemos a submissão do trabalho "DO NAVIO NEGREIRO A
COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA" para a revista *Cadernos de Pesquisa*.

Acompanhe o progresso da sua submissão por meio da interface
de administração do sistema, disponível em:

URL da submissão: [https://publicacoes.fcc.org.
br/cp/authorDashboard/submission/11531](https://publicacoes.fcc.org.br/cp/authorDashboard/submission/11531)

Login: darlene_medeiros

Em caso de dúvidas, entre em contato via *e-mail*.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio
de compartilhar seu trabalho.

Adélia Maria Mariano da Silva Ferreira

Cadernos de Pesquisa <https://publicacoes.fcc.org.br/cp>